

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

PRISCILA MARTINS MENDONÇA

INTERNACIONALIZAÇÃO NA/DA UNIFAL-MG: DA CONCEPÇÃO À PRÁTICA

Alfenas/MG

2022

PRISCILA MARTINS MENDONÇA

Internacionalização na/da UNIFAL-MG: da concepção à prática

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Fundamentos da Educação e Práticas Educacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Helena Maria dos Santos Felício.

Alfenas/MG

2022

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Central

Mendonça, Priscila Martins.

Internacionalização na / da UNIFAL-MG : da concepção à prática /
Priscila Martins Mendonça. - Alfenas, MG, 2022.
102 f. : il. -

Orientador(a): Helena Maria dos Santos Felício.
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alfenas,
Alfenas, MG, 2022.
Bibliografia.

1. Internacionalização da Educação Superior. 2. Concepções . 3.
Ideário. 4. Práticas. I. Felício, Helena Maria dos Santos, orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

INTERNACIONALIZAÇÃO NA/DA UNIFAL-MG: DA CONCEPÇÃO À PRÁTICA

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Fundamentos da Educação e Práticas Educacionais.

Aprovada em: 28 de novembro de 2022

Profa. Dra. Helena Maria dos Santos Felício
Instituição: Universidade Federal de Alfenas UNIFAL-MG

Profa. Dra. Marília Costa Morosini
Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUC-RS

Prof. Dr. Luis Antônio Groppo
Instituição: Universidade Federal de Alfenas UNIFAL-MG



Documento assinado eletronicamente por **Helena Maria dos Santos Felício, Professor do Magistério Superior**, em 28/11/2022, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Antônio Groppo, Professor do Magistério Superior**, em 28/11/2022, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marilia Costa Morosini, Usuário Externo**, em 28/11/2022, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0873055** e o código CRC **0C6CB2C1**.

Dedico este trabalho aos meus amados pais, Hélia e Antônio, ao meu irmão, Rafael Josias, ao meu esposo Lucas, à minha filha Clara e à minha grande família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela vida e pela inspiração.

À Professora Dr.^a Helena Maria dos Santos Felício, a quem admiro pela brilhante trajetória; e a quem agradeço pela confiança, pela partilha, apoio, compreensão, amizade e orientação ao longo deste percurso.

À Professora Dr.^a Marília Morosini e ao Professor Dr. Luis Antônio Groppo, pela aceitação do convite, pelo valioso tempo juntos e pela rica partilha que, sem dúvida, foi um divisor de águas no processo reflexivo e de construção do estudo.

Ao Professor Dr. Masaharu Ikegaki, por me mostrar novas possibilidades e me acolher como bolsista no *CSA- APQ-03771-14- Consolidação do processo de inserção internacional da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)*, pelos inúmeros aprendizados e pela amizade que construímos. E, também, à FAPEMIG pela concessão da bolsa para participação no projeto no período de 2015 a 2017.

Ao Professor Dr. Ítalo Oscar Riccardi León e ao Professor Dr. Cláudio Umpierre Carlan, pela amizade e incentivo desde a graduação.

À Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e ao Programa de Pós-graduação Mestrado Acadêmico em Educação (PPGE)¹, pelas oportunidades oferecidas, pelo acolhimento e por tornar este estudo possível;

À Diretoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais (DRI) da UNIFAL-MG, por viabilizar o desenvolvimento deste estudo.

Aos gestores e participantes da pesquisa, pelas valiosas contribuições.

Aos meus queridos pais, Hélia e Antônio, pelo amor e apoio incondicional.

À minha filha Clara, que me incentiva a superar minhas limitações, todos os dias.

Ao meu esposo Lucas, pelo carinho, incentivo e companheirismo incondicional nessa jornada; À minha amada grande família pelas orações e apoio. À minha prima Fernanda, pelo carinho e pela troca de conhecimento profícua.

À minha sempre amiga, Jacqueline, pela amizade, carinho e apoio; aos colegas de mestrado, pela amizade e trocas de experiências; e aos meus amigos internacionais que me fizeram acreditar, ainda mais, na necessidade de uma educação mais internacionalizada.

E a todos aqueles que, anonimamente, direta ou indiretamente, tornaram possível a construção deste estudo, meus mais sinceros agradecimentos!

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

“Se queres ser universal, começa por pintar tua própria aldeia.”

LIEV TOLSTOI (1828-1910)

RESUMO

Este trabalho investiga as concepções e as práticas de internacionalização, no âmbito da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG); tem como principal objetivo identificar as relações entre internacionalização concebida nas políticas, planos institucionais e documentos referentes ao processo internacionalização na UNIFAL-MG; e sua dimensão prática, composta por ações, atividades que são referenciadas como sendo de internacionalização. Neste estudo, entende-se que internacionalização, no cenário da educação superior, é processo multidimensional não neutro que se materializa institucionalmente, perpassando diferentes níveis, setores e funções acadêmico-universitárias. Utiliza como referenciais teóricos os propostos por Morosini, Dalla Corte, Lima, Maranhão, Sebastián, Knight, Hudzki, De Wit, Leask, entre outros. O processo de investigação está respaldado pelos pressupostos da abordagem quanti-qualitativa, se vale de documentos institucionais, questionário com docentes do quadro permanente da instituição e entrevistas semiestruturadas com gestores, como fonte de coleta de informações; além disso, se pauta na metodologia construtivo-interpretativa para análise e interpretação das informações. Foi possível constatar que o termo internacionalização passou a ser evidenciado em documentos oficiais, a visão institucional impressa nas metas e nos objetivos dos documentos oficiais não contempla a riqueza de ações que ocorrem em seu interior, as quais são desenvolvidas também por iniciativa pessoal e esforços empreendidos por docentes e gestores. A visibilidade e a compreensão dessas iniciativas, bem como um alinhamento entre elas em torno a propósitos institucionais consistentes e por meio de incentivos e compromissos institucionais, poderiam fortalecer, ainda mais, o processo de internacionalização no interior na universidade e, também, refleti-lo fora dela.

Palavras-chave: Internacionalização da Educação Superior; Concepções; Ideário; Práticas.

ABSTRACT

This project aims to investigate the concepts and practices of internationalization, within the scope of the Federal University of Alfenas (UNIFAL-MG); its main objective is to identify the relation between internationalization conceived in policies, institutional plans and documents referring to the internationalization process at UNIFAL-MG; and its practical dimension, composed of actions, activities that are referred to as internationalization. In this study, it is understood that internationalization, in the higher education scenario, is a non-neutral multidimensional process that materializes institutionally, crossing different levels, sectors and academic-university functions. It uses as theoretical references presented by Morosini, Dalla Corte, Lima, Maranhão, Sebastián, Knight, Hudzki, De Wit, Leask, among others. The investigation process is supported by the assumptions of the quantitative-qualitative approach, using institutional documents, a questionnaire with professors from the institution's permanent staff and semi-structured interviews with managers, as a source of information collection; in addition, it is guided by the constructive-interpretative methodology for the analysis and interpretation of information. It was possible to verify that the term internationalization started to be evidenced in official documents, although there are different perspectives, the institutional vision imprinted in the goals and objectives of the official documents does not contemplate the wealth of actions that occur within them, which are also developed by personal initiative and efforts made by teachers and managers. The visibility and understanding of these initiatives as well as an alignment between them around consistent institutional purposes and through institutional incentives and commitments could further strengthen the process of internationalization within the university and also reflect it outside it.

Keywords: Internationalization of Higher Education; Conceptions; Ideas; Practices.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - O campo da internacionalização da educação superior	23
Gráfico 1 - Parcela de respondentes	44
Gráfico 2 - Ações de internacionalização mais praticadas pelos docentes.....	59
Gráfico 3 - Ações de internacionalização praticadas pelos docentes	60
Gráfico 4 - Ações de internacionalização menos praticadas pelos docentes.....	60
Quadro 1 - Razões para internacionalizar.....	28
Quadro 2 - Mitos e visões equivocadas	30
Quadro 3 - Atividades de internacionalização em casa	36
Quadro 4 - Documentos norteadores do processo de internacionalização	42
Quadro 5 - Documentos importantes para o processo de internacionalização	43
Quadro 6 - Linha do Tempo da Internacionalização da/na UNIFAL-MG.....	50
Quadro 7 - PDI e Internacionalização.....	51
Quadro 8 - Plano/Política de internacionalização (2018-2022): pontos privilegiados	58
Quadro 9 - Sistematização dos núcleos de significação.....	60

ABREVIATURAS E SIGLAS

ARINTER	Assessoria de Relações Interinstitucionais
BM	Banco Mundial
BRAVE	<i>Brazilian Virtual Exchange</i>
BRACOL	Programa Intercâmbio de Estudantes Brasil-Colômbia
BRAMEX	Programa Intercâmbio de Estudantes Brasil-México
CAI	Cooperação Acadêmica Internacional
CAPES	Coordenação de Pessoal do Ensino Superior
CEAD	Centro de Educação a Distância
CEUFE	Centro Universitário Federal
COIL	<i>Collaborative Online International Learning</i>
CONSUNI	Conselho Universitário
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CsF	Ciências sem Fronteiras
DRI	Diretoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais
EFOA	Escola de Farmácia e Odontologia
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.
FAUBAI	Associação Brasileira de Educação Internacional
GCUB	Grupo Coimbra de Universidade Brasileiras
IaH	<i>Internationalization at home</i>
IES	Instituição de Ensino Superior
IoC	<i>Internacionalization of Curriculum</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
PEC-G	Programa de Estudantes Convênio de Graduação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDU	Plano de Desenvolvimento da Unidade
PRG	Pró-reitoria de Graduação
PRPPG	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
SEI	Sistema Eletrônico de Informação
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	17
2.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	17
2.2	RECORTE CONCEITUAL DA INTERNACIONALIZAÇÃO	24
2.3	PRÁTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO	32
3	PERCURSO METODOLÓGICO.....	40
3.1	NATUREZA E ABORDAGEM DA PESQUISA.....	40
3.2	CENÁRIO DA PESQUISA	40
3.3	COLETA, ANÁLISE DE INFORMAÇÕES E PARTICIPANTES DA PESQUISA.	42
3.3.1	Etapas para coleta de informações	42
3.3.2	Análise e interpretação das informações	45
4	CONTEXTUALIZANDO A INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIFAL-MG ..	47
4.1 –	PERSPECTIVAS, METAS E FINALIDADES DA INTERNACIONALIZAÇÃO ...	49
5	DIMENSÃO PRÁTICA E O PAPEL DA INTERNACIONALIZAÇÃO	59
5.1	AÇÕES DA DIMENSÃO PRÁTICA	59
5.1.1	O que se pratica e o que se concebe	59
5.2	NÚCLEO 1: CONCEPÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO	62
5.2.1	Relação de troca com outras culturas.....	62
5.2.2	Cumprimento de critérios.....	65
5.2.3	Processo intra-institucional	68
5.3	NÚCLEO 2: PRÁTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO	69
5.3.1	Recursos financeiros	69
5.3.2	Questões estruturais	71
5.3.3	Ações isoladas.....	73
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
	REFERÊNCIAS	79
	APÊNDICES	88

ANEXOS.....	95
--------------------	-----------

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi elaborado com o objetivo de compreender as práticas que são materializadas no âmbito institucional acadêmico-universitário e entender suas relações com as concepções de internacionalização que são formadas ou se fazem presentes nesse âmbito. As reflexões apresentadas têm como base uma pesquisa quanti-qualitativa feita no contexto de uma universidade pública federal brasileira, localizada no sul do estado de Minas Gerais, a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), que foi nosso cenário de pesquisa², identificamos a necessidade de refletir sobre o que foi e estava sendo desenvolvido no contexto da UNIFAL-MG, sobretudo o que foi materializado por gestores e docentes³ da instituição.

No Brasil, os processos de internacionalização da educação superior passaram a se materializar de maneira ampla a partir da primeira década do século XXI, chegando a ocupar lugares centrais nas discussões da educação superior, com visibilidade e incidência nas mais diferentes áreas. Com sua rápida difusão e o desenvolvimento de práticas tidas como de internacionalização, se faz cada mais necessário compreender esses processos e suas práticas.

No início da construção do trabalho, fomos surpreendidos pela crise sanitária mundial instalada no ano de 2020, por conta da covid-19. Frente a esse cenário marcado por isolamento e distanciamento social, fechamento de fronteiras, baixa mobilidade de pessoas, agravamento das desigualdades sociais e econômicas; mudanças nas mais diversas áreas sociais, econômicas, acadêmicas e tecnológicas – surgiu a dúvida sobre como seria o futuro da internacionalização em meio às incertezas que estávamos vivendo naquele momento.

² A escolha do cenário está relacionada com a minha história enquanto estudante e enquanto bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), no período de 2015 a 2017, desenvolvendo trabalhos na, então, Assessoria de Relações Interinstitucionais da UNIFAL-MG. Essa bolsa foi concedida mediante a aprovação do projeto *CSA- APQ-03771-14- Consolidação do processo de inserção internacional da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)*. O projeto, de autoria do então assessor de relações interinstitucionais Prof. Dr. Masaharu Ikegaki, objetivava superar desafios que se apresentaram com uma nova demanda internacional, nesse sentido, ele previa, além do cronograma de trabalho, atividades de imersão e capacitação. Trabalhar nesse órgão de apoio me permitiu participar de momentos únicos da história da universidade, entre eles: colaborar nas ações de acolhimento na chegada dos primeiros estudantes internacionais da Pós-graduação da UNIFAL-MG, além de estudantes de graduação em intercâmbio; cuidar de trâmite de documentos relacionados à cooperação e mobilidade. Também, possibilitou-me fazer imersão em escritórios de relações internacionais de outras universidades do estado de Minas Gerais, para que pudesse conhecer melhor as práticas desenvolvidas primordialmente pelos Departamentos de Relações Internacionais já consolidados. Por meio da rede das universidades de Minas Gerais, a rede UNIMINAS, pela qual os escritórios de Relações Internacionais mantinham-se em contato constante, fui rapidamente acolhida em escritórios maiores.

³ É importante lembrar que, como se trata de uma universidade pública federal, para ocupar cargos de confiança os gestores precisam ser servidores públicos, a gestão é feita em um período de quatro anos, permitindo reeleição por mais quatro anos.

As respostas vieram aos poucos; percebemos que a interação, a solidariedade internacional, o diálogo intercultural e a conexão entre países e diferentes povos passaram a ser fortalecidos, principalmente, mediados pelas mais diferentes tecnologias; por outro lado, pôde-se notar que as mais diferentes crises se intensificaram, bem como a intolerância, xenofobia e preconceito também passaram a ser mais presentes. Essas percepções nos motivaram a afirmar que as ações desse processo são construções humanas imbuídas de significações, sujeitas às ambivalências, complexidades, vicissitudes e tensões que se manifestam nos *loci* onde se materializam.

Embora o campo da internacionalização possua um certo *glamour* e, constantemente, sejam ressaltados seus benefícios para uma educação menos paroquial, para cooperação, inovação, diplomacia do conhecimento, entre outros; é notório que concepções e práticas de internacionalização têm se moldado em meio às contradições e crises estruturais as quais a própria instituição/universidade tem vivenciado na era das sociedades do conhecimento e da globalização da economia: crises de legitimidade⁴ diante das novas configurações do papel da universidade, do conhecimento, da educação superior e de suas respectivas responsabilidades e compromisso social; além de crises institucionais diante de parâmetros neoliberais⁵ e outras que se manifestam nos respectivos contextos institucionais e sociais.

Nessa linha, consideramos que as concepções e práticas de internacionalização deflagram impasses na busca de sobrevivência das instituições em um cenário competitivo, de constante e rápidas mudanças; com isso seus propósitos e finalidades podem traduzir tensões e diferentes perspectivas. Entendemos que a internacionalização se constitui em um campo (MOROSINI; DALLA CORTE, 2021) perpassado por visões opostas da educação superior e, embora possa ser concebida em diferentes níveis, reconhecemos a instituição como *locus* de materialização dos seus processos. Também concordamos com Leal *et al* (2020, p. 3), que diz que internacionalização é um “processo multidimensional, complexo e não neutro, pautado na lógica de diferentes agentes e atores, de estímulos diretos e indiretos, que frequentemente ficam sob tensão”.

Cabe ressaltar que reconhecer a instituição como *locus* não implica afirmar que o âmbito institucional está isolado: se por um lado, as práticas de internacionalização estão vinculadas ao contexto institucional no qual são desenvolvidas e não ficam alheias às peculiaridades dele; por outro, também são dialeticamente influenciadas por movimentos

⁴ Santos, 2004.

⁵ (*ibidem*)

regionais, nacionais e mundiais⁶, podendo refletir, em maior ou menor grau, as complexidades desses movimentos.

Assim sendo, optamos por investigar como a internacionalização tem sido concebida, quais são seus valores e finalidades e como tem se materializado por meio de ações e atividades referenciadas como sendo de internacionalização. Nosso interesse recai na busca por identificar as relações que são construídas entre concepção e prática de internacionalização, entendendo como prática ou dimensão prática aquilo que é materializado em atividades e ações por meio de um ou mais agentes/indivíduos ou grupo.

Esse interesse se manifesta no seguinte questionamento: *Como a dimensão prática de internacionalização no âmbito da UNIFAL-MG tem se caracterizado e tem substancializado as concepções e o ideário de internacionalização presente nessa instituição?*

O objetivo geral consiste em identificar as concepções de internacionalização presentes no contexto da UNIFAL-MG e caracterizar suas práticas, buscando compreender os vínculos estabelecidos entre elas. Para isso, teve como objetivos específicos:

- a) analisar as políticas e planos referentes à internacionalização da UNIFAL-MG, identificando neles perspectivas, as metas e finalidades referentes à internacionalização;
- b) identificar e caracterizar as práticas que integram esse processo;
- c) analisar as relações existentes entre o que é concebido como internacionalização e o que é praticado.

Os pontos privilegiados foram divididos em quatro seções e as considerações finais. A primeira seção apresenta considerações importantes para compreensão das perspectivas opostas que atravessam o campo da internacionalização e as concepções que se formam ou se manifestam no âmbito institucional e acadêmico-universitário, bem como retoma reflexões fundamentais sobre a era da globalização, da sociedade da informação, do conhecimento e as crises que se instauraram na educação.

A segunda seção descreve e contextualiza o cenário e os participantes de pesquisa, apresenta o percurso metodológico da investigação, que se respaldou em pressupostos quantitativos e qualitativos de pesquisa; também apresenta os instrumentos utilizados para coleta de informações, os quais incluíram coleta de informações nos documentos oficiais da universidade, entrevistas semiestruturadas com gestores, envolvidos no processo de internacionalização, além de questionário aos docentes permanentes da instituição.

⁶ Morosini e Dalla Corte (2021) afirmam que a internacionalização é influenciada por “movimentos mundiais em diferentes gradações e com diferentes *ethos*” (MOROSINI; DALLA CORTE, 2021, p. 36).

A terceira seção, por sua vez, apresenta a interpretação das informações reunidas a partir dos documentos, contextualiza a internacionalização na UNIFAL-MG, considerando os aspectos privilegiados neste trabalho. A quarta seção, por sua vez, apresenta e discute os resultados do que foi apreendido e sistematizado por meio dos indicadores e dos seus respectivos núcleos de significação, além das atividades desenvolvidas que foram elencadas pelos participantes da pesquisa por meio de um questionário *on-line*; em seguida, encontram-se as considerações finais.

Este trabalho configura-se como um dos primeiros que se propõe a abordar as práticas de internacionalização no âmbito da UNIFAL-MG; diante do percurso trilhado, esperamos que as informações e as interpretações reunidas possam suscitar novas reflexões e diferentes questionamentos sobre as concepções de internacionalização, seus processos e suas práticas desenvolvidas institucionalmente, uma vez que os seus *loci* de materialização são ricos em significações, conexões e podem ser elementos-chave, quando buscamos meios para ser mais assertivos e aproveitar o potencial que os processos de internacionalização podem oferecer.

2 INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A dimensão internacional do conhecimento, as trocas científicas, culturais e a mobilidade entre docentes e discentes sempre fizeram parte da história das universidades, mas se intensificaram e ganharam novos matizes na era da globalização e no paradigma das sociedades da informação e do conhecimento. O próprio termo “internacionalização da educação superior” passou a ficar em evidência como um processo “estratégico ligado à globalização e à regionalização das sociedades e seu impacto na educação superior” (MOROSINI, 2006, p.115).

No campo da educação e da internacionalização da educação superior, não ignoramos os impactos dos processos da globalização e dos novos paradigmas nas redefinições do papel da educação superior, do conhecimento e da própria universidade. Entendemos que as universidades “são instituições sociais que exprimem de maneira diferenciada o modo de funcionamento da sociedade” e “acompanham as transformações sociais, econômicas e políticas” (CHAUÍ, 2003). Nesse sentido,

a universidade deve sua reconhecida longevidade à capacidade que tem mantido para se transformar e adaptar à evolução do mundo. Por vezes por iniciativa própria, outras vezes em resposta a estímulos exteriores de carácter mais ou menos impositivo, sempre ou quase sempre em equilíbrio tenso entre reflexão autônoma e resignação à heteronomia, entre impulsos pró-ativos e reativos (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012, p. 50).

As instituições de ensino superior, sobretudo, a universidade, não deixam de responder ou resistir às demandas, mudanças e contradições do cenário no qual estão imersas; as concepções e práticas de internacionalização têm se formado e se materializado em meio a esse cenário.

Embora intrinsecamente relacionados, os processos de globalização e internacionalização são diferentes: os de globalização podem ser caracterizados pelas “atividades estratégicas em escala planetária, em tempo real”; pela “troca de informações à medida que elas são produzidas”; “ação à distância; redução do espaço-tempo; aceleração das interdependências; reorganização das relações de poder” ou “predomínio da economia de mercado” com “políticas de liberação de comércios de bens e serviços e desenvolvimento de migrações internacionais” (AKKARI, 2011, p. 21-22).

Seus processos também são marcados por contradições, as relações globais não são de

acesso a todos, trata-se de um cenário de contrastes; com a disfunção generalizada dos territórios resultante do avanço no desenvolvimento das tecnologias e da informação, o movimento geral de uma sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional, local e da sociedade nacional se juntam e se chocam ao mesmo tempo (SANTOS, 2011);). Com isso criou-se a ilusão de que os lugares seriam globais, e todos poderiam impulsionar esse movimento

Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias — para aqueles que realmente podem viajar — também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado (SANTOS, 2011, p. 18-19).

Há também como característica uma perversidade sistêmica, a qual está relacionada com a “adesão desenfreada a comportamentos competitivos que caracterizam as ações hegemônicas” (SANTOS, 2011, p. 20). Essas ações fazem referência à busca pela supremacia, pelo poder absoluto, superioridade, influência e liderança não só no setor econômico, mas político, cultural, científico, entre outros; o conceito de hegemonia pode relacionar-se com a conquista da unificação, do consenso, mesmo em ambientes heterogêneos:

a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se. Portanto, a hegemonia não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo (GRAMSCI *apud* MORAES, 2010, p. 55).

É nesse cenário de contradições e ações hegemônicas que novos parâmetros passaram a ser ditados para os mais diferentes contextos educacionais; as informações, a própria educação e o conhecimento passaram a ser considerados a base para serviços altamente rentáveis, fundamentais para garantir competitividade entre países, regiões e instituições.

Em 1973, Bell (1973) usou o termo *sociedade da informação* para fazer referência a uma era pós-industrial, na qual a informação se tornava um elemento central. Posteriormente, alguns teóricos diferenciaram “sociedade da informação” e “sociedade do conhecimento”:

“sociedade da informação” coloca a ênfase no conteúdo do trabalho (o processo de captar, processar e comunicar as informações necessárias), e “sociedade do conhecimento” nos agentes econômicos que devem possuir qualificações superiores para o exercício do seu trabalho (BURCH, 2005, p. 4).

Nessa era da sociedade da informação e do conhecimento, as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), somadas ao fator “inovação”, passaram a cumprir um papel fundamental: o conhecimento passou a ser a base para produção e comercialização de bens e serviços. A tendência apresentada é a “desmaterialização”, a diminuição absoluta e relativa da importância da parte material usada na produção de bens e serviços (LASTRES *et al.*, 2002).

Os efeitos mesclam-se aos da globalização: “mais oportunidades legítimas para um pequeno número de países desenvolvidos dominar econômica e politicamente outros países”, “aumento das desigualdades e conflitos entre regiões e países”, “promoção de culturas e valores dominantes de alguns países”, “aceleração do transplante cultural” (AKKARI, 2011, p. 25-26); são efeitos que, cada vez mais, confrontam a educação superior, aos quais as instituições acabam adaptando-se ou resistindo aos desafios impostos por esse cenário.

Veiculada pela sociedade do conhecimento, a globalização passou a criar novas e desafiadoras demandas e também exigências para o contexto universitário, exigindo cada vez mais novos produtos tecnológicos e pessoas qualificadas (MOROSINI; DALLA CORTE, 2021).

A universidade passa a ter diferentes responsabilidades, como a de contribuir para o desenvolvimento econômico da região e do país, gerar mão de obra qualificada, entre outras; ante às necessidades do mercado, ela também passa a ser avaliada pelos parâmetros neoliberais quanto à sua produtividade, seu rendimento e o seu posicionamento nas sociedades da informação e do conhecimento. Tal como afirmam Carvalho e Real (2020, p. 229):

na globalização de viés neoliberal, a educação superior passa a ter como função o fortalecimento da economia global, com interesses públicos e privados. Os Estados nacionais deixaram de ter exclusividade na responsabilidade com as políticas, o controle e a avaliação da educação superior.

Avaliada pelo desempenho e pelos parâmetros neoliberais, a universidade – sobretudo a pública – entrou em uma crise institucional induzida “pela perda de prioridade do bem público universitário nas políticas públicas” e “pela secagem financeira e descapitalização das

universidades públicas” (SANTOS, 2004, p. 6). Assim, para barganhar sua sobrevivência, a universidade vai abdicando ou perdendo sua relativa autonomia. Segundo Santos (2004):

Para sobreviver as universidades têm de estar ao serviço destas duas ideias mestras-sociedade de informação e economia baseada no conhecimento – e para isso têm de ser elas próprias transformadas por dentro, por via das tecnologias da informação e da comunicação e dos novos tipos de gestão e de relação entre trabalhadores de conhecimento e entre estes e os utilizadores ou consumidores (SANTOS, 2004, p. 19).

A sobrevivência das universidades, em especial as públicas, se torna um elemento chave para compreender parte das contradições que rondam os processos e as práticas de internacionalização. No paradigma das sociedades da informação e do conhecimento, a lógica financeira é a que passa a orientar a lógica técnica e, para isso, conta com o suporte das economias mais ricas (LASTRES *et al.*, 2002). Os mercados principais ditam as técnicas, bem como o conhecimento que lhes são necessários ou importantes. E assim,

as desigualdades nas condições de provisão, acesso e uso de novas tecnologias, sistemas e conteúdos podem até gerar novas e mais complexas disparidades entre indivíduos, empresas e organizações, regiões, países e blocos. Na sociedade e na economia do conhecimento, mais sério que a *divisão digital*, entre os que possuem ou não acesso às novas tecnologias, é a *divisão do aprendizado*, pois isso pode contribuir para ampliar a polarização existente na distribuição de poder, riqueza e conhecimento, expandindo as disparidades entre e até mesmo dentro de países, regiões e sociedades (LASTRES *et al.*, 2002, p. 64).

Os países, regiões, instituições em desvantagem econômica também estão em desvantagem em relação ao conhecimento e vice-versa. O acesso à informação e ao conhecimento passam a alimentar a lógica econômica, a configurar novas relações de poder globais, nacionais, regionais e institucionais.

No paradigma das sociedades do conhecimento, o acesso aos benefícios é restrito a uma minoria que possui condições e oportunidade de competir local e globalmente. Segundo ele, “a competitividade é medida pelas oportunidades de acesso ao conhecimento e as técnicas a ele associadas” (DIAS SOBRINHO, 2005).

A lógica do saber como insumo central da produção nos mercados cada vez mais sofisticados acirra a contradição: aumenta as riquezas, mas também colabora para aumentar as massas de indivíduos pobres e, do ponto de vista da racionalidade capitalista, tidos como quase descartáveis, pois não conseguem produzir porque não sabem fazê-lo e apresentam baixa quantidade e qualidade de consumo. Mais do que isso, não têm os meios para aprender e continuar aprendendo, para dominar sistemas complexos de informação e manter-se sempre atualizados na mesma velocidade com que se alteram os conhecimentos, os interesses do capital e os perfis profissionais. As transferências de novas tecnologias são feitas de modo desigual. Além disso, os

países pobres dispõem de poucos recursos materiais e intelectuais para desenvolver, de modo próprio e independente, as aprendizagens dessas novas tecnologias, e, no jogo de relações de poder mundiais, não têm força suficiente para priorizar os temas de real interesse local (DIAS SOBRINHO, 2005).

Considerando o exposto e, no que diz respeito às universidades, esse paradigma produz uma nova tensão, quando ao invés de indicar um avanço, coloca a produção de conhecimento a serviço do capital financeiro, para responder às suas demandas. Tal como afirma Dias Sobrinho (2005) “as forças hegemônicas na produção técnica e científica escondem que são os critérios de países ricos, de acordo com exigências dos mercados centrais, que determinam o tipo e a qualidade do conhecimento que lhes seriam importantes”.

Também nos assevera que “a produção, distribuição e aplicação dos conhecimentos” afetam tanto a vida dos indivíduos quanto as políticas econômicas, sociais e culturais das nações. Nesse sentido, defende que é preciso pensar na distribuição dos benefícios do conhecimento, pois o controle social é feito, sobretudo, mediante controle do conhecimento (*ibidem*).

Essas considerações preliminares nos permitem afirmar que os processos de internacionalização demandam esforços e práticas que são diferentes entre as instituições que detêm a vantagem financeira, o conhecimento técnico e o poder social ou são oriundas de contextos que os detêm, e as instituições que estão em busca de sobrevivência, que precisam barganhar a sua relativa autonomia para poder acompanhar as transformações sociais e sobreviver financeiramente, cientificamente entre outros. Nesse processo, chamam para si missões que extrapolam a sua capacidade formativa, sua sobrevivência depende de fatores de diferentes ordens, seja econômica, financeira, administrativa, avaliativa, entre outras que emergem de diferentes panoramas.

Tal como destaca Cunha-Melo (2015), há várias questões que não podem ser ignoradas quando discutimos sobre internacionalização, sendo que as enormes diferenças entre as regiões do mundo é uma delas. Há conflitos latentes e assimetrias profundas entre os participantes no processo de internacionalização e há também relações que são guiadas por dominação e interesses individuais, os quais marcam uma importante influência e a dependência acadêmica.

Considerando o cenário científico internacional podem ser identificados três participantes: os do núcleo central da produção científica que possuem o poder científico; os do núcleo semiperiférico que possui certo poder científico; e os participantes periféricos. Essa estratificação guarda relação com a posição das nações no mundo econômico, financeiro e político. A periferia científica internacional é representada pelos países pobres que, nesse aspecto, são dependentes

dos núcleos central e semiperiférico e têm que confiar no fomento desses núcleos, além de depender das programações, métodos e até mesmo dos objetivos científicos destes. **Lutam para existir e para serem aceitos como parceiros na produção do conhecimento.** Os cientistas de países pobres precisam de muita energia para convencer as autoridades políticas sobre a **necessidade de desenvolver pesquisa científica como forma de solução para graves problemas sociais**, sanitários e econômicos (CUNHA-MELO, 2015, p. 22-23, grifo nosso).

Essas disparidades impactam os processos de internacionalização, sobretudo, no que diz respeito à capacidade e condição das instituições para dar capilaridade aos processos e práticas de internacionalização em seus respectivos contextos institucionais. Em consonância com o entendimento de que os processos de internacionalização variam de contexto a contexto, há que se destacar que, nacionalmente, o Brasil tem suas grandes assimetrias que não podem ser ignoradas, já que é um país territorialmente extenso, com profundas desigualdades sociais, diferenças culturais e que forma parte de um panorama complexo cuja história é marcada por processos de dominação/colonização, fissuras e lutas.

No contexto nacional das universidades brasileiras, o desenvolvimento dos processos de internacionalização foi alavancado em meio às transformações da economia mundial nas quais as empresas e os mercados se tornaram mais competitivos (MOROSINI; DALLA CORTE, 2021).

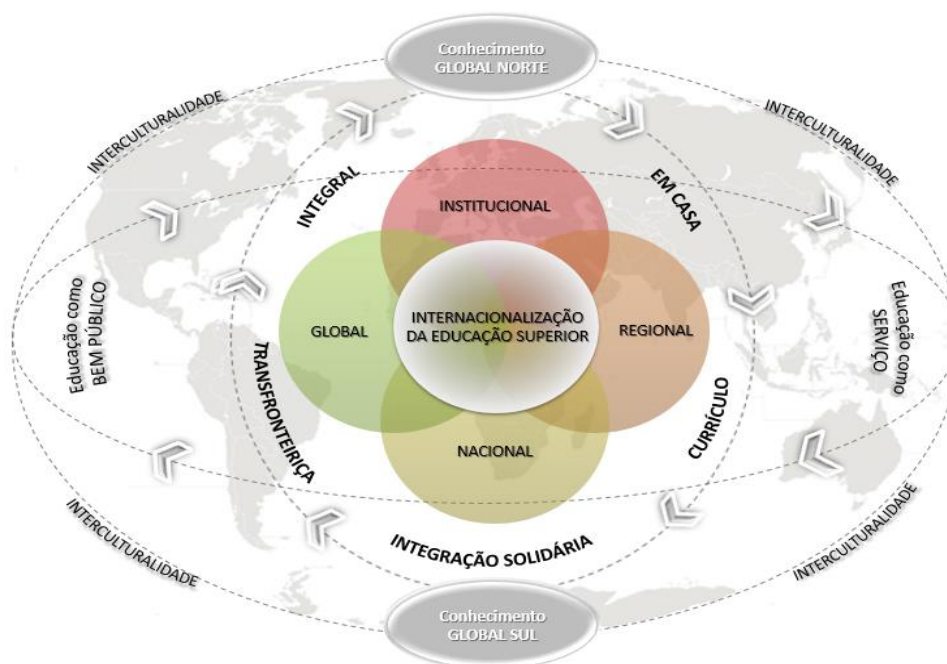
Ele teve início na década de 1930, com foco no fortalecimento das instituições nacionais e a contratação de professores estrangeiros; posteriormente, surgiu um novo período após a Segunda Guerra Mundial, que foi marcado pela contratação de professores-consultores e o apoio a professores para formação *stricto sensu* no exterior (LIMA; CONTEL, 2011).

Outro período, por sua vez, teve lugar a partir dos anos 1980, com a ampliação da pós-graduação, os incentivos visavam a formação de professores e pesquisadores qualificados para liderar processos de produção e difusão do conhecimento (LIMA; CONTEL *apud* LAISNER, 2019). Segundo Laisner (2019), nessa fase havia uma busca, por meio da cooperação internacional, para “escapar das relações de subordinação e estabelecer relações mais igualitárias”, em um movimento mais estratégico. Em consequência, outro período surge, com movimentos mais abertos à competição internacional (LAISNER, 2019).

Esse cenário de competição se fortalece no âmbito da educação superior. A classificação da educação como serviço, feita pela Organização Mundial do Comércio (OMC), embora tenha sido em caráter consultivo, serviu como base para novos comportamentos, corroborando para promover a lógica de mercado no âmbito educacional. No cenário internacional, “passou a se fortalecer a concepção da Educação Superior entendida como mercadoria” (MOROSINI *apud* MOROSINI; DALLA CORTE, 2021, p. 54).

A internacionalização se forma no seio de um cenário ambivalente e de visões opostas, é nesse sentido que nos baseamos nos esclarecimentos teóricos de Morosini e Dalla Corte (2021), os quais entendem que a internacionalização se constitui em um campo atravessado por visões opostas, tal como exemplificado na figura a seguir.

Figura 1 - O campo da internacionalização da educação superior



Fonte: DALLA CORTE; MOROSINI apud MOROSINI; DALLA CORTE, 2021, p.45.

Os modelos de internacionalização, bem como seus processos, não podem ser separados da interculturalidade, no entanto, também são perpassados por diferentes perspectivas e pela configuração do que é produzido nos países do eixo Global Norte - tidos como dominantes na produção do conhecimento - e os do eixo Global Sul - ainda considerados periféricos e semiperiféricos na produção do conhecimento, marcados por movimentos, muitas vezes, contra-hegemônicos, na busca por sua afirmação e identidade (MOROSINI; DALLA CORTE, 2021).

As perspectivas sobre internacionalização se formam e transitam entre dois grandes eixos opostos: o acadêmico e o econômico.

Na primeira perspectiva, os fundamentos e os propósitos são a solidariedade, as trocas científicas e culturais, a integração entre as esferas locais e a global, a equidade social e cognitiva, o desenvolvimento sustentável, a qualidade científica e dos processos de formação escolar, a interculturalidade, etc. Na perspectiva econômica, interessa essencialmente a concorrência, a busca por padrões, os ranqueamentos, a venda de serviços e produtos educacionais, a manutenção de hegemonias na produção, distribuição e socialização do conhecimento considerado

válido e útil, a corrida por tecnologias, a produção e comercialização de educação à distância, além de vários outros propósitos (CHAVES *apud* THIESEN, 2017, p. 997).

Considerando essas oposições, Oregioni (2017) enfatiza que as perspectivas sobre internacionalização não são encontradas separadamente, mas em **constante tensão**. Na visão dessa autora,

entram em tensão um modelo de internacionalização que apresenta a educação superior como serviço e um modelo que apresenta a educação superior como um direito; a âncora territorial em tensão com a homogeneização; a produção de conhecimento competitivo em tensão com a produção de conhecimento pertinente; medir a internacionalização a partir da quantidade de convênios internacionais ou de acordo com a qualidade e pertinência dos vínculos internacionais, etc (OREGIONI, 2017, p. 120, tradução livre⁷).

Nessa linha, destacam-se dois termos muito relevantes para esse embate de visões que permeiam os processos de internacionalização, são eles: internacionalização endógena e exógena. Internacionalização endógena ou contra-hegemônica é aquela cujos processos se atentam às necessidades da instituição e se alinham a seus princípios e finalidades; já a internacionalização exógena responde a padrões alheios ao *locus* desses processos (OREGIONI, 2017).

No campo da internacionalização, se por um lado há movimentos que podem servir a interesses dominantes, por outro também há possibilidade de enfrentamento a essa dominação, na busca pela promoção da solidariedade, equidade e da transformação, tornando-se um campo de possibilidades e incertezas.

A seguir, mencionaremos algumas das perspectivas teóricas trabalhadas na América Latina, o recorte conceitual de internacionalização mais difundido e suas implicações na prática.

2.2 RECORTE CONCEITUAL DA INTERNACIONALIZAÇÃO

Entre as diversas perspectivas teóricas que buscam compreender internacionalização e seus processos destacam-se:

⁷ “*Entran en tensión un modelo de internacionalización que presenta a la ES como servicio y un modelo que presenta a la ES como derecho; el anclaje territorial en tensión con la orientación homogeneizante; la generación de conocimiento competitivo en tensión respecto a la generación de conocimiento pertinente; medir la internacionalización a partir de la cantidad de convenios internacionales o de acuerdo a la calidad y pertinencia de los vínculos internacionales, etc. Asimismo, para tener un panorama general del fenómeno es necesario identificar la incidencia de discusiones, elementos, marcos regulatorios a nivel: regional, nacional e institucional.*”

Perspectiva contextual, que entende a internacionalização como uma resposta às mudanças quantitativas e qualitativas geradas pela globalização, a partir de: 1) incidência das tecnologias da informação e da comunicação; 2) mudanças curriculares; 3) mobilidade; 4) processos de integração regional na Educação Superior e homologação de títulos, como o Mercosul Educativo e o Processo de Bolonha. Em segundo lugar, a *perspectiva institucional* enfatiza um novo estilo de gestão e uma mudança na cultura institucional (Sebastián, 2004; Knight, 1999). Por último, a *perspectiva crítica* reúne trabalhos que versam sobre os aspectos negativos da internacionalização, a partir de identificar a globalização e transnacionalização das instituições universitárias, com a mercantilização dos serviços educativos, e a permanência de um esquema convencional de distribuição espacial de fluxos de estudantes e acadêmicos no exterior desde o Sul até o Norte, denominado “fuga de cérebros” [...] (OREGIONI, 2017, p. 116, tradução livre⁸).

Do ponto de vista conceitual da perspectiva institucional, um dos conceitos mais difundidos, a internacionalização é definida como “o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, funções ou na oferta da instituição e sistema de educação pós-secundária.” (KNIGHT *apud* KNIGHT, 2020, p. 24).

Nessa definição, processo está relacionado com a concepção de que internacionalização é um “esforço contínuo, uma transformação” e indica que “existe uma qualidade evolutiva no conceito” (KNIGHT, 2020, p. 25, grifo nosso). A palavra “integração” é usada para referenciar o processo de “inserção da dimensão internacional e intercultural nas políticas e programas visando assegurar sustentabilidade e centralidade para a missão e os valores da instituição ou sistema” (KNIGHT, 2020, p. 25, grifo nosso).

Quanto ao termo internacional, ele faz referência às relações entre nações, culturas e países. Além disso, indica a relação com a “diversidade de culturas que existem dentro dos países, comunidades, instituições e salas de aula” (*ibidem*); os termos intercultural e global são usados, respectivamente, para “abordar aspectos da diversidade cultural” e “proporcionar a aceção de escopo mundial” (*ibidem*).

Nas palavras de Knight (2020, p. 25), os termos internacional, intercultural e global “complementam um ao outro e juntos eles conferem riqueza tanto de amplitude quanto de profundidade ao processo de internacionalização”. Já os outros termos, “finalidade, função e

⁸ *‘Perspectiva contextual’, que entiende a la internacionalización como una respuesta a los cambios de orden cuantitativo y cualitativo generados por la globalización a partir de: 1) la incidencia de las tecnologías de la información y la comunicación; 2) cambios curriculares; 3) incremento de las movilidades; 4) procesos de integración regional en ES y homologación de titulaciones, como el Mercosur Educativo y el proceso Bolonia. En segundo lugar, la ‘perspectiva institucional’ enfatiza en un nuevo estilo de gestión y un cambio en la cultura institucional (Sebastián, 2004; Knight, 1999). Por último, la ‘perspectiva crítica’ reúne trabajos que dan cuenta de los aspectos negativos de la internacionalización de las universidades, a partir de identificar a la globalización y transnacionalización de las instituciones universitarias, con la mercantilización de los servicios educativos, y la permanencia de un esquema convencional de distribución espacial de los flujos de estudiantes y académicos en el extranjero desde el Sur hacia el Norte, denominado ‘fuga de cerebros’.*

oferta”, referem-se respectivamente ao “papel geral que a educação superior desempenha”, que está relacionado com a missão institucional; função diz respeito “aos elementos ou tarefas primordiais do sistema de educação e/ou instituição”; e oferta alude aos “cursos e programas de educação” (*ibidem*). Essa definição faz referência à internacionalização como um conjunto de processos que perpassam todas as funções do ensino superior, ou seja: ensino, pesquisa e extensão.

Hudzki (2011) observou a necessidade de atualização desse conceito e apresentou o termo *Comprehensive Internationalization*, traduzida ao português como *Internacionalização Abrangente*, ou *Internacionalização Integral*, sobre o qual afirmou que a internacionalização:

molda o *ethos* e os valores institucionais [...]. É essencial que seja adotada por toda a instituição, liderança, governança, corpo docente, estudante e todas as unidades de serviço e suporte acadêmico. É um imperativo institucional, não apenas uma possibilidade desejável (HUDZKI, 2011, p. 10, tradução livre⁹).

Com tal definição, Hudzki (2011) evidenciou a internacionalização como sendo um compromisso da instituição a ser adotado por todos. De Wit (2013) respondeu a esse novo termo destacando que *Internacionalização Abrangente* seria tautológico, uma vez que internacionalização não seria internacionalização se não fosse abrangente. Porém, mesmo ressaltando que o termo se tratava de uma tautologia, reconheceu que ele poderia servir como um “chamado de despertar”.

A internacionalização como compromisso pode fazer parte de um processo de consciência, posicionamento e amadurecimento institucional em relação ao assunto, ou até mesmo da institucionalização da internacionalização. Em diversos contextos, o que se concebe como internacionalização chega a ser, na verdade, iniciativas individuais de docentes, órgãos e departamentos institucionais, ações, atividades isoladas.

Santos e Almeida Filho (2012), autores que compreendem a internacionalização como sendo a quarta missão da universidade – além do ensino, pesquisa e extensão - ressaltam que

depois de um período marcado pela iniciativa individual dos membros da comunidade acadêmica e de um outro em que a instituição universitária finalmente consciente da importância do assunto, procura enquadrar e alargar essa iniciativa na base de um empirismo permissivo e acolhedor que “dispara em todas as direções”, chega o momento em que se torna necessário fixar objetivos e definir opções. É

⁹ “It shapes institutional ethos and values and touches the entire higher education enterprise. It is essential that it be embraced by institutional leadership, governance, faculty, students, and all academic service and support units. It is an institutional imperative, not just a desirable possibility.”

quando a universidade compreende as potencialidades da internacionalização *per se*, e do seu fecundo inter-relacionamento com as restantes missões (SANTOS, ALMEIDA FILHO, 2012, p. 145).

Em outras palavras, o trecho acima citado nos apresenta uma expansão do que, geralmente, se concebe como internacionalização no contexto institucional, iniciando com apenas ações individuais, passando à uma expansão sem filtros e critérios e, por fim, o estabelecimento de objetivos, razões e ações.

A definição de finalidades e objetivos para internacionalização é elemento fundamental para que a internacionalização possa ser mais integrada, propositiva, respeitando as prioridades institucionais e em consonância com a missão institucional. Tal como explicita Knight (2020), razões claras e articuladas é um divisor de águas nos processos de internacionalização.

Desde um ponto de vista relacionado à operacionalização, sem razões claras, somadas a: “objetivos e definição políticas”, “plano de implementação”, “sistema de monitoramento e avaliação”, a internacionalização acaba tornando-se reativa e fragmentada frente às inúmeras oportunidades existentes (KNIGHT, 2020, p. 29). Isoladas entre si, as ações de internacionalização perdem sua direção, ou segundo De Wit (2013), quando as ações estão isoladas entre si, não se trata de internacionalização, pois internacionalizar pressupõe uma integralização das ações e dos processos.

Para ilustrar, Knight (2020) fez um comparativo entre as razões mais pontuadas no ano de 1999 para a internacionalização e as mais destacadas em 2020, nos mais diferentes níveis. O comparativo pode ser verificado no quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Razões para Internacionalizar

Quatro categorias de razões (1999)	Níveis de razões (2020)
<i>Nível acadêmico</i>	<i>Nível individual</i>
Dimensão internacional para pesquisa e desenvolvimento	Desenvolvimento de visão de mundo e competências internacionais
Ensino	Promoção de carreira
Ampliação do horizonte acadêmico	Compreensão e aptidões interculturais
Desenvolvimento institucional	Conhecimento de questões nacionais/internacionais
Perfil e <i>status</i>	Desenvolvimento de rede internacional
Melhoria da qualidade	
Padrões acadêmicos internacionais	
<i>Nível econômico</i>	<i>Nível Institucional</i>
Geração de receita	Melhoria da Qualidade
Competitividade	Incremento de pesquisa e inovação
Mercado de trabalho	<i>Branding</i> e perfil internacional
Incentivos financeiros	Capacitação
	Desenvolvimento de corpo discente, docente e funcional
	Alianças estratégicas
	Produção de conhecimento
	Geração de renda
<i>Nível Político</i>	<i>Nível Nacional</i>
Política exterior	Desenvolvimento de recursos humanos/ aptidões
Segurança Nacional	Maior acesso à educação superior
Assistência Técnica	Ganho de cérebros
Paz e compreensão mútua	Intercâmbio comercial
Identidade nacional	Construção da nação
Identidade regional	Desenvolvimento sociocultural
	Diplomacia
	<i>Soft power</i>
<i>Nível Social</i>	<i>Nível Regional</i>
Identidade Cultural nacional	Alinhamento de sistemas nacionais
Entendimento intercultural	Identidade regional
Desenvolvimento de cidadania	Alianças geopolíticas
Desenvolvimento social e comunitário	Competitividade regional

Fonte: KNIGHT, 2020, p. 31.

Como pôde ser observado no quadro apresentado, algumas das razões apresentadas no nível acadêmico do ano 1999 foram mantidas no nível institucional em 2020, entre elas: “melhora da qualidade”, “perfil internacional”, “pesquisa e inovação”. Já outras, como “alianças estratégicas”, “produção do conhecimento” e “capacitação” foram acrescentadas.

Em teoria, as razões necessitam estar articuladas com o contexto de cada instituição de ensino superior, cada instituição deve definir o porquê, para quê e como internacionalizar.

A internacionalização pode, por exemplo, ajudar no desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e dos valores internacionais e interculturais entre os estudantes – por meio das melhorias no ensino e no aprendizado, da mobilidade internacional e de um currículo que inclua elementos comparativos, internacionais e interculturais (KNIGHT, 2012).

Porém, entendemos que, na prática, muitos fatores podem diferenciar e alterar os valores, as razões e as perspectivas nos processos de internacionalização, isso porque tal como discutido nas considerações preliminares, há visões opostas que podem influenciar na interpretação desses conceitos e na materialização dos seus processos, há disputas de poder, conflitos e tensões que podem embargar as finalidades que se esperam dos processos de internacionalização da educação superior.

De Wit (2013) ressalta que o discurso da internacionalização é dominado por um pequeno grupo de envolvidos - líderes do ensino superior, governos etc., e não é suficientemente influenciado por aqueles que mais sofrem seu impacto (corpo docente e discente). Novos movimentos têm surgido para chamar a atenção à importância de compreender melhor o processo de internacionalização no interior das instituições e como ele pode afetar a vida local, regional, nacional e internacional. Nesse sentido, termos adjetivados, tais como: internacionalização inteligente, internacionalização sustentável, internacionalização transformativa e internacionalização responsável têm se propagado.

Esses novos termos surgem em meio a um cenário no qual o entendimento do que é internacionalização permite múltiplas interpretações, inclusive mitos (KNIGHT, 2011) e equívocos (DE WIT, 2011) têm se propagado. De Wit, em 2011, já havia ressaltado que era comum encontrar vários termos para referenciar a internacionalização, mas que esses tratavam somente de uma pequena parte ou uma base específica para internacionalização.

na literatura e na prática, ainda é bastante habitual utilizar termos que somente tratam de uma pequena parte da internacionalização ou enfatizam uma base específica para a internacionalização. A maioria dos termos são utilizados em relação ao plano de estudos (estudos internacionais, estudos globais, ensino multicultural, ensino para a paz, etc) ou relação à mobilidade (estudos no exterior, ensino no exterior, mobilidade acadêmica, etc) (DE WIT, 2011, p. 79, tradução livre)¹⁰.

Além disso, têm se perpetuado muitas interpretações de senso comum quanto à internacionalização, o que tem alimentado muitos equívocos. No ano de 2011, Knight (2011) elencou os principais mitos sobre internacionalização.

¹⁰ “En la literatura y en la práctica, todavía es bastante habitual utilizar términos que tan solo tratan una pequeña parte de la internacionalización o enfatizan una base específica para la internacionalización. La mayoría de los términos se utilizan en relación con el plan de estudios (estudios internacionales, estudios globales, enseñanza multicultural, enseñanza de la paz, etc.) o en relación con la movilidad (estudios en el extranjero, enseñanza en el extranjero, movilidad académica, etc.)”

Quadro 2 - Mitos e visões equivocadas sobre internacionalização

Mitos elencados por Knight (2011)	Visões equivocadas elencadas por De Wit (2011)
1) Estudantes estrangeiros como agentes de internacionalização: mais estudantes no campus vão produzir uma cultura institucional e um plano de estudos internacionalizados.	1) A internacionalização é parecida com ensinar em inglês;
2) Reputação Internacional como indicativo de qualidade: Quanto mais internacional é uma instituição melhor é sua reputação.	2) A Internacionalização é parecida com estudar no exterior.
3) Acordos institucionais internacionais: quanto maior é o número de acordos internacionais ou quantas mais associações a instituição tem, mais prestigiada e atrativa é.	3) A internacionalização é parecida com ensinar uma disciplina internacional;
4) Acreditação Internacional: quanto mais estrelas de acreditação internacional tem uma universidade, mais internacionalizada está e por isso é melhor.	4) O ensino superior é internacional por natureza
5) Construção da marca global: um plano de marketing internacional é equivalente a um plano de internacionalização.	5) A internacionalização é um objetivo em si mesma.

Fonte: Adaptado de De Wit, 2011, p. 82, tradução livre.

Tal como apresentando no quadro acima, há uma crença de que uma universidade internacionalizada é aquela que possui muitos alunos, visitantes e pesquisadores estrangeiros, mas isso pode não ocorrer na prática, se a universidade não possui programas de envolvimento e integração dos estrangeiros. Os alunos internacionais tendem a reunir-se entre eles, sem muita interação com os anfitriões.

Outro mito é associar a reputação, acreditação internacional da universidade, e o número de acordos internacionais à ideia de uma universidade internacionalizada, o que na prática deve ser analisado com cautela, pois, muitas vezes, o que ocorre é uma oposição entre quantidade e qualidade. Ainda na visão dessa autora, são altamente questionáveis as tabelas com números que podem indicar altos índices internacionais, mas na prática, nem sempre são frutíferos e proveitosos.

De Wit (2011), por sua vez, menciona ideias equivocadas associadas à internacionalização, nas quais acredita-se que ministrar uma disciplina em inglês, estudar no exterior, estudar um conteúdo internacional trata-se de internacionalização. É importante ressaltar que a internacionalização não se reduz a tais ações, por ela é possível falar de diversidade linguística e, não somente, da língua inglesa; é possível conhecer o mundo sem sair do *campus* onde se estuda, é possível estudar não só conteúdo internacional, mas a interação e a comparação entre local, internacional e global. Outra perspectiva citada pelo

autor é a de que o “ensino superior é internacional por natureza”, o que é um grande equívoco. A dimensão internacional do ensino superior, bem como da produção científica, não é natural, mas, sim, uma construção social.

De Wit (2011) e Knight (2012) coincidem ao enfatizar que a internacionalização não tem um fim em si mesma, ela é um meio para alcançar objetivos propostos pela instituição. Trata-se de um conjunto transversal de atividades combinadas que conduzem à realização de objetivos estabelecidos estrategicamente. Por exemplo, o objetivo não é a mobilidade, nem o currículo internacionalizado por si só, mas “assegurar que os estudantes estejam preparados para viver e trabalhar em um mundo mais interconectado” (KNIGHT, 2020, p. 59).

No entanto, como há uma crescente preocupação de instituições do mundo todo em tornar-se internacionais ou globais, somada à preocupação com a posição ocupada nos *rankings* internacionais, o que, entre outros fatores, pode induzir às instituições a considerarem a internacionalização com sendo um objetivo final; ou seja, as razões da internacionalização podem voltar-se para aumentar a mobilidade, a instituição ser reconhecida como internacional ou global, entre outros.

Desse modo, é importante ficar atento à diferença entre internacionalização e internacionalidade. Brandenburg (2009) explicitou a diferença entre esses dois termos: para ele, internacionalidade “mostra o estado observável na data de aquisição dos dados referentes a atividades internacionais” e internacionalização “mostra a direção na qual a instituição está a seguir, através de um processo mais ou menos gerido, de um estado atual de internacionalidade num tempo X para um estado modificado de internacionalidade crescente num tempo X+n”. (BRANDENBURG *apud* VEIGA, 2011, p. 33). Tal distinção torna-se crucial à medida que, muitas vezes, é concebido como internacionalização o que está relacionado com internacionalidade.

A internacionalização é a direção e o caminho o qual se seguirá para chegar a determinado estado/objetivo. Porém, as visões mais técnicas e objetivos mais quantitativos ainda são predominantes no universo da internacionalização e deixam mais nebuloso esse caminho. Sobretudo em contextos de lutas e assimetrias históricas, como o dos países que compõem o eixo Global Sul-Sul e são considerados semiperiféricos na produção do conhecimento, objetivos voltados somente para números não são suficientes, é preciso ir além, considerar os atores envolvidos, construir e fortalecer suas relações por meio de espaços comuns de conhecimento:

a construção de espaços comuns de conhecimento no contexto sul-sul não se

caracteriza apenas pela perspectiva idealista de ações de solidariedade, mas pela necessária constituição de redes de cooperação acadêmica internacional, articulada com a participação de nações decorrentes de contextos históricos que possuem características similares (DALLA CORTE *et al.*, 2022).

Posto isso, entendemos que a definição conceitual de internacionalização entre as mais difundidas pode aparentar uma certa facilidade de compreensão teórica, em contrapartida, em realidade, há muitas interpretações e nuances que fragilizam o potencial da dimensão prática.

2.3 – PRÁTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Tratamos como prática o que é executado, realizado e aplicado na realidade por um agente ou grupo de pessoas com uma certa regularidade ou continuidade: “as práticas envolvem as rotinas e atividades desenvolvidas na organização, as quais se desdobram em ações (práxis) que são executadas por todos aqueles atores envolvidos com a organização (praticantes)” (NEVES *et al.*, 2018, p. 93).

Entendemos que as práticas tidas como de internacionalização da educação superior, contextualizadas no âmbito institucional, podem se materializar no interior do *campus* ou fora dele. Isso porque a internacionalização no ensino superior, de um lado, implica a presença de uma cultura internacional no interior da universidade (Internacionalização em Casa ou como prática local) e, do outro, implica a projeção internacional do que é produzido localmente (Internacionalização Transfronteiriça).

A internacionalização direcionada ao interior da universidade tem como objetivo contribuir à melhora da qualidade, relevância, introduzindo a dimensão internacional na cultura institucional e os padrões internacionais na oferta e métodos docentes, na pesquisa, na extensão e nos procedimentos de gestão. A internacionalização direcionada ao exterior tem como objetivo a projeção (internacional) da oferta e capacidades da universidade; trata-se de ampliar a visibilidade, reconhecimentos e campo de atuação e influência da universidade¹¹ (SEBÁSTIAN, 2005, tradução livre).

O movimento transfronteiriço¹² das instituições, também chamado de

¹¹ “La internacionalización hacia el interior de la universidad tiene como objetivo contribuir a la mejora de la calidad y pertinencia, introduciendo la dimensión internacional en la cultura institucional y los estándares internacionales en la oferta y métodos docentes, la investigación, la extensión y en los procedimientos de gestión. La internacionalización hacia el exterior tiene como objetivo la proyección (internacional) de la oferta y capacidades de la universidad; se trata de ampliar la visibilidad, reconocimiento y ámbito de actuación e influencia de la universidad.”

¹² Knight (2020) atualizou o marco de referência com as principais tendências observadas por ela, no movimento transfronteiriço das instituições: **Pessoas:** Semestre/ano no exterior; Titulação plena; Trabalho de campo/pesquisa; Estágios; Sabáticos; Consultoria. **Programas:** Instituições-irmãs; Franquia; Concessão

Internacionalização transfronteiriça ou *cross-border*, ainda é fortemente sustentado pelas práticas da Cooperação Acadêmica Internacional (CAI) e pela mobilidade de pessoas; elas estão presentes, nos mais diversos contextos institucionais, a ponto de, muitas vezes, serem confundidas com a própria internacionalização. Mas cabe ressaltar que “cooperação acadêmica internacional e internacionalização não são sinônimos”, isso porque a internacionalização é “um conjunto mais amplo de medidas”. (LOUBACK, 2016, p. 28)

A cooperação pode ser esporádica e espontânea entre grupos e instituições, envolver acordos interinstitucionais bilaterais, regionais e redes de cooperação multilateral. (SENHORAS, 2006). Esses acordos se constituem como um importante instrumento, pois normatizam e oficializam as diversas parcerias que a instituição desenvolve. A cooperação por meio da mobilidade, seja intercâmbio acadêmico ou não, também é muito conhecida - mobilidade tem um significado mais amplo que intercâmbio, pois indica movimento/deslocamento; já o intercâmbio, por sua vez, pressupõe troca.

A maneira como as cooperações têm se realizado chamou a atenção de críticos da área, pois elas podem delatar uma forte desigualdade na relação entre países, pessoas e instituições. Como exemplo, podemos recorrer aos dados curiosos de um relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 2008 e OCDE (2006), os quais revelaram regiões que lideram o número de matrículas internacionais, são elas: América do Norte e Europa Ocidental.

Na época do relatório, as regiões anteriormente mencionadas eram responsáveis por receber mais de um milhão de matrículas internacionais, enquanto regiões como América Latina, Ásia, Caribe e África Subsaariana não atraíam nem 10% das matrículas internacionais (LIMA; MARANHÃO, 2011).

Ao analisar os dados desse relatório, Lima e Maranhão (2011) ressaltaram que:

os dados selecionados refletem a explícita coincidência entre capacidade de captação de estudantes, pujança acadêmica, poder político e econômico – entre os sete países com maior capacidade de atração de estudantes (EUA, Reino Unido, Alemanha, França, Austrália, Canadá e Japão) e constata-se que: a) seis têm sistemas de educação superior consolidados, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos; b) quatro têm sistemas privados de educação superior (Reino Unido, Austrália) ou predominantemente privados (Japão, EUA); c) seis estão localizados no Hemisfério Norte – EUA, Canadá, Reino Unido, Alemanha, França e Japão; d) seis fazem parte

conjunta/dupla; *On-line*/a distância; MOOCs *Massive Open Online Course* – (Curso *On-line* Aberto e Massivo). **Projetos:** Pesquisa; Currículo; Capacitação; Serviços Educacionais. **Provedores:** *Campus* filial no exterior; Universidade Virtual; Universidades Internacionais conjuntas; Fusão/Aquisição. **Políticas:** Garantia de qualidade; Níveis de titulações; Acumulação e transferências de créditos; Mobilidade Acadêmica (KNIGHT, 2020, p. 34)

do G7 – Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Alemanha, França e Japão, três são ex-colônias britânicas (EUA, Canadá e Austrália) e duas ainda fazem parte do British Commonwealth² ; e) quatro são anglo-falantes – EUA, Reino Unido, Austrália e Canadá; f) todos eles dispõem de uma política institucionalizada de atração de estudantes e para tanto investem expressivos recursos na divulgação dos respectivos sistemas de educação superior (LIMA; MARANHÃO, 2011, p. 581).

A internacionalização, sobretudo em países que não possuem poder político e econômico e com baixo número de estudantes internacionais, ainda tem sido vista maioritariamente sob o prisma da mobilidade *outgoing*, ou seja, em um movimento para fora das suas fronteiras.

No Brasil, após a década de 1990, no que diz respeito às ações e incentivos governamentais, se tem notado a implementação de estratégias e ações de internacionalização, as quais seguem uma tendência mundial na qual se estimula o estudo de uma língua estrangeira e a internacionalização dos cursos. É possível perceber que embora houvesse um esforço para trazer diferentes discentes, docentes e profissionais internacionais, a mobilidade *outgoing*, ou seja, de brasileiros para o exterior, ainda é expressiva, sobretudo na pós-graduação.

Nos últimos vinte anos, os incentivos e as políticas de bolsas do governo brasileiro têm priorizado a mobilidade externa por meio de financiamento a: doutorados/mestrados plenos ou sanduíches, estágios sênior ou pós-doutoral, desenvolvimento tecnológico e inovação, cátedras e capacitações no exterior, graduações plenas ou sanduíches no exterior (MAUÉS; BASTOS, 2017).

Em menor medida, também se observa programa de atração de discentes e pesquisadores estrangeiros como professores visitantes, Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-graduação (PEC-PG) em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), entre outros.

Sobre a mobilidade externa, é preciso recordar que elas podem trazer consequências indesejadas, tais como a “migração de cérebros”, na qual profissionais altamente capacitados podem deixar seu país de origem para viver oportunidades e condições que lhes são mais atrativas. Como esclarece Knight (2012):

embora haja múltiplos e variados benefícios na internacionalização, **manter o foco somente nos benefícios significa ignorar os riscos e as consequências negativas não intencionais envolvidas**. A fuga de cérebros decorrente da mobilidade acadêmica internacional é um exemplo de efeito adverso. O atual conceito de circulação de cérebros não reconhece a ameaça da mobilidade acadêmica nem a grande disputa por cérebros provenientes dos países situados no extremo inferior da cadeia intelectual (KNIGHT,

2012, grifo nosso).

É bem certo que, principalmente nos últimos anos, as ações de internacionalização têm se reconfigurado em meio aos desafios enfrentados. A presença das tecnologias tem permitido considerar que as ações e práticas fossem desenvolvidas de forma híbrida. O intercâmbio, outrora realizado presencialmente, tem sido impulsionado de maneira virtual e a distância. Modalidades de intercâmbio virtual ganharam destaque no Brasil, sobretudo em meio à situação pandêmica dos anos 2020 e 2021, a saber: BRAVE (*Brazilian Virtual Exchange*) e as aprendizagens colaborativas virtuais e COIL (*Collaborative Online International Learning*). Então, torna-se necessário estar atento às possibilidades de acesso e à qualidade desses recursos por parte dos acadêmicos.

É fundamental que uma instituição - universidade que já enfrenta as mais diferentes crises de legitimidade na era das sociedades da informação e do conhecimento - busque entender profundamente as consequências dos esforços empenhados e dos investimentos feitos nos processos de internacionalização. Também se tornou um imperativo buscar empreender uma internacionalização que não perpetue as desigualdades no acesso às diferentes experiências e oportunidades.

Nesse sentido, novos movimentos têm surgido para chamar a atenção à importância de compreender melhor e ajustar o processo de internacionalização para que seja mais efetivo e menos oneroso e desigual. A própria Internacionalização em casa (do inglês *Internationalization at Home – IaH*) ou internacionalização como prática local passou a ser evidenciada quando se deram conta de que a “mobilidade não seria suficiente para que o processo de internacionalização tivesse impacto sobre a Educação Superior”, isso por volta da década de 1970 (MOROSINI; DALLA CORTE, 2021, p. 62).

A Internacionalização em Casa, embora não tenha um conceito muito claro (*ibidem*, p. 63), pode ser entendida como “uma maneira de abraçar todas as ideias sobre internacionalização e medidas a serem tomadas para dar a todos os estudantes uma dimensão internacional durante seu tempo na universidade” (NILSSON, 2003, p. 41, tradução livre¹³).

Knight (2008) esclarece que IaH “procura dar ênfase nas dimensões internacional, intercultural e global estabelecidas no ensino, na pesquisa, extensão, nas relações com grupos locais, e na integração da comunidade estrangeira às atividades e vida no *campus*.”¹⁴ Essa autora elencou algumas das principais atividades que são desenvolvidas como IaH, que estão

¹³ “IaH is just a way to embrace all ideas about and measures to be taken to give all students an international dimension during their time at the university.”

¹⁴ (KNIGHT *apud* LEAL; MORAES, 2016, p. 80).

descritas no quadro a seguir.

Quadro 3 - Atividades da Internacionalização em casa

Currículo /Programas ou Cursos

Programas novos com temas internacionais;
 Inserção da dimensão internacional, cultural, global ou comparativa em cursos ou disciplinas já existentes;
 Estudo de língua estrangeira;
 Titulações conjuntas ou duplas;

Ensino/Aprendizado

Ênfase no processo de ensino/aprendizado, não só conteúdo;
 Envolvimento ativo de estudantes do exterior, estudantes que retornam de estudos no exterior e diversidade cultural da sala de aula no processo de ensino/aprendizado;
 Maior uso das mídias sociais;
 Uso de docentes do exterior e especialistas internacionais;
 Integração de estudos de caso internacionais, interculturais, encenações, cenários de solução de problemas, aprendizagem baseada em projetos, trabalho em equipe, comunidades de aprendizagem;
 Aprendizado em serviço;
 Integração de resultado e avaliações de aprendizado internacional, intercultural e global;

Atividade de Pesquisa

Centros de áreas e temas;
 Projetos de pesquisa e inovação baseados em redes;
 Conferências e seminários internacionais;
 Artigos e textos publicados em conjunto;
 Convênios internacionais de pesquisa;
 Programas de intercâmbio de pesquisas;
 Parceiros estrangeiros de pesquisa em setores acadêmicos e outros;
 Integração de pesquisadores visitantes nas atividades acadêmicas no *campus*.

Atividades curriculares

Programas de desenvolvimento de lideranças internacionais/globais;
 Seminários e *think tanks* interdisciplinares;
 Seminários com palestrantes de renome;
 Estágios virtuais;

Atividades extracurriculares

Clubes e associações de estudantes;
 Eventos internacionais e interculturais no *campus*.

Fonte: KNIGHT, 2020, p. 33.

Rocha e Maciel (2017, p. 11) ressaltam a internacionalização como prática local, pensada a partir de um enfoque local e transformador e retomam bases teóricas de autores como Robson (2011), que apresenta a internacionalização transformativa e responsável. Segundo esse autor, é necessário “incorporar abordagens inovadoras com relação ao desenvolvimento do currículo, mecanismos de apoio ao estudante, assim como renovadas iniciativas de desenvolvimento acadêmico” (*ibidem*, p. 11). Ademais, Dlaska (2012) discorre sobre uma pedagogia da internacionalização.

O conceito de pedagogia é trazido de modo amplo, abarcando princípios e fazeres, de forma contextualizada. O foco na relação entre culturas se sobressai, nessa proposta, distanciando-se de uma visão restrita e essencializada [...]. O aspecto preponderante encontra-se na (re)construção colaborativa de novas regras e significados, a partir do contexto, sem cair em reducionismos. Nessa perspectiva, os principais pontos dessa pedagogia (DLASKA, 2003; 2012) envolvem, entre outros, a conscientização sobre o papel da língua/linguagem nas universidades, a transdisciplinaridade, o engajamento inter/transcultural nas práticas universitárias e, assim, também em sala de aula, a diversidade e a (re)construção de identidades, bem como o fortalecimento de comunidades de aprendizagem, da aprendizagem colaborativa e da avaliação entre pares (ROCHA; MACIEL, 2017, p. 11-12).

Esses autores também chamam a atenção para transculturalidade como parte do processo, no qual a internacionalização como prática local deva ser vista “como um olhar mais atento para como esse processo pode influenciar na des/reconstrução das identidades, subjetividades e territorialidades” (MACIEL; VERGARA, 2017). A internacionalização como prática local requer consciência de cada finalidade atribuída à internacionalização como processo no âmbito institucional, além de um acompanhamento de todos os desdobramentos na instituição, envolvendo não somente os aspectos quantitativos, mas também os qualitativos.

Para IaH, consideram-se alguns fatores chave: “estratégia institucional, currículo internacionalizado, integração estudantil e inclusão” e “os docentes são considerados como os propulsores de transformações educacionais” (MOROSINI; DALLA CORTE, 2021, p. 63).

A internacionalização como prática local está conectada com a internacionalização do currículo (IoC) e também se mostra como um caminho para a construção da cidadania global.

É pontual que a internacionalização IaH pode estar interconectada a atividades curriculares e extracurriculares realizadas por estudantes e docentes, justamente porque a IoC é uma dimensão essencial da IaH e ocorre por meio de atividades intra e extrainstitucionais, as quais se constituem ótimas oportunidades formativas e educativas. Entre elas destacamos: a) momentos dialógicos e troca de experiências de ensino e de aprendizagem (interculturais e internacionais) mediatizadas em eventos científicos, semanas acadêmicas, lives, vídeos, seminários, painéis, mesas redondas, debates, exposições temáticas, entre outros; b) clubes, oficinas, disciplinas, entre outras estratégias de ensino e de aprendizagem das línguas estrangeiras; c) atividades voluntárias de cooperação docentes e estudantes em contextos nacionais e internacionais; d) desenvolvimento de redes de pesquisa e de práticas de ensino e extensão, mediatizadas por projetos entre docentes e estudantes em contextos nacionais e internacionais; e) utilização de recursos tecnológicos e digitais com vistas à interlocução e mobilidade virtual, entre outras (DALLA CORTE *et al.*, 2022).

A Internacionalização do Currículo – termo traduzido do inglês *Internationalization of Curriculum* (IoC) “garante o tratamento ético de dilemas da globalização uma vez que

desenvolve no estudante um perfil profissiográfico de engajado com a sua comunidade local e com a global” (LEASK *apud* LUNA, 2016, p. 1062). É um processo para “incorporar dimensões internacionais, interculturais e globais no conteúdo do currículo, bem como nos objetivos de aprendizagem, nas atividades de avaliação, na metodologia e em todos os serviços voltados a um curso” (*ibidem*).

A IoC ressalta a importância de pensar a internacionalização pelo currículo. Isso porque é o currículo que estrutura e regula o processo de ensino e de aprendizagem do estudante. O currículo define a instituição, “ideologias nele impressas influenciam no reconhecimento / auto-reconhecimento, por parte dos estudantes e professores, em relação a seleção e formas de abordagem dos objetos de estudo, e com a instituição de ensino de modo geral” (PEREIRA; SEHNEM, 2018, p. 50).

Ainda segundo (re)afirmam esses autores, o “currículo está intimamente ligado não só com a seleção dos saberes, mas também, com as culturas que serão legitimadas pelas instituições de ensino” (PEREIRA; SEHNEM, 2018, p. 50).

Quando a internacionalização não é pensada também pelo currículo, ela pode fragilizar os processos educacionais. O currículo pode ser entendido como elemento definidor das Instituições de Ensino Superior e precisa ser coletivamente produzido pelas experiências de todos os envolvidos, para tornar-se uma produção com a qual a comunidade acadêmica se envolva e se identifique (LUNA *apud* PEREIRA; SEHNEM, 2018, p. 51).

Esse entendimento torna-se ainda mais relevante quando o assunto é internacionalização. Lee (2013) menciona uma pesquisa feita nos Estados Unidos na qual declara que estudantes e pesquisadores estrangeiros relataram suas expectativas frustradas ante um sistema de ensino em que foram vítimas de discriminação, de tratamento injusto e de assédio pela comunidade anfitriã.

Outros autores como Ryan (2011) chamam a atenção para universidades com alto número de estudantes internacionais, mas que não desenvolvem práticas de ensino e aprendizagem para atender às novas demandas surgidas (RYAN *apud* ROCHA; MACIEL, 2017). Ao desconsiderar os aspectos institucionais internos, currículo e as culturas que são legitimadas em seu interior, podem chegar a manter um sistema que reduz a internacionalização a número e que também reduz seus potenciais benefícios à comunidade acadêmica e à sociedade como um todo. Nesse sentido, muitos esforços podem se perder diante do esvaziamento do seu potencial.

Concordamos com Lundgren *et al* (2020) quando esses mencionam que as instituições de ensino superior precisam conhecer os discursos subjacentes à internacionalização e adotar

valores e práticas sociais e educacionais, para tal, é preciso não se esquecer de estabelecer diálogos interculturais. Entende-se que a noção de interculturalidade está situada numa lógica de reciprocidade. Weissmann (2018) afirma que

para pensar a interculturalidade, temos que sair da lógica do Um e nos situar na lógica multívoca, a qual pressupõe multiplicidade e devir, e dentro da qual não podem ser feitas totalizações. Essa multiplicidade acarreta sempre diferença e se conforma dentro da heterogeneidade e suas combinações imprevisíveis. Não pode se fazer uma teoria da interculturalidade, porque isso implicaria uma generalização e universalização, o que é impossível (WEISSMANN, 2018).

O conjunto de atividades da IaH, somado à internacionalização dos currículos baseados na interculturalidade, é uma ferramenta que pode tornar-se essencial na preparação para a construção de uma cidadania global. Esse termo, por sua vez

refere-se mais a um sentimento de pertencer a uma comunidade mais ampla e a humanidade comum, bem como de promover ‘um olhar global’, que vincula o local ao global e o nacional ao internacional. Também é um modo de entender, agir e se relacionar com os outros e com o meio ambiente no espaço e no tempo, com base em valores universais, por meio do respeito à diversidade e ao pluralismo (UNESCO *apud* MARCELINO; LAUXEN, 2021, p. 72).

A educação para construção de uma cidadania global encontra uma poderosa aliada na Internacionalização do Currículo, já que esta deseja “proporcionar o desenvolvimento de cidadãos conscientes e emancipados” e a educação da cidadania global “proporciona os instrumentos necessários para isso”. Ela busca desenvolver atributos, como os de ser capaz de ser informado e pensar criticamente; estar socialmente conectado e ter respeito pela diversidade; ser eticamente responsável e engajado (UNESCO *apud* MARCELINO; LAUXEN, 2021).

Nessa linha, consideramos a internacionalização como prática local e suas interfaces com a internacionalização do currículo, a educação para a cidadania global, um sustentáculo, para que os processos possam ser mais consistentes em suas estratégias, atrelados às necessidades e aspirações institucionais/locais e, sobretudo, para que não se reduza a números e a classificações.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 NATUREZA E ABORDAGEM DA PESQUISA

A pesquisa realizada é de natureza básica e foi amparada pelos pressupostos da abordagem quanti-qualitativa; como tal, nos permite coletar informações quantificáveis e, também, abordar o objeto de pesquisa em seu universo simbólico, considerando o momento histórico e o contexto dos quais fazem parte. Tal como afirma Flick (2009, p. 24), por essa abordagem “os objetos não são reduzidos a simples variáveis, mas, sim, representados em sua totalidade, dentro de seus contextos cotidianos”.

Tendo em vista os objetivos da pesquisa, a abordagem quanti-qualitativa nos permite quantificar e buscar compreender o caráter multidimensional dos processos, considerando seu momento histórico, o contexto e o universo simbólico e interacional que os envolve. Esse tipo de abordagem ainda reconhece a pluralidade de pontos de vista e de práticas, num movimento em que tanto o pesquisador como os participantes tornam-se parte do processo de pesquisa.

3.2 CENÁRIO DA PESQUISA

A partir da abordagem escolhida, torna-se importante mencionar que a escolha do cenário de pesquisa foi feita com base na minha história, enquanto estudante de graduação e pós-graduação da UNIFAL-MG e, também, está implicada com os trabalhos que desenvolvi como bolsista, os quais foram brevemente mencionados em nota de rodapé na introdução deste trabalho.

O cenário de pesquisa trata-se de uma instituição pública centenária que se originou como Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA); sua criação estava associada a um “sonho coletivo compartilhado por médicos, dentistas, farmacêuticos, liderado pelo professor João Leão de Faria,”¹⁵ seguidos de outros professores, tais como Nicolau Coutinho, Armando de Almeida, Donato de Melo, José de Silveira Barroso e Affonso Landislau. Foi um sonho que se materializou com grande reconhecimento¹⁶. Em 1960, a EFOA foi federalizada pela Lei nº 3.854, de 18 de dezembro de 1960, o que se tornou um marco na sua história. Em 1972, foi transformada em Autarquia de Regime Especial por meio do Decreto nº 70.686, de

¹⁵ Informação retirada do portal institucional, disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/a-unifal-mg/>. Acesso em: 16 out. 2021

¹⁶ Um ano após a sua abertura em 1914 com os cursos de Farmácia e Odontologia, a escola foi reconhecida no estado de Minas Gerais pela Lei Estadual nº 657, de 11 de setembro de 1915, do Governo do Estado de Minas Gerais (MG) e passou a atrair estudantes de diversas localidades do Brasil.

07 de junho de 1972. A partir desse decreto, novos cursos começaram a ser autorizados e implementados, entre eles o de Enfermagem e Obstetrícia, autorizado em 1976; Nutrição, Ciências Biológicas, em 1999. Em 1994, foi criada a então Coordenadoria de Pós-Graduação e Pesquisa, o que posteriormente viria a transformar-se em Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG).

Após a implementação dos novos cursos, a instituição também foi ampliada e, no ano de 2001, passou a ser Centro Universitário Federal (EFOA/Ceufe). Em 2004, foi criado o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), que começou a desenvolver cursos de graduação e especialização a distância. Em seguida, no próximo ano, em 29 de julho de 2005, a instituição foi transformada em Universidade Federal de Alfenas, pela Lei 11.154/2005, quando adotou a sigla UNIFAL-MG, a qual foi eleita pela comunidade acadêmica.

A partir disso, passou por uma grande expansão que contou com o apoio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)¹⁷, por meio dele aumentou a oferta de cursos à distância, criou duas novas unidades acadêmicas e implementou diferentes cursos de graduação¹⁸ e pós-graduação.¹⁹ Atualmente, a UNIFAL-MG possui unidades educacionais, com localização da Sede e da Unidade Educacional Santa Clara, em Alfenas, também nas cidades de Poços de Caldas e Varginha, sul do estado de Minas Gerais. Com valores como diversidade e pluralidade; equidade; excelência; inclusão social; inovação; integração e interdisciplinaridade; participação democrática; sustentabilidade e transparência, a universidade em questão tem se destacado no cenário da educação superior brasileira, pela excelência e qualidade no ensino, nas pesquisas, nos serviços e projetos de extensão e tem buscado se inserir internacionalmente.

¹⁷ O Reuni tinha como objetivo a ampliação do acesso e da permanência na Educação Superior. Foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Informação disponível em: <https://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em: jun. de 2022.

¹⁸ São cursos de graduação da UNIFAL-MG: Administração Pública Biomedicina; Biotecnologia; Ciência da Computação; Ciências Atuariais; Ciências Biológicas; Ciências Biológicas (a distância); Ciências Contábeis; Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria; Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado); Enfermagem; Engenharia Ambiental; Engenharia de Minas; Engenharia Química; Farmácia; Física (Licenciatura); Fisioterapia; Geografia (Bacharelado e Licenciatura); História (Licenciatura); Letras – Línguas e Literaturas / (Habilitações em Português, Espanhol ou Inglês); Letras Línguas Estrangeiras (Bacharelado); Matemática (Licenciatura); Medicina; Odontologia; Pedagogia (Licenciatura e Licenciatura a distância); Química (a distância); Química (Licenciatura e Bacharelado). Fonte: Adaptado de UNIFAL-MG, 2021, p.30-31.

¹⁹ São cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UNIFAL-MG: Administração Pública em Rede; Biociências Aplicadas à Saúde; Biotecnologia; Ciência e Engenharia Ambiental; Ciências Ambientais; Ciências Biológicas; Ciências Farmacêuticas; Ciências Odontológicas; Ecologia e Tecnologia Ambiental; Economia; Educação; Enfermagem; Engenharia de Materiais; Engenharia Química; Ensino de Física; Estatística Aplicada e Biometria; Física; Geografia; Gestão Pública e Sociedade; História Ibérica; Nutrição e Longevidade; Química. Adaptado de UNIFAL-MG, 2021, p. 32-33.

3.3 COLETA, ANÁLISE DE INFORMAÇÕES E PARTICIPANTES DA PESQUISA

3.3.1 Etapas para coleta de informações

Para levantar informações sobre as concepções e práticas de internacionalização materializadas no âmbito da UNIFAL-MG, separamos a coleta de informações por etapas. A primeira etapa contemplou a leitura de documentos disponíveis no portal institucional da UNIFAL-MG²⁰ e no acervo físico da Diretoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais (DRI) dessa universidade. Isso porque a DRI é um dos órgãos responsáveis por gerir a internacionalização, conforme consta na Política de Internacionalização.

Os documentos lidos e analisados, no primeiro momento, foram aqueles norteadores do processo ou ações de internacionalização dessa universidade. Entre os documentos: os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), Política e Plano Institucional de Internacionalização, Acordos e convênios internacionais (vigentes ou finalizados), já que esses referenciam as parcerias internacionais da universidade. Esses documentos estão descritos na tabela abaixo.

Quadro 4 - Documentos norteadores da internacionalização

Documentos analisados	Órgão responsável pelo trâmite
PDI (2011-2015)	Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN)
PDI (2016-2020)	PROPLAN
PDI (2021-2025)	PROPLAN
Política e Plano Institucional de Internacionalização (2018-2022)	Diretoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais (DRI)
Acordos, convênios internacionais	DRI (acervo físico)

Fonte: Elaborado pela autora

Em um segundo momento, foram abordados os documentos que, a princípio, não estavam relacionados com os objetivos deste trabalho, no entanto, poderiam revelar pontos importantes para entender o contexto da internacionalização na UNIFAL-MG. Esses documentos estão elencados na tabela 2.

²⁰ Nota: Documentos do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) não foram incluídos na análise.

Quadro 5 - Documentos importantes para internacionalização

Documentos buscados no Portal Institucional	Órgão responsável pelo trâmite
Normatizações referentes aos processos de internacionalização na UNIFAL-MG	Pró-Reitoria de Graduação (PRG); Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG);
Avaliação Institucional (2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020) Relatórios de Gestão/ Relato Integrado ²¹ (2013 a 2020)	Comissão Permanente de Avaliação (CPA) PROPLAN
Plano Anual de Metas (Plano de Ações) – 2017, 2018, 2019, 2020, 2021.	PROPLAN

Fonte: Elaborado pela autora

Após essa coleta, a pesquisa seguiu para a etapa que inclui o envio de um questionário aos docentes e entrevistas com gestores, respectivamente. Embora entendamos que os discentes, os colaboradores, os técnicos administrativos e educacionais que formam parte da comunidade da UNIFAL-MG são agentes da internacionalização e são diretamente afetados pelos processos, devido ao tempo para desenvolvimento da pesquisa e o alinhamento com os objetivos propostos, o recorte foi feito envolvendo apenas os gestores e docentes.

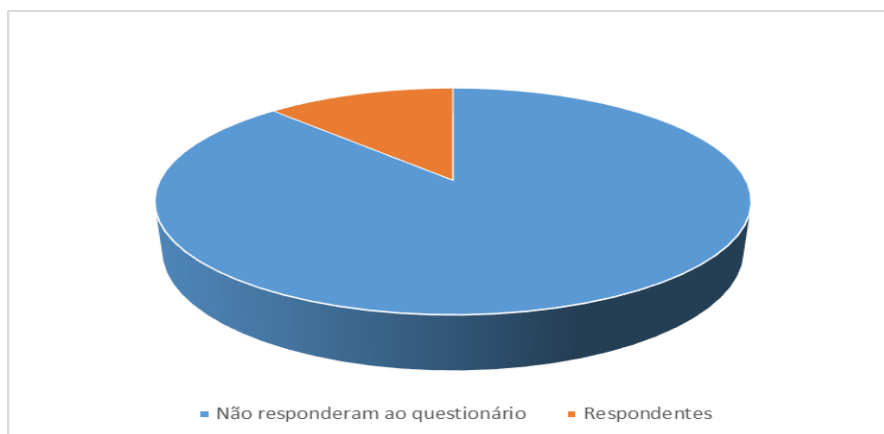
Como o termo internacionalização é polissêmico e com o receio de perder informações nessa etapa, optamos por inserir já no questionário possíveis atividades de internacionalização, para que o respondente pudesse marcar, entre as citadas, quais ele praticava ou pratica. O questionário foi enviado via *Google Forms*, ao *e-mail* de todos os docentes permanentes da UNIFAL-MG. As perguntas contidas nesse formulário podem ser encontradas no *Apêndice B* deste trabalho.

Ele ficou disponível para acesso e preenchimento por um período de três meses, sendo reenviados a cada 15 e 20 dias. O reenvio do questionário excluía os respondentes que já haviam respondido. O período de envio compreendeu de dezembro de 2021 a março de 2022, tendo o encerramento de respostas no dia 07/04/2022. O questionário como instrumento de coleta de informações foi vantajoso, pois permitiu atingir um grande número de pessoas, mesmo elas estando geograficamente separadas; além disso, permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem adequado (GIL *apud* CHAER *et al.*, 2011, p. 260).

Como optamos por considerar somente os professores permanentes da instituição, o questionário foi enviado ao *e-mail* institucional de 574 professores. Desse total, 80 professores responderam, sendo este último o número considerado para elencar as respostas.

²¹Os Relatos de Gestão passaram a ser feitos como Relato Integrado, por isso mantivemos os dois nomes.

Gráfico 1 - Parcela de respondentes



Fonte: Elaborado pela autora

Não havia restrição nas possibilidades de respostas, o participante poderia marcar ao mesmo tempo se a atividade foi desenvolvida na UNIFAL-MG e/ou se ele a desenvolveu no exterior, enquanto docente da UNIFAL-MG.

Para a entrevista semiestruturada foram convidados os gestores que atuam ou atuaram no processo de internacionalização da UNIFAL-MG, identificados por meio dos documentos institucionais. Foram convidados oito gestores, apenas um deles declinou o convite – sendo este conseqüentemente excluído do estudo; totalizou-se, então, sete gestores entrevistados, sendo que seis desses gestores também são docentes nas suas respectivas áreas de formação e ensino. Na sistematização das informações, foram todos referenciados no masculino como (P1), (P2), (P3), (P4), (P5), (P6) e (P7). Optamos por não inserir informações do perfil dos participantes das entrevistas, para assegurar a não identificação.

Optamos por eleger a entrevista semiestruturada, conforme roteiro presente no Apêndice C, pois ela “parte de questionamentos básicos que interessam à pesquisa e oferecem um amplo campo de interrogativas” (TRIVINOS *apud* DUARTE, 2005, p. 3). As entrevistas podem fornecer dados que não são encontrados em outros meios. Segundo Duarte (2004), elas são fundamentais quando se objetiva mapear práticas, valores, crenças de universos sociais específicos; possibilitam ao pesquisador um mergulho em profundidade, permitindo coletar indícios do modo como os indivíduos significam a realidade. Além disso, é possível estabelecer um diálogo construtivo entre pesquisador e participantes da pesquisa, ademais da interação entre diferentes perspectivas.

Após a realização das entrevistas, as gravações foram transcritas usando transcrição literal. Posteriormente, para escolha das citações, foram selecionados trechos nos quais não se podia identificar a área de atuação do gestor.

3.3.2 Análise e interpretação das informações

Uma vez coletadas as informações, iniciamos o processo de interpretação e análise. As informações recolhidas do acervo documental – mencionado no item anterior - foram as primeiras a serem trabalhadas. Foram coletadas informações que nos ajudassem a compreender o processo de internacionalização e nos orientassem na construção e na sistematização de um ideário que manifestasse o entendimento e as aspirações oficiais da instituição quanto à internacionalização e indicassem elementos que sinalizavam possíveis ações materializadas na UNIFAL-MG.

Por meio dessas informações foi possível contextualizar, segundo os documentos, o início das ações de internacionalização e seu desenvolvimento, os objetivos e metas estabelecidos institucionalmente para internacionalização, ações estratégicas prospectadas pela instituição e mudanças administrativas para implementar ações de internacionalização.

Essa foi uma etapa de extrema importância, pois podemos resgatar uma riqueza de informações que possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural (SÁ-SILVA *et al.*, 2009, p. 2). Esse tipo de coleta nos permitiu contextualizar e levantar perspectivas institucionais, valores e ações referentes à internacionalização da UNIFAL-MG; além de possibilitar identificar possíveis registros sobre as ações de internacionalização no âmbito dessa universidade e identificar os participantes da pesquisa.

Quanto às entrevistas semiestruturadas realizadas, elas ajudaram no propósito de compreender a dimensão prática – neste trabalho, entendida como as ações que se realizam e se materializam na UNIFAL-MG - e a resgatar pontos que não foram encontrados nos documentos. A análise e interpretação das informações recolhidas por meio dessas entrevistas foram realizadas segundo a metodologia interpretativa-construtivista.

Nessa metodologia, “a interpretação das informações ocorre ao longo de toda a pesquisa e vai alimentando novas construções no processo” e o “caráter construtivo desafia a capacidade do pesquisador, tendo como referência sua base teórica, de produzir inteligibilidades em torno das informações geradas ao longo da pesquisa.” (ROSSATO; MARTÍNEZ, 2018, p. 188)

Nesse sentido, essa perspectiva metodológica orienta o pesquisador a organizar o material recolhido de acordo com os seguintes passos: elaboração de pré-indicadores, sistematização de indicadores e a construção dos núcleos de significação (AGUIAR;

OZELLA, 2013).

Segundo os direcionamentos mencionados, a análise das informações coletadas se divide em três etapas, sendo que, na primeira etapa, são elaborados pré-indicadores a partir do material transcrito, resultante das entrevistas com os gestores e das entrevistas com os docentes. Feito isso, a análise prossegue para a terceira etapa, na qual é necessário aglutinar os pré-indicadores de acordo com os seguintes critérios elucidados por Aguiar e Ozella (2013): “similaridade”; “complementaridade” e/ou “contraposição”, sistematizando, assim, os indicadores. A partir dessa sistematização, inicia-se a quarta etapa, a qual permite a organização dos núcleos de significação.

Segundo Aguiar e Ozella (2015, p. 310), esse “processo tem como critério a articulação de conteúdos semelhantes, complementares e/ou contraditórios”, por ele é possível verificar as “transformações e as contradições que ocorrem no processo de apreensão dos sentidos”, isso “possibilita uma análise mais consistente que considera tanto as condições subjetivas, quanto as contextuais e históricas”.

Assim sendo, todos os esforços são empenhados na busca de interpretar as informações e articulá-las de modo a apreender os seus sentidos e a construir conhecimento, reconhecendo e considerando o recorte histórico e contextual que pode ser feito do objeto de pesquisa, as interações, as singularidades, as contradições e a subjetividade presentes nesse processo.

Quanto ao questionário *on-line*, como ele já disponibilizava as opções de atividades/ações para os professores sinalizarem, coletamos os números correspondentes em cada ação e agrupamos as ações em ordem decrescente, desde as mais indicadas como sendo desenvolvidas pelos docentes, como aquelas menos indicadas. Quanto à interpretação das informações coletadas e analisadas discorreremos nas seções adiante.

4 CONTEXTUALIZANDO A INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIFAL-MG

Ao observar a história da UNIFAL-MG, é possível afirmar que a instituição sempre respondeu de maneira muito direta aos estímulos e fomentos das políticas e programas nacionais voltados para a educação superior brasileira; no que diz respeito a seus processos de internacionalização, não poderia ser diferente.

A internacionalização na UNIFAL-MG foi documentada no ano de 2013, quando o Conselho Universitário (CONSUNI) da UNIFAL-MG aprovou oficialmente e divulgou o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – exercício 2011-2015. É importante citar que, nessa época, a UNIFAL-MG participou e respondeu rapidamente a incentivos nacionais para a internacionalização nas universidades. Entre esses incentivos estava o Plano de Desenvolvimento das Universidades (PDU) - Internacionalização, que incluía repasses de verbas para as universidades públicas federais com objetivo de impulsionar as ações de internacionalização, de maneira que a UNIFAL-MG recebia essas verbas e, por meio delas, desenvolvia atividades internacionais; além dos já conhecidos programas: Ciências sem Fronteiras (CsF) e Idioma sem Fronteiras (IsF) que, por meio de editais e chamadas, beneficiavam muitas instituições de ensino.

Foi em uma época de grandes incentivos que a UNIFAL-MG passou a se movimentar para implementar seus processos de internacionalização, um dos movimentos mais rápidos e de maior abrangência foi em resposta ao CsF.

O CsF²² foi lançado no ano de 2011, instituições de educação superior do Brasil todo podiam participar. Ele financiou a mobilidade de cerca de cem mil brasileiros para o exterior, sendo que 73% eram estudantes de graduação (FREIRE JÚNIOR, 2021). Esse financiamento provinha de uma ação conjunta entre iniciativa privada e governo brasileiro; seu principal objetivo, a princípio, era o de preparar mão de obra qualificada para alavancar o desenvolvimento do país, porém, esses objetivos foram reformulados depois (*ibidem*):

mesmo considerando que seu alvo inicial tenha sido preparar mão de obra qualificada para impulsionar o desenvolvimento do país, o Programa rapidamente revelou os benefícios suplementares que poderia trazer para a internacionalização da educação superior do Brasil. O governo então o reformulou, e seu objetivo passou a

²² Esse programa apesar de ser ousado e apresentar números expressivos na quantidade de acadêmicos em mobilidade. Ele não contemplou todas as áreas do conhecimento. As áreas contempladas foram: engenharia e demais áreas tecnológicas; ciências exatas e da terra; biologia, ciências biomédica e da saúde; computação e tecnologias da informação; tecnologia aeroespacial; fármacos; produção agrícola sustentável; petróleo, gás e carvão mineral; energias renováveis; tecnologia mineral; biotecnologia; nanotecnologia e novos materiais; tecnologias de prevenção e mitigação de desastres naturais; biodiversidade e bioprospecção. Ciências do mar.

ser a ‘consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional (FREIRE JUNIOR *et al.*, 2021, p. 19).

Como se trata de um Programa de grande alcance, inúmeros ajustes foram feitos durante a sua implementação. Os críticos ressaltam que apesar dos ajustes feitos, faltou, sobretudo, estratégia em seu planejamento e desenvolvimento; além disso, houve pouca participação das instituições de ensino superior tanto no planejamento do Programa, como nas ações decisivas. O Programa foi gerido pelas grandes agências nacionais: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A parte do Programa relativa ao envio dos acadêmicos era constituída de três etapas: seleção feita pelas instituições de educação superior brasileiras, “refinamento” feito pela Capes e CNPq e encaminhamento dos nomes selecionados às agências de alocação nos países escolhidos pelos bolsistas (FREIRE JÚNIOR *et al.*, 2021).

É consenso até entre os mais críticos que, por meio dele, o Brasil passou a ganhar mais visibilidade no exterior; além disso, internamente, difundiu de maneira inédita a internacionalização para os mais variados contextos, sobretudo, aqueles nos quais as universidades ainda não tinham ações de internacionalização em andamento.

O impacto da internacionalização em uma instituição de Ensino Superior (IES) geograficamente localizada no interior é, em geral, mais evidente do que nas dos grandes centros, como as capitais. Isso pode ser observado de várias maneiras, especialmente no que tange à política institucional de internacionalização adotada pela IES, se levarmos em consideração estratégias programáticas e/ou organizacionais que tiveram (necessariamente ou não) que adotar. Visto que nem todas as IES do interior possuíam uma política de internacionalização instituída antes do CsF, podemos afirmar que, em geral, o Programa foi principal impulso para desencadear políticas dessa natureza (CHALFUN-JUNIOR; BARBOSA; LOPES, 2021, p. 27).

A UNIFAL-MG é um exemplo disso. Foi nesse contexto que a universidade registrou o início das ações de internacionalização por meio da mobilidade acadêmica e passou a enviar seus primeiros acadêmicos para o exterior. Apesar do Programa ter durado apenas cinco anos, no modelo inicial para estudantes de graduação, seus efeitos são reconhecidos em muitas instituições.

4.1 – PERSPECTIVAS, METAS E FINALIDADES DA INTERNACIONALIZAÇÃO

Por meio da leitura dos documentos oficiais da universidade, foi possível resgatar um possível histórico da internacionalização na UNIFAL-MG e privilegiar pontos para reflexão sobre as concepções de internacionalização formadas e/ou presentes no âmbito da universidade.

No acervo físico foram encontrados registros de possíveis práticas de internacionalização, especialmente no que diz respeito à cooperação internacional. O primeiro acordo de cooperação internacional encontrado foi datado no ano de 2011. Foram encontrados documentos do período de 2011 a 2021, totalizando vinte e cinco acordos de cooperação internacional assinados, uma carta de intenção. Desses acordos, cinco possuem termos aditivos, com cronogramas pontuais de trabalho. Também foram encontrados quatro acordos que foram tramitados mas não finalizados (assinados); esses acordos versam, em sua maioria, sobre intenções mútuas e genéricas que englobam: cooperação conjunta para desenvolvimento de intercâmbio de docentes, discentes e servidores, boas práticas, consultorias, pesquisas conjuntas em áreas afins, entre outros. Ademais, foi encontrado um convênio assinado para realização de estágio no exterior.

A busca no acervo físico serviu como ponto de partida para identificar as ações registradas; contudo, cabe mencionar que grande parte dos documentos encontrados tem como conteúdo apenas a intenção de desenvolvimento de ações, foram em menor quantidade os acordos que incluíam plano de trabalho. No entanto, cabe ressaltar que sobre o acompanhamento do desenvolvimento das ações presentes nesses planos de trabalho, não encontramos registro. Diante disso, concordamos com Knight (2011) quando esta autora menciona que é um mito vincular a internacionalização ao número de convênios assinados, a qualidade e os resultados alcançados por meio desses convênios precisam ser considerados e não somente o número de assinaturas de convênios.

Entendemos que esses documentos cumprem um papel importante na busca por compreender o que se tem realizado no âmbito da UNIFAL-MG, aportando informações que nos permitem contextualizar, porém, não desconsideramos a possibilidade de que esses possam apresentar uma visão mais idealizada do que se almeja quanto à internacionalização.

Quanto aos outros documentos, encontramos o termo de internacionalização registrado em um documento datado no ano de 2013, pelo qual o Conselho Universitário (CONSUNI) da UNIFAL-MG aprovou oficialmente e divulgou o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – exercício 2011-2015; foi por meio desse documento que foi registrado o

início às ações de internacionalização, através da mobilidade acadêmica; também, foi declarado o objetivo de ampliar a qualidade do ensino de graduação; possibilitar o diálogo e maior interação com universidades de melhor qualidade em todos os países (UNIFAL-MG, 2013).

Esse registro torna-se muito significativo, à medida em que o PDI é um documento de fundamental importância, pois traduz o planejamento da instituição e busca materializar os objetivos institucionais de maneira estratégica. Além disso, “traça diretrizes para o desenvolvimento acadêmico, organizacional e físico da Instituição” (UNIFAL-MG, 2020).

O PDI foi umas das nossas principais fontes de coleta de informações, porque nele se registram o planejamento de ações a serem desenvolvidas na instituição, bem como as metas e objetivos. Como o PDI se trata de um documento quadrienal, a universidade dispõe de outros instrumentos para acompanhamento anual das ações que estão sendo implementadas, entre esses instrumentos estão: o Plano de Ações e o Relato de Gestão, ou Relato Integrado, como atualmente é chamado. Além disso, também merecem atenção os relatórios que são feitos assim que finalizada a Avaliação Institucional, que é realizada pela comunidade acadêmica e que avaliam todos os pontos que estão presentes no PDI.

A partir desses registros, bem como do levantamento feito no acervo físico, foi possível acompanhar uma expansão de ações, tais como as que se podem observar no resumo a seguir.

Quadro 6 - Linha do tempo da internacionalização na UNIFAL-MG



Fonte: Elaborado pela autora a partir de registros oficiais.

Considerando a sua relevância no contexto institucional, consideramos o PDI como

primordial na tentativa de compreender o planejamento e os propósitos para a internacionalização nele delineados. Como se trata de um documento que tem periodicidade de quatro anos, analisamos os PDI's dos seguintes exercícios: 2011-2015; 2016-2020 e 2021-2025. Assim, identificamos elementos que são importantes para os propósitos da pesquisa, os quais sintetizamos na tabela 1.

Quadro 7 - PDI e Internacionalização

(Continua)

PDI 2011-2015	<p>Objetivo e Metas: Ampliar a qualidade do ensino de graduação Fomentar a Cooperação Internacional em redes de ensino e de pesquisa;</p> <p><u>Ensino</u> Número de parcerias firmadas; intercâmbio discente e docente; número de alunos atendidos nos programas de mobilidade internacional/ <u>Pesquisa</u> Número de projetos de pesquisa compartilhados; número de adesões em redes nacionais e estaduais de pesquisa; número de intercâmbios docente e discente; número de redes/consórcios de pesquisa. <u>Extensão</u> – Atuar de forma solidária para a cooperação internacional, especialmente, a latino-americana. 2) Ações: Mobilidade acadêmica; Cooperação Internacional; Compartilhamento de projetos. 3) Abordagens e valores: Atuar de forma solidária para a cooperação internacional, especialmente, a latino-americana.</p>
PDI 2016- 2020	<p>Objetivos e Metas: Fomentar a cooperação internacional</p> <p><u>Ensino</u> Aumentar, ao menos, 20% o número de parceiros internacionais; Ao menos, uma dupla titulação internacional; Aumentar em 50% o número de alunos em mobilidade (entrada); Aumentar em, ao menos 5%, o número de alunos em mobilidade (saída); Realizar uma ação semestral para o ensino de línguas Traduzir conteúdo do portal institucional para Português e Espanhol.</p> <p><u>Pesquisa</u> Aumentar 5% ao ano número de produtos de divulgação científica; número de apresentações em congressos; Realizar um evento científico internacional ao ano.</p> <p><u>Extensão</u> Ampliar percentual membros da comunidade acadêmica da UNIFAL-MG que se deslocaram ao exterior e quantidade de pessoas de instituições estrangeiras em visita à UNIFAL-MG para troca de experiências e desenvolvimento de ações de extensão.</p> <p>Atuar de forma solidária para a cooperação internacional, especialmente a latino-americana Ações: Mobilidade, Cooperação Internacional; Ensino de Línguas; Divulgação da produção intelectual internacionalmente; Intercâmbio de Experiência.</p>

Quadro 7 - PDI e Internacionalização

(Conclusão)

PDI 2021-2025	<p>Objetivos e Metas: Disponibilizar conteúdo do portal da UNIFAL-MG em um segundo idioma.</p> <p>Disponibilizar informações gerais sobre os periódicos acadêmicos da instituição em um segundo idioma;</p> <p>Aumentar, para pelo menos 40, o número de parcerias ou convênios Internacionais ao longo da vigência do PDI.</p> <p>Aprimorar os processos de seleção, com o intuito de selecionar e contratar cada vez mais docentes qualificados para desenvolvimento das atribuições com ênfase na melhoria dos Programas de Mestrado e Doutorado, e ainda, com foco na ampliação do nível de internacionalização da Universidade e de aprimoramento das relações interinstitucionais, visando ao incremento da parceria público/privada.</p> <p>Aumentar 5% ao ano a organização de eventos científicos nacionais e internacionais</p> <p>Ao menos 2 eventos de alcance internacional para ações culturais.</p> <p>Atuar de forma solidária para a cooperação internacional, especialmente a latino-americana</p> <p>Ações: Informação em Idioma Estrangeiro; Cooperação Internacional; Eventos Científicos, Seleção de Profissionais qualificados</p>
---------------	---

Fonte: Elaborado pela autora reunindo as informações dos documentos oficiais

A leitura desses documentos citados nos permite ressaltar alguns pontos que merecem atenção. O primeiro deles é que, somente pelos documentos, não é possível delinear uma perspectiva do que a instituição e sua comunidade acadêmico-universitária entendem por internacionalização, sendo muitas vezes substituída apenas pelo termo internacional ou relações internacionais.

Em outros documentos, tais como os registros da Avaliação Institucional, fica evidente a associação do termo internacionalização a relações internacionais. No relatório da avaliação institucional do ano de 2014, ao avaliar a coerência das ações de internacionalização com PDI, é destacado que uma porcentagem significativa dos participantes da avaliação afirmou não haver coerência entre as ações de internacionalização e o PDI. Diante disso, seria recomendado “buscar meios para ampliar as relações internacionais da universidade” (UNIFAL-MG, 2014, p. 36, grifo nosso). A mescla de termos pode evidenciar uma possível confusão em relação à abrangência da internacionalização e das relações internacionais da universidade.

No PDI (2011-2015), há apenas uma menção à internacionalização, que configura o registro de “início das ações de internacionalização”. Já no PDI (2016-2020), não há menções

ao termo internacionalização especificamente, mas ações e metas para: mobilidade, intercâmbio, parcerias internacionais, cooperação e divulgação internacional, ensino de línguas, entre outros.

O PDI (2021-2025), por sua vez, destaca a internacionalização como sendo um eixo estratégico da instituição: Gestão, Inovação e Internacionalização da UNIFAL-MG e, ao longo do documento, mantém a ênfase em atividades como Divulgação de informação em Idioma Estrangeiro; Cooperação Internacional; Eventos Científicos e, ademais, traz outro elemento: Seleção de Profissionais qualificados.

O segundo ponto é que tanto a mobilidade acadêmica, como a cooperação acadêmica internacional e a veiculação de informações em outro idioma - sobretudo a tradução do portal e páginas institucionais - são ações que ficam em evidência nas três versões documentadas do PDI; sendo complementadas com Ensino de Línguas; divulgação de produções intelectuais e eventos científicos internacionais, dupla titulação.

Esses pontos observados são mantidos nos Planos de Ação e nos Relatórios de Gestão ou Relato Integrado, que são documentos anuais que acompanham as metas e detalham as atividades referentes ao PDI vigente no período.

Precisamente, o Plano de Ação do ano de 2017 descreve a intenção de: a) “abrir editais próprios em conjunto com universidades estrangeiras”; b) incentivar a política de acolhida a estudantes e pesquisadores internacionais; c) incentivar os servidores em mobilidade a celebrar parcerias; d) divulgar amplamente oportunidades de financiamento externo e apoiar a comunidade na submissão de propostas a esses editais; e)”fomentar bolsas para estudantes brasileiros e estrangeiros por meio de Programas de Internacionalização”; e, por fim, ressalta que o recurso financeiro para concessão dessas bolsas deve estar previsto no orçamento da universidade, uma vez que a rubrica PDU-Internacionalização, recebida pela instituição, não pode contemplar esse tipo de ação, devido às suas respectivas restrições (UNIFAL-MG, 2017).

Além disso, chama a atenção que, no Plano de Ações 2020, é manifestada a intenção de “incentivar a elaboração dos planos de internacionalização dos programas acadêmicos” (UNIFAL-MG, 2020, p. 56). Também descreve o objetivo de fortalecer a relação com universidades igualmente signatárias de grupos, tais como o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB).

A UNIFAL-MG é signatária do GCUB, da Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI), Associação de Universidade Língua Portuguesa (AULP) e, como tal, aderiu a programas de mobilidade e intercâmbio internacional, tanto para nível de

graduação, os quais ressaltam-se: Programa de Intercâmbio de Estudantes Brasil-Colômbia (BRACOL), Brasil – México (BRAMEX) e Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), como para Pós-graduação: Bolsas Brasil – (PAEC OEA-GCUB).

Desse modo, a universidade passou a registrar a recepção de seus primeiros estudantes internacionais por meio de Programas de Mobilidade, como o Bolsas Brasil - PAEC OEA-GCUB - pela qual recebe seus primeiros estudantes internacionais de pós-graduação, no ano de 2016; bem como programas de intercâmbio como o BRACOL, BRAMEX – pelos quais recebem seus primeiros estudantes internacionais de graduação, em 2015, conforme consta no Relato de Gestão referente ao ano de 2016:

por meio da participação em editais lançados por redes internacionais cuja UNIFALMG é signatária, foi possível avançar, significativamente, em uma direção do processo de internacionalização que se encontrava bastante defasado, a mobilidade estudantil *incoming*, ou seja, a vinda de estudantes internacionais para realizar parte ou todo seus estudos na instituição. Para tanto, a participação nos editais dos programas BRACOL – Programa de Intercâmbio de Estudantes Brasil-Colômbia, promovido pelo GCUB – Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, foi de fundamental importância para a vinda de estudantes em nível de graduação. Além desses programas, a UNIFAL-MG participou ainda do PAEC - Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação, promovido pelo GCUB em parceria com a OEA – Organização dos Estados Americanos, onde foi possível receber a primeira estudante internacional em um dos nossos programas de pós-graduação (UNIFAL-MG, 2016, p. 107).

Essas ações sinalizam o esforço institucional para estratégias de expansão da sua atuação e, por meio dos documentos, é possível identificar um movimento de mudanças e adequações administrativas para implementação de tais ações. Entre as mudanças podem ser citadas: a publicação de normativas que regem o pagamento de bolsas para estrangeiros, sobretudo os de Pós-Graduação; seleção de estudantes estrangeiros e as verbas destinadas ao pagamento de bolsas para esses estudantes, conforme pode ser verificado neste trecho da Ata da 189ª reunião da Câmara de Pós-Graduação da UNIFAL-MG:

até o momento existe uma política institucional para a concessão de uma cota de bolsa por curso recomendado pela CAPES. **Tendo em vista a necessidade de internacionalização da pós-graduação e dentro ainda de uma política institucional de incentivo a vinda de discente estrangeiros, é preciso normatizar o pagamento de bolsas a alunos estrangeiros e ainda tornar os critérios para concessão aos programas atualizados frente a realidade que a Instituição atravessa.** A aprovação desta normatização é fundamental para implementação de bolsa para os atuais alunos estrangeiros na UNIFAL-MG (UNIFAL-MG, 2017, p. 2, grifo nosso).

A discussão em torno desse tema é bastante sensível e merece ser contextualizada:

como a concessão de bolsas atinge um número muito menor que o número de estudantes matriculados nos cursos de Pós-Graduação, elas são altamente disputadas entre os brasileiros. Tendo em vista essa realidade, entre outros fatores, tornou-se de fundamental importância regulamentar e justificar os pagamentos de bolsas aos estrangeiros no âmbito da UNIFAL-MG.

E, nesse âmbito, por meio de outros documentos como o Relato de Gestão do ano de 2016, é possível identificar que a preocupação com o aporte financeiro não diz respeito somente ao pagamento de bolsas a estudantes estrangeiros, mas à capacitação de pessoal qualificado para lidar com questões relacionadas à área. Diante disso, é salientado que o recurso referente à internacionalização precisa estar contemplado no planejamento orçamentário da instituição.

A internacionalização do ensino superior é um processo necessário e irreversível e que demanda uma série de ações por parte da reitoria. Requer recursos humanos qualificados com conhecimento específico do assunto e domínio de línguas estrangeiras, requer ainda um alto investimento financeiro que necessita estar previsto no planejamento orçamentário da instituição (UNIFAL-MG, 2016, p. 107).

Posteriormente, novos movimentos ocorreram na UNIFAL-MG e passaram a indicar uma possível expansão do tema no contexto dessa instituição. No “Relatório de Gestão do ano de 2017” é descrito:

A participação no edital do programa PAEC Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação, promovido pelo GCUB em parceria com a OEA - Organização dos Estados Americanos, foi possível receber mais dez estudantes internacionais em vários programas de pós-graduação, o que nos credenciou para que pudéssemos ter dados de internacionalização mais robustos que nos permitirá participar do Edital PrInt, da Capes (UNIFAL-MG, 2017, p. 120).

No trecho acima citado, é manifestada a intenção de participar do Edital PrInt²³ (2017/2018). Trata-se do Programa Institucional de Internacionalização (PrInt) pela qual a CAPES selecionaria entre aproximadamente trinta e cinco instituições brasileiras, as quais receberiam recursos financeiros para implementação e consolidação de planos estratégicos de internacionalização com foco na Pós-graduação. Essas instituições teriam o prazo de quatro anos para materializar o plano mediante os recursos aportados. A seleção das universidades seria feita por meio da análise do plano de internacionalização da Pós-Graduação.

²³ <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/49011>. Acesso em: jun.2022.

Diante desse cenário, em 2018 foi aprovado pelo CONSUNI o Plano²⁴ de Internacionalização da UNIFAL-MG (2018/2022)/Política, o qual “estrutura as políticas de cooperação, mobilidade e internacionalização, em sintonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade” e “nor-teia as ações de internacionalização” (UNIFAL-MG (B), 2018).

Esse Plano/Política se torna um documento crucial para este trabalho, pois é um marco para a história da internacionalização no contexto da UNIFAL-MG, trata-se do primeiro plano/política de internacionalização da instituição. Sobre esse documento, sintetizamos aspectos relevantes na tabela 4.

Quadro 8 - Plano/Política de internacionalização (2018-2022): pontos privilegiados

Plano/Política de Internacionalização	<p>1) Objetivo e Metas:</p> <p>Projetar a UNIFAL-MG no cenário internacional; UNIFAL-MG seja vista como referência e segurança; Simplificação e desburocratização da implementação de acordos de cooperação acadêmica e cotutela; Institucionalização de novos acordos de cooperação acadêmica; Maior engajamento na disseminação do conhecimento produzido nos programas de Pós-graduação da UNIFAL-MG;</p> <p>2) Ações e estratégias:</p> <p>Mobilidade acadêmica para o exterior (níveis Graduação, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado); Acolhimento a pesquisadores e estudantes estrangeiros; Ações de Políticas Linguísticas; Oferta de aulas em outros idiomas; Ampliar o aporte de recursos para estágios e visitas técnicas, estágios de curta duração de docentes no exterior; Auxiliar os pesquisadores da UNIFAL-MG na correção dos manuscritos em idioma estrangeiro e em sua publicação em revistas internacionais de impacto;</p> <p>3) Abordagem e valores: Multilinguismo, Multiculturalismo, Justiça Social, Igualdade entre povos</p> <p>4) Perspectiva – Internacionalização ligada ao Cosmopolitismo e como ferramenta para a construção de uma sociedade global</p>
---------------------------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações coletadas na Política de Internacionalização da UNIFAL-MG, 2018.

O Plano/Política de internacionalização define a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), em conjunto com a Arinter, hoje intitulada DRI da UNIFAL-MG, “como responsáveis pela execução das ações de internacionalização, bem como pela proposição de atividades, projetos e programas estratégicos da Universidade” (UNIFAL-MG

²⁴ Foram mantidos os termos Plano/Política porque o próprio documento analisado traz os dois termos em seu título.

(B), 2018). Ele descreve que

a internacionalização das universidades não contribui apenas com o desenvolvimento da pesquisa e inovação, mas também **pode ser uma plataforma civilizatória**, a tônica dos processos de globalização pautados largamente no mercado e na cultura de consumo. A circulação de pessoas e ideias em nível global por meio das universidades pode ser uma base para a constituição de **uma sociedade global com mais justiça social e igualdade entre povos, credos e etnias** (UNIFAL-MG, 2018 (B), p. 14, grifo nosso).

Esse plano destaca alguns valores apreciados, tais como a Justiça Social, a Igualdade entre os povos e as etnias, multilinguismo, multiculturalismo e aponta indícios de perspectivas que valorizam o cosmopolitismo e a construção de uma sociedade global.

Nele são esboçadas ações e objetivos para internacionalização do ensino superior nas seguintes áreas: Cooperação Internacional, Mobilidade Acadêmica, Políticas Linguísticas, Adequação dos Programas de Graduação e Pós-Graduação, Programas Estratégicos, Divulgação, Objetivos e Metas e Indicadores, no período de quatro anos, de 2018 a 2022.

Além disso, nele podem ser identificadas perspectivas de ações que dizem respeito à internacionalização em casa, de suporte à operacionalização da internacionalização, as quais incluem: acolhimento ao visitante internacional, política linguística, oferta de aulas em outros idiomas, como também ações relacionadas ao movimento transfronteiriço, com a mobilidade acadêmica para o exterior e a preparação com ensino de línguas estrangeiras para envio dos acadêmicos, por exemplo. Em resumo,

a implementação do plano de internacionalização da UNIFAL-MG contempla diversos aspectos da internacionalização, da produção intelectual à qualificação de recursos humanos. As atividades de cooperação internacional irão visar não só o estabelecimento de acordos de cooperação, como também a inserção da UNIFAL-MG no diálogo com instituições internacionais congêneres. Ainda no quadro das atividades de cooperação internacional se encontram a qualificação do corpo docente, discente e técnico da universidade e a prospecção de editais e chamadas internacionais com aderência às vocações e estratégias da UNIFAL-MG (UNIFAL-MG, 2018 (B), p. 14).

É interessante observar que, do primeiro documento analisado (PDI 2011-2015) à Política de Internacionalização, há uma mudança de foco que precisa ser mencionada: o primeiro documento coloca como objetivo o “aumento da qualidade no ensino de graduação”, porém, esse objetivo parece diluir-se, enquanto outros relacionados com a cooperação internacional, a pesquisa e a inserção da universidade no contexto internacional se tornam mais recorrentes.

É possível perceber que a internacionalização tem ganhado cada vez mais espaço

institucionalmente, sinalizando expansão e promovendo mudanças e adaptações, principalmente de ordem administrativa, na instituição. A partir da leitura dos documentos anteriormente mencionados, destacamos que são empreendidos muitos esforços na implementação de ações. Há uma expansão das ações que respondem e encontram força ante a políticas e programas externos à instituição, assumindo diferentes perspectivas, como CsF (Graduação) no início dos processos e, posteriormente, Capes PrInt (Pós-Graduação). Entendemos que a questão financeira é um ponto sensível, já que a instituição depende de orçamento público.

Quanto aos objetivos deste trabalho, podemos ressaltar que não foi possível identificar, nos documentos oficiais, uma definição clara do que a instituição concebe como internacionalização, tampouco foi possível identificar os propósitos integrativos da internacionalização, estabelecidos oficialmente no contexto da UNIFAL-MG.

Como se trata de um elemento primordial para direcionar a dimensão prática, ressaltamos que esse estabelecimento de razão e propósitos pode ser assertivo ao considerar o papel e a responsabilidade social da universidade enquanto instituição pública e elencar as prioridades para internacionalização, ponderando as contribuições tangíveis que ela poderá oferecer a essa comunidade acadêmica como um todo e à sociedade. Para isso, também é necessário considerar os riscos de cada ação desenvolvida ou a ser desenvolvida e a sua pertinência ao contexto da instituição.

5 DIMENSÃO PRÁTICA E O PAPEL DA INTERNACIONALIZAÇÃO

5.1 AÇÕES DA DIMENSÃO PRÁTICA

A dimensão prática – neste trabalho, assim chamamos para fazer referência àquilo que se materializa em ações, atividades – tem como principal característica a diversidade, envolvendo o que é desenvolvido nos diferentes setores administrativos, nas salas de aulas, nos programas, nas pesquisas e externamente à instituição, mas em nome dela.

Por meio do levantamento de informações do questionário, foi possível compreender que as ações mais desenvolvidas se realizam no interior da própria instituição e estão relacionadas com o exercício docente, entre elas: ações que envolvem a indicação ou o trabalho junto aos discentes, com a bibliografia internacional proveniente de países do eixo Global-Norte e eixo Global-Sul; organização e/ou participação em eventos internacionais; promoção de reflexões sobre o exercício da profissão comparando questões globais, interculturais e internacionais em sala de aula; compartilhamento de experiências internacionais em sala de aula e/ou evento e, em sequência, a divulgação de informações no exterior sobre o trabalho realizado no Brasil, tal como se pode ver no Gráfico a seguir.

Gráfico 2 - Ações de internacionalização mais praticadas pelos docentes



Fonte: Elaborado pela autora

Outras ações também indicadas são as de atividade colaborativa internacional, ideação e/ou desenvolvimento de projeto/programa de ensino, pesquisa e extensão em conjunto com pesquisadores internacionais; incentivo ao compartilhamento de experiências por parte de alunos que retornaram do exterior; acolhimento, apoio à integração de estudantes e/ou técnicos, pesquisadores/docentes estrangeiros/internacionais; seguidas de: elaboração de cursos, disciplinas ou programas com enfoque internacional e intercultural; organizar/montar equipe internacional; participação ativa em redes de pesquisa e, por fim, muitos docentes foram responsáveis por solicitar ou iniciar a celebração de acordos e convênios internacionais,

tal como se pode ver no Gráfico 02 a seguir.

Gráfico 3 - Ações de internacionalização praticadas pelos docentes



Fonte: Elaborado pela autora

Em menor medida, os docentes assinalaram que já desenvolveram ou ainda desenvolvem ações relacionadas com a promoção e/ou participação em intercâmbio de práticas virtual ou presencial com instituições fora do Brasil ou capacitação e curso de longa duração no exterior. Foram poucos os que tiveram estágio internacional na disciplina a qual ministra e/ou ministrou; também, em menor medida as ações de lecionar disciplinas em outros idiomas e, por fim, angariar recursos financeiros de fundos internacionais. Apenas três docentes assinalaram que nunca desenvolveram atividades de dimensão internacional e intercultural, como se pode ver a seguir.

Gráfico 4 - Ações de internacionalização menos praticadas pelos docentes



Fonte: Elaborado pela autora

Além das assinaladas no questionário, outras ações foram mencionadas pelos gestores como sendo as que compõem a dimensão prática, entre elas:

- Recepção de pesquisadores e estudantes estrangeiros;
- Missões no exterior, *networking*;
- Saída de docentes e estudantes para realizar temporadas de estudos e pesquisa no

exterior;

- Recepção de docentes estrangeiros, por meio de Programa de Professores Visitantes Estrangeiros;
- Pagamento de bolsas a estudantes estrangeiros de pós-graduação como forma de atração à vinda desses estudantes ao *campus*;
- Participação de estrangeiros ou de brasileiros que estão no exterior em bancas de arguição de trabalhos de graduação e pós-graduação da UNIFAL-MG;
- Ensino de línguas estrangeiras (inglês e espanhol)²⁵ pelo NUCLI da universidade em parceria com o Departamento de Letras.

5.1.1 O QUE SE PRÁTICA E O QUE SE CONCEBE

Essa dimensão prática composta pelas ações acima descritas se mostra mais ampla do que é descrito nos documentos oficiais e com desdobramentos. Para compreender as relações entre o que se pratica e o que se concebe como internacionalização, as entrevistas nos permitiram captar informações e construir significados por meio de núcleos de significação, conforme são apresentados na tabela 7.

Quadro 9 - Sistematização dos Núcleos de Significação

Núcleos de Significação	Indicadores
Concepções de Internacionalização	Relação de troca com outra (s) cultura (s) Cumprimento de critérios Processo intra-institucional
Práticas de Internacionalização	Recursos financeiros Questões estruturais Ações fragmentadas

Fonte: Elaborado pela autora

Para melhor compreensão, no primeiro núcleo, privilegiamos trabalhar com os seguintes indicadores: relação de troca com outras culturas; cumprimento de critérios e processos intra-institucionais, que serão abordados mais detalhadamente a seguir. Por outro lado, no segundo núcleo trabalhamos com os indicadores: recursos financeiros, questões estruturais e ações fragmentadas.

No âmbito da UNIFAL-MG as concepções de internacionalização, reunidas no

²⁵ Foi citado também o curso de Português para estrangeiros, que era ministrado por alunos bolsistas ou estagiários do curso de Letras da instituição.

primeiro núcleo, se esbarram em diferentes perspectivas. Como se trata de um processo multidimensional, já tínhamos a expectativa de que isso fosse ocorrer. Porém, houve um fator surpresa no qual as perspectivas coincidiam entre os participantes, contudo, o próprio participante relatava diferentes perspectivas, por vezes conflitantes; sobre isso discorreremos a seguir.

5.2 NÚCLEO 1: CONCEPÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO

5.2.1 Relação de troca com outras culturas

Por meio do indicador de *relação de troca com outras culturas*, evidenciamos uma visão com ideais mais qualitativos para a internacionalização e o seu papel no âmbito institucional, acadêmico e universitário. Todos os entrevistados, à sua maneira, ressaltaram que a internacionalização cumpre um papel fundamental já que facilita e/ou implica uma relação de troca de saberes, interação e compartilhamento de experiências que extrapolam a dimensão acadêmico-universitária e alcançam a dimensão humana, envolvendo as vivências pessoais e o pensar como cidadão.

Ela também é vista como uma facilitadora de experiências mais amplas que podem aperfeiçoar a atuação profissional, além de impulsionar a “formação plena do ser humano”, tal como mencionado por (P1).

Para os outros participantes, tais como (P4):

a internacionalização tem um papel [...] fundamental, eu diria - para essa troca de cultura de outros territórios e não pode ser pensada só com um intercâmbio de ensino ou um intercâmbio de pesquisa, se não, o nosso estudante vai para lá vai ficar fechado em quatro paredes [...]. O nosso estudante que vai para fora, ele precisa enxergar para além do laboratório de uma pesquisa, precisa interagir com aquela população, precisa trazer elementos da cultura daquela população, ele precisa vivenciar o dia a dia daquela população no seu sentido mais amplo, no seu sentido sistêmico, no seu movimento educativo (P4).

Por meio dessa fala, (P4) ressalta a importância das trocas entre culturas e de vivências que ultrapassam os muros do espaço institucional. Nesse trecho e em outras passagens das falas desse participante, podemos entender, ainda que nas entrelinhas, que permanece uma visão de que a internacionalização implica movimento de saída e é nutrida por uma visão romantizada.

Como que os nossos estudantes estão indo e estão voltando? Qual é o impacto disso, a relação de custo-benefício? E a relação de aprendizado que a mais importante que

eu vejo é: ele volta diferente, ele teve uma experiência diferente, pode não ter conseguido tudo que desejava, tudo que um plano de trabalho almejava, **mas foi bom, foi positivo porque ele teve uma experiência, ele aprendeu muita coisa** e ele trazer essa experiência para nós, trocar, contar essa experiência daria pra (sic) nós inclusive elementos para pensar, até estratégias para melhorar essa internacionalização se for o caso (P4, 2022, grifo nosso).

Quando (P4) afirma que “mas foi bom, foi positivo porque ele teve uma experiência”, nota-se uma fala que chama a atenção pela generalização e por neutralizar alguns pontos que são cruciais quando refletimos sobre internacionalização. Como já mencionamos na primeira seção, nem toda experiência de deslocamento/mobilidade chega a ser realmente positiva.

Desde o ponto de vista da experiência do estudante, por exemplo, Lee (2013) apresentou os resultados de sua pesquisa, na qual relatou que estudantes foram vítimas de discriminação, de assédio pela comunidade anfitriã; circunstâncias como essa precisam ser consideradas, entre outras nas quais pode haver, em maior ou menor grau, dificuldade de adaptação no país estrangeiro e, posteriormente, dificuldades de readaptação no país de origem.

Outro participante, (P7), ressalta que a internacionalização:

é importante para a nossa própria humanização, no sentido de nos sentirmos parte da comunidade humana, parte e detentores dos patrimônios que são humanos. Mas também contribuidores [sic] para a construção daquilo que é humano, sem a universidade estar internacionalizada, ela vira **refém das diferentes ideologias**, entre elas o próprio Estado nacional, que são marcadas pela xenofobia, que são marcadas pela dimensão que eu chamaria de desumanizadora ou fragmentadora da humanidade, então a internacionalização ela permite e ela possibilita isso (P7, grifo nosso).

Nessa mesma linha, (P5) destaca:

se a gente pudesse fazer com que mais alunos saíssem, mais docentes saíssem e nós recebêssemos mais pessoas nós viveríamos um ambiente internacionalizado, onde nós teríamos experiências de troca de cultura, de língua, não só acadêmico, mas, assim, a vivência melhor porque (...), nós temos alunos que são dessa região, que não conhecem outros estados desse país (P5).

Embora concordemos com o que foi mencionado, julgamos importante ressaltar que, para que a internacionalização possa garantir humanização e trocas profícuas, é necessário trabalhar as ações que possibilitarão alcançar essa finalidade. Como mencionado na seção 1 deste trabalho, Knight (2011) observou que se não há programas de integração e envolvimento entre a comunidade anfitriã e a internacional, a tendência é que os internacionais se reúnam entre si, sem muita interação. Pode ser um equívoco pensar a

interação como um processo natural. A simples presença de pessoas de diferentes origens, nacionalidades, não garante que existirão trocas benéficas entre a comunidade anfitriã e os visitantes.

Para essa interação profícua que ultrapasse o âmbito acadêmico e toque nas questões humanas, entendemos que é preciso uma construção a qual, paradoxalmente, implica desconstruir muitas normalidades já impostas.

Lima e Maranhão (2011) nos aportam reflexões pelas quais nos recordam que a educação se tornou via de acesso rápido ao domínio cultural aos moldes da produção capitalista, nos quais a supressão das subjetividades, das experiências subjetivas, sujeitos impotentes e burocratização dos processos educacionais são motores da semiformação. A “semiformação atrofia a capacidade dos sujeitos de contato com a realidade, sendo que esta passa a ser percebida somente através de seu discurso, de sua representação. Isso configura a primazia da adaptação sobre a resistência” (LIMA; MARANHÃO, 2011, p. 577).

Tal como identificado pelas autoras:

Uma das premissas básicas presentes nos discursos de apoio à internacionalização do ensino superior é a sua capacidade de promover o multiculturalismo, através da interação constante de pessoas de origens étnicas e culturais das mais diversas possíveis. Essa troca de experiências desencadearia nas instituições de ensino o desenvolvimento de *curricula* mais críticos e reflexivos, buscando abarcar as diferentes visões sobre o mundo, próprias da diversidade cultural de seus alunos (...). No entanto, não é este tipo de resultado que se encontra nos processos de internacionalização do ensino superior. Ao invés da promoção da diversidade cultural, tem-se a defesa de uma forma particular de cultura, que busca sua legitimação através da padronização dos programas de curso, dos *curricula*, dos idiomas e das experiências culturais – isso está materializado nos temas tratados, nas abordagens priorizadas, na bibliografia obrigatória, na imposição de ler e publicar em inglês etc (LIMA; MARANHÃO, 2011, p. 576-577).

É com base em reflexões como essas que ressaltamos nosso entendimento de que são necessárias ações que viabilizem a existência de trocas profícuas no campo da internacionalização, buscando reconhecer as tensões, as contradições que permeiam esse campo e se manifestam nos mais diferentes contextos.

É com base nisso que discorreremos a seguir sobre outra concepção de internacionalização ressaltada pelos participantes. Se por um lado foi elencada a internacionalização como facilitadora de trocas e interações que ultrapassam os limites do acadêmico, podendo ampliar as experiências do ser humano, promover visões de mundo menos fragmentadas, por outro lado ela, contraditoriamente, também é vista como ações solitárias e pragmáticas, como requisito fundamental que vai pautar além de critérios para o

desenvolvimento institucional, o desenvolvimento profissional de docentes e pesquisador.

5.2.2 Cumprimento de critérios

A internacionalização está fortemente associada aos critérios avaliativos e esses, por sua vez, estão relacionados com os indicadores de desempenho e de qualidade. Os parâmetros avaliativos vão ser entendidos como impulsionadores centrais da qualidade e o sistema de avaliação se torna “um mecanismo indutor de excelência, no qual o Estado impõe critérios que geram competitividade” (SOUZA; OLIVEIRA *apud* CARVALHO; REAL, 2020, p. 230).

No contexto da UNIFAL-MG, os critérios de avaliação de órgãos como a Capes assumem um protagonismo no que diz respeito à internacionalização, sobretudo dos cursos de pós-graduação. Isso porque, tal como menciona (P6), o fato de a transformação da instituição em universidade ser relativamente recente, ou seja, na primeira década dos anos 2000, no início dessa transformação, a universidade não possuía nenhum curso de Pós-Graduação reconhecido pela Capes.

Diante desse cenário, houve uma preocupação com a aprovação dos cursos, a qual foi conquistada rapidamente; hoje, todos os cursos de pós-graduação *stricto sensu* ofertados pela UNIFAL-MG são aprovados e avaliados pela Capes. No entanto, a preocupação com os critérios avaliativos e a internacionalização continua, segundo (P6):

a própria Capes, faz algum tempo que (...) é um órgão que coordena todas essas atividades de pós-graduação, ela sempre deixou claro que na qualificação dos cursos, naquelas notas que se atribui: 3, 4, 5, 6, 7, quanto mais internacionalizado for o programa, isso vale mais pontos na avaliação da Capes (P6).

Ainda na visão de (P6), “para ter qualidade nos cursos, é preciso focar em internacionalização”. Entre essas e outras afirmações de diferentes participantes, interpretamos que a internacionalização passa a se tornar um atrativo aos docentes e gestores à medida em que esses entendem que poderão obter um melhor posicionamento no que diz respeito aos critérios de avaliações realizadas por órgãos externos.

Há situações nas quais a avaliação dos cursos chega a funcionar como uma moeda de troca para implementação de ações entendidas como de internacionalização, entre elas a recepção de estudantes internacionais – sobretudo de Pós-Graduação.

Tal como relatado por (P5), os docentes passam a ter mais interesse em receber estudantes estrangeiros quando se tornam conscientes de que esses números irão aparecer nos

relatórios da Capes. Na visão dos entrevistados, isso se torna muito claro à medida em que muitos cursos de pós-graduação que são novos e com conceitos menores ainda não têm sua avaliação focada em internacionalização, não demonstram essa preocupação. Segundo relata (P5):

nós temos programas muito novos e com conceitos que não têm a sua avaliação focada em internacionalização, então não é de interesse ainda. É diferente de um programa nota 6 e 7 que tem obrigação de ser internacional. Eu acho que também é o momento que a pós-graduação vive, isso não importa ainda se não é cobrado. E aí, isso é enaltecido nos relatórios (P5).

Nessa mesma linha, outro participante, (P3), ressalta que

a pós-graduação ela evolui talvez mais rápido, porque a Capes exige isso para você subir de conceito, para você ser um curso 6 e 7, você tem que internacionalizar, então se você não fizer, você sabe que cai de nota, você não se mantém nesses conceitos que, apesar de pequenos, para subir também precisam investir nisso, então os professores que estão envolvidos com a pós-graduação acabam que tentam à sua maneira buscar algum parceiro internacional.

Mencionadas por (P3) e (P6), as notas formam parte de uma escala de 1 a 7, sendo 6 e 7 as notas mais altas atribuídas a programas de pós-graduação *stricto sensu* considerados de excelência e com doutorado em funcionamento, que têm o predomínio do conceito “muito bom” em todos os quesitos avaliativos e nos quais a internacionalização se torna fundamental.

Esse processo avaliativo mencionado é realizado no âmbito da Avaliação Quadrienal de Permanência da Pós-Graduação *stricto sensu*, promovida pela Diretoria de Avaliação da Capes. Entre os objetivos dessa avaliação se destacam:

- I - retratar a situação da pós-graduação brasileira no quadriênio;
- II - aferir o desempenho dos programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- III - zelar pela qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- IV - avaliar a formação de mestres e doutores realizada pelos programas de pós-graduação *stricto sensu* no país;
- V - analisar a classificação da produção intelectual dos programas e o seu impacto social, econômico e cultural; e
- VI - contribuir para a evolução e melhoria da pós-graduação brasileira reconhecendo os diferentes estágios de desenvolvimento das diversas áreas do conhecimento e as assimetrias regionais dos programas (CAPES, 2021).

Nesse marco avaliativo, a internacionalização se faz presente nos seguintes quesitos: “impacto - internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do programa”; cooperação internacional, produção intelectual – divulgação e colaboração internacional, mobilidade internacional e “atuação institucional: inclusão das ações de

internacionalização nos objetivos do programa, processo seletivo internacional, disciplinas em língua estrangeira, programas de cotutela, visibilidade internacional do programa (site em língua estrangeira)” (CAPES, 2021).

Diante dos relatos dos entrevistados, é posto em evidência que o cumprimento de critérios se torna um indicador que impulsiona ações no âmbito institucional, acadêmico e universitário, sendo a própria internacionalização considerada um meio para alcançar melhor qualidade ou melhor posicionamento nos processos avaliativos, sobretudo na pós-graduação.

Além disso, cabe ressaltar que o cumprimento de critérios não se restringe ao marco da Avaliação Quadrienal, ele se faz presente não só no âmbito da instituição, mas como requisito para os profissionais que almejam melhores posicionamentos na carreira docente e como pesquisador. Nesse cenário, os esforços dos profissionais são empreendidos na busca por experiências internacionais, para que possam ter acesso a oportunidades de promoção na carreira. Segundo (P5):

a gente tem professores pesquisadores que desejam realizar pós-doutorado no exterior e batalham para que isso dê certo internamente, (...) através de edital, eles pedem ou não, bolsas nas agências de fomento, muitos não vão se não têm a bolsa (...). E muitos acabam por ir, como um professor (...) ele foi só com o salário dele (...) e agora ele teve a bolsa dele concedida de produtividade, então ele teve um planejamento estratégico de carreira (P5, grifo nosso).

O participante mencionado faz referência às Bolsas de Produtividade em Pesquisa. As bolsas PQ são consideradas as de mais alto nível do CNPq e são destinadas a pesquisadores de destaque em suas áreas. Para se tornar um Bolsista Produtividade²⁶ de nível 1A – o mais elevado no âmbito dessa classificação -, entre os diversos requisitos encontra-se o de que o pesquisador precisa ter destaque na comunidade nacional e internacional e apresentar inserção internacional no campo de atuação.

As interpretações reunidas neste indicador nos fazem refletir que, no contexto do cenário investigado, a internacionalização concebida para cumprimento de critério, pode ser contraditoriamente marcada por ações solitárias, o exercício docente e da pesquisa e desenvolvimento da carreira é um exercício solitário, marcado por mais iniciativas pessoais do que institucionais. O incentivo institucional para as ações em redes, inclusive formação de redes de pesquisa, podem contribuir para mudança desse cenário, no qual envolve a ampliação

²⁶ Informações elaboradas com base nos critérios da última chamada pública de 2022. <http://memoria2.cnpq.br/web/guest/chamadas-publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&filtro=abertas&detalha=chamadaDivulgada&idDivulgacao=10628>. Acesso em: ago. 2022.

do que é de iniciativa pessoal para o âmbito institucional.

5.2.3 Processo intra-institucional

Se outrora a visão do papel da internacionalização estava associada a algo mais idealista, quando focamos no contexto institucional, outras visões surgem, entre elas a de que a internacionalização é um “processo lento” (P4), “uma batalha” (P5). O termo batalha foi repetidamente marcante na fala dos participantes e o significado pode fazer alusão a um duelo de forças opostas, ou grande esforço para conseguir algo e superar dificuldades.

Quando consideramos a dimensão prática da internacionalização, materializada em ações que desenvolvem institucionalmente, há muitos entraves que surgem e embargam a fluidez dos processos; por meio desse indicador, é possível mencionar alguns, entre eles: o próprio espaço que é atribuído à internacionalização na instituição e as questões. Tal como ressalta (P3), a internacionalização

*é muito reativa. Não é (...) uma vontade, não é uma coisa que a instituição quer fazer. **A instituição ela não busca isso**, não é um problema de agora, na verdade é um problema de sempre, eu acho que no nosso caso, a instituição, ela nunca se preocupou com essa questão, então a preocupação é sempre assim: "Olha, está todo mundo fazendo, a gente não vai fazer? Está todo mundo, está todo mundo falando, a gente não vai fazer?" (P3, grifo nosso).*

Nesse caso, é importante contextualizar que a instituição, embora seja centenária, está nos seus primeiros estágios como universidade; isso porque a expansão dos cursos e a transformação em universidade é um processo relativamente recente, iniciado com o programa REUNI, desse modo, a instituição rapidamente teve que se adaptar a mudanças significativas. Em meio a essas rápidas transformações, o pensamento universitário – como condição do que é universal – se depara com fortes tradições centenárias e locais e, desses posicionamentos, surgem embates de forças entre tradições centenárias e novas iniciativas. Em meio a esse cenário, emerge a internacionalização, sobretudo, como parte das preocupações de gestores que passaram a associá-la como critério de qualidade, em resposta aos requisitos a avaliações e programas de incentivos externos, ou baseados na própria experiência e vivência enquanto a internacionalização.

Nessa linha, não há um posicionamento claro da instituição referente à internacionalização e suas prioridades. Entre os participantes da pesquisa, foi possível constatar que há uma percepção de que a internacionalização assume um papel mais

secundário, sendo assim não é raro que haja uma visão enfraquecida do compromisso e do processo institucional como um todo e da importância do papel dos diferentes agentes e atores nesse processo.

Foi possível interpretar que alguns gestores, ao mesmo tempo que buscam mencionar o processo de internacionalização da UNIFAL-MG - ou seja, o processo como sendo da instituição e não de um órgão ou setor específico -, não se incluem como parte do processo e acabam por se distanciar, atribuindo responsabilidade a outro órgão. Como exemplo, podemos citar (P4), que em um primeiro momento mencionou: “a internacionalização quando eu vejo lá dentro da UNIFAL ela precisa ampliar muito e ampliar sua forma de ver o mundo e um mundo sistêmico da educação”. Posteriormente, ao comentar sobre possíveis estratégias para melhorar a internacionalização, diz: “acho que é um desafio que a DRI precisa pensar”.

A falta de um entendimento do que a instituição espera com as ações de internacionalização, dos valores e das finalidades que a guiam e como esse compromisso se materializa e se fortalece com a participação da comunidade pode fragilizar o potencial do processo e, em contrapartida, chegam a potencializar questões de ordem estrutural que reforçam os entraves nos processos de internacionalização.

Esses entraves são superados quando há um senso de obrigatoriedade em relação aos processos, tal como sinaliza (P3), “a gente sabe que é assim, que só vai acontecer [as ações de internacionalização] quando tiver uma necessidade, mesmo! **Quando for cobrado** e falar: *Oh, meu filho você tem que ter, se vira!*”. “Quando a internacionalização vier acompanhado (sic) de uma obrigação de você ter que fazer aí você faz” (P3).

5.3 NÚCLEO 2: PRÁTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

5.3.1 Recursos financeiros

É muito difícil falar da dimensão prática da internacionalização, sem tocar no assunto de recursos financeiros. Na pesquisa realizada, ele foi uma constante; foi ressaltado que a internacionalização é um processo caro (P7), em um contexto no qual há muitas necessidades e pouco investimento. Nesse sentido, internacionalizar significa empreender muitos esforços, entre eles pode-se incluir o de angariar recursos para colocar em prática aquilo que se idealiza.

Como instituição pública, a universidade depende de orçamento público e financiamento para suas atividades em todas as suas funções, com a internacionalização não é

diferente e, somado a isso, a internacionalização precisa competir com as outras prioridades da instituição.

Recursos financeiros envolvem prioridades, nesse contexto, se comparado com outras questões, a internacionalização, embora seja entendida como importante, fica em um segundo plano. Tal como ressalta (P3):

(...) é aquela história: *o cobertor é curto*. Você precisa priorizar, pagar a luz, pagar a água, pagar terceirizado, (...) você ter o dinheiro para fazer essas coisas absolutamente necessárias e não ter dinheiro para outras questões tão importantes, mas que são menos importantes quando você compara essas questões.

Tal como mencionado na seção 1 deste trabalho, as universidades públicas sofrem pela secagem financeira, com os cortes orçamentários em cenários nos quais aumentam-se as responsabilidades, os esforços e, em contrapartida, o poder de financiamento e capitalização é baixo, surgindo a sensação de impotência de um cenário contraditório, ou seja, de colaboração, mas também de forte competitividade. As condições de acesso a novas oportunidades, a facilidades, até mesmo operacionais, são temas que podem ter um abismo descomunal de desigualdade.

(P3) relata que é inevitável - diante das experiências internacionais de mobilidade - que surjam comparações entre os contextos institucionais, doméstico e o anfitrião. Na visão de (P3), o contexto doméstico está em desvantagem no que diz respeito a questões tecnológicas e burocráticas:

estamos falando de questões tecnológicas e burocráticas, o dólar no valor que tá (sic), você precisa comprar um reagente ele é importado, você precisa de seis vezes mais o valor que você tem para comprar o que eles lá compram no valor deles, (...) é **praticamente impossível você competir**. E na hora que você vivência aquilo localmente e volta pra (sic) cá você morre... Você quer se matar de tristeza, porque você vê que tem outro jeito, porque realmente é muito diferente então essa experiência internacional também tem essas questões também de ir embora, fugir mesmo (P3, grifo nosso).

Interpretamos que a fala de (P3) pressupõe a mobilidade temporária para países que estão em vantagem financeira se comparados com o Brasil, o que nos faz recordar as reflexões de Lima e Contel (2011) mencionadas na seção 1 deste trabalho quanto à mobilidade. Não há uma distribuição igualitária, por exemplo, países em vantagem financeira são mais atrativos que os demais na escolha do destino para mobilidade, sendo assim, o risco de “fuga-cérebros” também é maior, tendo em vista o atrativo das melhores condições de vida e trabalho.

Os recursos financeiros são um ponto sensível para o desenvolvimento das ações e se potencializa como um entrave à medida que também é acompanhado da falta de um posicionamento claro no que diz respeito à internacionalização e suas prioridades.

Embora os recursos financeiros sejam mencionados como um entrave para a prática da internacionalização, foi possível averiguar que, em contrapartida, também há conquistas alcançadas nessa área.

Reinvindicações iniciais quanto a de ter um orçamento institucional próprio para internacionalização – reinvindicações estas que estavam presentes nos documentos analisados e mencionados na seção anterior, podem ser consideradas como em realização. Atualmente, é possível verificar um orçamento institucional previsto para as ações de internacionalização da UNIFAL-MG, sendo a DRI o principal órgão responsável por definir o uso desse recurso. A universidade, visando institucionalizar os processos de internacionalização, passou a destinar uma parcela de seu orçamento para essas ações.

5.3.2 QUESTÕES ESTRUTURAIS

Além dos recursos financeiros há também questões estruturais que dificultam as práticas e a fluidez do processo de internacionalização na instituição em questão, são elas “pequenas facilidades e seguranças” (P5), tais como: pessoal qualificado para colaborar estrategicamente nos diferentes processos de operacionalização da internacionalização, suporte linguístico, entre outros. Segundo relata (P5), quando um docente necessita ausentar-se, tem-se em consideração:

“você pode sair para realizar o seu pós-doutorado (...) mas tem as aulas, quem vai dar as aulas se não tiver substituto?! Então assim, fica no coleguismo de outros docentes que se dispõem a dar as aulas daquela pessoa se não houver substituto e, por vezes, como o governo flutua muito, acontece essa situação.”

Diante disso, (P5) relata a necessidade de se ter políticas institucionais para saída de professores, para se ter a garantia de que haja um substituto. Na visão desse participante, “coisas estabelecidas assim são pequenas seguranças e facilidade”.

A falta de pessoal também implica em que muitas ações fiquem à cargo dos docentes e de servidores técnicos administrativos que já têm suas respectivas cargas de tarefas cotidianas, sendo as ações de internacionalização uma responsabilidade a mais. Como relata (P3):

“você acaba fazendo muito mais coisa do que você deveria ou poderia e deixando de

fazer outras coisas (...) mas enfim, isso não é um privilégio nosso, isso é no Brasil inteiro. (...) A gente está acostumado a fazer isso, a gente faz meio que naturalmente e nem reclama na verdade, só lá fora não é assim, **só percebe essas coisas quando a gente tem esse contato no exterior** (grifo nosso).

Tal como mencionado no indicador sobre recursos financeiros, novamente a fala de (P3) pressupõe um tipo de comparação com países que estão em vantagem financeira, que tem recursos que facilitam o processo desde o ponto de vista da sua operacionalização. Entendemos que os limites do campo da internacionalização são amplos e, no contexto dessa fala, a palavra ‘exterior’ parece restringir-se aos países em vantagem econômica. O exterior do Brasil é muito mais amplo e diverso, uma aproximação e diálogo entre países do eixo Sul-Sul na busca por entender como eles enfrentam suas questões estruturais também pode promover trocar profícuas.

Para além do que já foi ressaltado, há questões de logística e infraestrutura; as cidades nas quais estão localizados os *campi* universitários encontram-se geograficamente longe das capitais com os aeroportos internacionais, sendo aproximadamente 350 km de São Paulo, 400 km de Belo Horizonte e 500 km Rio de Janeiro. Um dos participantes ressaltou que, na chegada de estudantes estrangeiros:

a logística é complicada também, porque cada um compra o voo no dia que dá mais certo para sua família, no dia que é mais barato (...) foi um caos a chegada desses meninos. **A gente contou com a parceria dos coordenadores, alguns foram esperá-los de madrugada nas rodoviárias**, foram buscá-los, eles chegaram no meio do carnaval a maioria deles e, assim, não tinha estudantes nas repúblicas (P5).

O exemplo mencionado pelo participante explicita que, se por um lado, não há programas institucionais consolidados para recepção ao estudante/pesquisador estrangeiro, já que esta prática ainda é recente, por outro lado há esforços empenhados em tornar realidade as ações previstas.

Outro ponto que merece atenção e destaque é referente à questão linguística. A maioria dos participantes ressaltou o domínio de idiomas estrangeiros como extremamente necessário. Segundo (P7), “sem dominar as línguas estrangeiras, não há possibilidade de internacionalização e sem criar a possibilidade de que outras pessoas aprendam o português”.

Essa questão linguística acaba tornando-se um impeditivo, já que muitos brasileiros não dominam um segundo idioma e não há um núcleo forte de atuação no ensino de português para estrangeiros institucionalmente. Segundo (P3):

A grande maioria tem essa questão da barreira linguística do idioma, acaba que

ele também não vai querer se envolver com uma coisa que vai dar dor de cabeça para ele, até não vai nem conseguir fazer um primeiro contato. Então, acaba que muitos também não querem saber de criar essa relação internacional, a não ser que seja com algum colega brasileiro que esteja no exterior (P3, grifo nosso).

Esse ponto da barreira linguística e os outros pontos mencionados anteriormente podem provocar uma falta de interesse pelo tema, gerando uma soma de impeditivos que causam uma lentidão nas ações de internacionalização. É importante recordar que, embora nas escolas regulares de Educação Básica (fundamental e médio) – período anterior ao Ensino Superior - as línguas estrangeiras, como o inglês, por exemplo, fazem parte do currículo, o que poderia pressupor um certo conhecimento na língua, se sabe que o número de brasileiros que dominam um idioma estrangeiro é bem reduzido, mesmo se tratando do ambiente acadêmico-universitário.

Por meio do questionário, uma das ações menos assinaladas pelos docentes foi a de ministrar disciplinas em outro idioma, isso porque tanto os docentes podem se sentir inseguros para fazê-lo, como também os alunos para se inscreverem nessas disciplinas em língua estrangeira, já que não dominam bem o idioma.

5.3.3 Ações fragmentadas

A educação superior tem como princípio a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão constitucionalmente instituído, no qual pressupõe que as três dimensões são indissociáveis. Esse princípio, para muitos, é utópico e revela grandes esforços para que essas dimensões possam se integrar. Embora a internacionalização possa ter esse potencial integrador, foi ressaltado de maneira recorrente que não há uma articulação e integração entre tais ações no âmbito institucional. Segundo destacado pelos participantes, as ações são isoladas, “são em ilhas” (P5) e as estratégias são individualizadas por professores, programas, departamentos. Segundo (P3), as ações de internacionalização são “como um universo paralelo” na instituição.

Há uma Política/Plano institucional para a Internacionalização que visa nortear as ações, contudo, segundo relata (P5), ela é uma política de poucas ações: “é uma política aprovada no CONSUNI²⁷ mas é uma política de poucas ações, ela foi aprovada para o ²⁸edital”, “e a velocidade que essa política precisou ser escrita e aprovada, que foi o início de

²⁷ CONSUNI é o Conselho Superior da instituição, é órgão máximo normativo, deliberativo e consultivo.

²⁸ Faz referência ao edital Capes PrInt.

uma gestão também”. Por mais que as ações estejam sendo desenvolvidas e há uma diversidade grande entre elas, é possível notar uma grande dificuldade em romper barreiras e os limites do próprio campo de atuação, sejam eles a sala de aula, o programa, o departamento. Por exemplo, sobre essa falta de articulação e integração, (P4) - ao referir-se sobre a mobilidade para fora da instituição e a volta desses estudantes - ressalta:

Esses estudantes que foram, no momento que eles voltam com o relatório escrito, é muito pobre, **eu acho que precisava de uma forma deles apresentarem isso**, tudo que eles viveram a experiência, todo aprendizado que foi vivido nessa saída dele para o exterior **que eles compartilhassem isso conosco!** (...) é essa troca, quando ele volta, o que ele viveu? Como que foi essa parceria? Como foi essa troca de saberes? (P4, 2022, grifo nosso).

Sobre o compartilhamento de experiências, é possível ver no resultado do questionário que, dos oitenta docentes respondentes, menos de trinta incentivam o compartilhamento de experiências dos discentes em intercâmbio. Há muitas variáveis que podem afetar essas respostas, porém, foi possível constatar que institucionalmente não há uma política de (re)acolhimento e aproveitamento das experiências que o intercambista traz para o Brasil e para a instituição.

Neste trabalho, fazemos extensivas a fala do participante (P4) aos estudantes e pesquisadores que estão na UNIFAL-MG, sobre a interação e as trocas de saberes e experiências no interior do *campus*. É nesse sentido que julgamos importante compreender as relações entre o que é idealizado como finalidade para internacionalização e o que está sendo materializado. Se por um lado temos como elencado o principal papel da internacionalização como sendo a relação com outras culturas e as trocas de experiências e saberes, por outro temos na materialização das ações de internacionalização um isolamento dessas ações, sendo caracterizadas como “ações em ilhas” ou “universo paralelo”, além da dificuldade de romper barreiras do próprio campo de atuação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pode considerar a partir do percurso trilhado é que refletir sobre as concepções de práticas de internacionalização, no âmbito institucional, implica reconhecer os esforços que são empenhados nessas dimensões e as dificuldades que são superadas para que cada ação idealizada possa se tornar realidade.

Embora os documentos oficiais revelem informações de extrema importância que nos permitem contextualizar parte daquilo que se atribui como internacionalização no âmbito da UNIFAL-MG, é possível constatar que a dimensão prática envolve uma riqueza que ações e esforços que não estão mapeados, isso porque, entre outros fatores, essas ações partem de iniciativas e aspirações de docentes e gestores. Além disso, também não se descarta a possibilidade das ações serem ocultas, que são aquelas sobre as quais não há consciência de que fazem parte do processo de internacionalização. Tal como afirmam Morosini e Dalla Corte (2021, p. 63) “a internacionalização da educação superior é oculta. Existe, está sendo posta em prática, mas não há consciência dessa ação”.

Quanto às concepções de internacionalização, objetivo deste trabalho, é possível afirmar que há diferentes perspectivas e visões que podem ser percebidas por meio dos documentos oficiais, entre elas: visões mais pragmáticas orientadas a metas e objetivos e perspectivas mais amplas como a internacionalização sendo um caminho para o alcance da cidadania global, a promoção da justiça social e equidade. Além disso, há que se acrescentar que as visões pessoais dos gestores também formam parte dessa teia de relações, sendo impressa na maneira como o processo é materializado.

Quanto às metas e objetivos, ao analisar os planos institucionais que envolvem a internacionalização é possível encontrá-los definidos. Entre eles, um dos objetivos mais ressaltados nos documentos é o de “projetar a UNIFAL-MG no cenário internacional”. Cabe ressaltar que, como a instituição é composta pelos mais diferentes públicos, considerar esses diferentes atores a partir do conhecimento de suas ações e aspirações pode ser transformador, na medida em que a internacionalização se torne mais participativa e propositiva.

Para além do que foi mencionado, pelos documentos também foi possível rastrear ações da instituição, sobretudo as parcerias, mas um ponto ainda frágil é que os resultados e as transformações alcançadas por meio das parcerias não são facilmente localizados. O início das ações institucionais é delineado, contudo, as informações sobre o desenvolvimento e o desfecho dos projetos ainda são frágeis.

Quanto à dimensão prática, a instituição enfrenta seus próprios desafios quanto aos recursos financeiros - já que depende de orçamento público e está sujeito a oscilações e cortes, a sua base enquanto universidade que ainda é recente, geolocalização, entre outros; há percalços para fluidez dos processos de internacionalização e sua integração. Contudo, é notável que as ações de internacionalização têm aumentado, administrativamente responde às mudanças para viabilizar a materialização de ações e há uma gama de atividades - muitas delas iniciativas pessoais que ainda não foram ampliadas para o nível institucional.

E para responder nosso questionamento inicial: *Como a dimensão prática de internacionalização no âmbito da UNIFAL-MG tem se caracterizado e têm substancializado as concepções e o ideário de internacionalização presente nessa instituição?*

Entendemos que a dimensão prática é diversa e tem potencial de ampliar as perspectivas para o processo de internacionalização no âmbito da UNIFAL-MG. Atualmente, a internacionalização tem sido concebida e substancializada, sobretudo, pelas iniciativas institucionais em resposta a requisitos e programas de incentivo externos à instituição, somadas às iniciativas pessoais dos docentes e/ou gestores.

As ações de internacionalização foram iniciadas e impulsionadas por programas voltados para a graduação, porém, atualmente, a pós-graduação assume um maior protagonismo, especialmente quando os seus programas e cursos são avaliados quanto a requisitos internacionais e de internacionalização.

A institucionalização da internacionalização é um processo de interesse da instituição, o que pode ser notado por ações como destinar uma verba do próprio orçamento institucional – ainda que inicial - para a internacionalização. Porém, ainda há um grande caminho a ser trilhado, principalmente no que diz respeito às ações propositivas para a internacionalização, a operacionalização dos processos e as atividades desenvolvidas pelos docentes. A ampliação dessas ações do nível pessoal para institucional e o estabelecimento de propósitos claros para a implementação dos processos, bem como um posicionamento institucional uníssono, torna-se um desafio necessário que pode impulsionar a dimensão prática e fortalecer o processo com sinergismo.

Um dos pontos cruciais é que, se por um lado, o principal papel da internacionalização está relacionado com as trocas entre diferentes culturas e povos, por outro, na prática, a troca se torna um dos principais desafios, já que as ações empreendidas ainda encontram dificuldades para transpor o próprio setor ou campo de atuação, o que tem como consequência muitas ações “em ilhas” ou isoladas, tal como salientaram os participantes.

Porém, embora haja percalços nos processos de materialização de ações, também

existem possibilidades de superação, entre elas: a acolhida e o fortalecimento institucional das ações já desenvolvidas, o fomento e a maior participação e protagonismo dos docentes na construção de uma política uníssona, a qual traduza as aspirações e o posicionamento da instituição e de seus atores, bem como os propósitos atribuídos à materialização desses processos.

Santos e Almeida Filho (2012) já haviam notado alguns estágios na materialização dos processos de internacionalização nas instituições, sendo o primeiro estágio as ações individuais, passando a uma expansão sem filtros e critérios e, por fim, o estabelecimento de objetivos, razões e ações. Dito isso, é possível afirmar que a UNIFAL-MG caminha para um estágio decisivo no que diz respeito à internacionalização, no qual poderá transformá-lo em um compromisso mais propositivo e participativo, atrelado à responsabilidade social, com projeções dentro e fora da instituição.

Torna-se essencial considerar que a dimensão prática da internacionalização é também uma construção humana, formada por diferentes agentes e atores que imprimem nos processos suas visões, concepções, anseios e contradições; além disso, tem como pano de fundo um cenário incerto de competitividade, fissuras, desigualdades e lutas históricas, mas também de possibilidades, de mediações e conexões. Considerar os atores sociais e as questões humanas quando concebemos internacionalização se torna urgente ao passo que se almeja equidade e justiça social.

Dalla Corte *et al* (2022), ao analisarem os efeitos da pandemia nos processos de internacionalização da educação superior, constataram que

tornou-se emergente pensar o ensino, a pesquisa, a extensão e os processos de gestão universitária olhando para **múltiplas possibilidades de interlocução e produção técnica e científica compartilhada e em rede, com vistas a aproximar distâncias e criar novas estratégias via mundo digital**. Entre tais contextos emergentes, cita-se o fortalecimento de redes acadêmicas sul-sul; o trabalho e ensino remoto, **ampliando a participação dos docentes, estudantes e staff das IES em diferentes atividades e países, mostrando a viabilidade da IoC e da IaH** para além da internacionalização *abroad* ou *crossborder* (DALLA CORTE *et al.*, 2022, grifo nosso).

Nesse sentido, acolher e valorizar especialmente as ações já desenvolvidas dentro da instituição e fortalecê-las por meio de uma política institucional que garanta sua efetividade e as amplie com uma “multiplicidade de interlocução”, bem como fomentar o “compartilhamento” e a construção de redes de apoio são cruciais para transpor as barreiras

setoriais e, também, podem ser um passo decisivo na “batalha”²⁹ de “aproximar distâncias”³⁰ tanto físicas e outras tantas já existentes, como as intensificadas pelo isolamento social.

Sendo assim, diante do percurso trilhado, acreditamos que as reflexões apresentadas servem como um desbravamento inicial em um campo ainda a ser muito explorado. Para futuros trabalhos sugerem-se pesquisas aplicadas que podem contribuir para a integração dessas ações, acompanhamento das práticas nos setores e ambientes em que elas se desenvolvem e compreender seus resultados, entraves, benefícios e riscos para instituição, sua comunidade e a sociedade em geral.

²⁹ Termo usado pelos participantes e mencionado na seção 4.

³⁰ Dalla Corte *et al*, 2022.

REFERÊNCIAS

- ALTBACH, P.; KNIGHT, J. Motivations and realities. **Journal of Studies in International Education**, v. 11, n. 3/4, p. 290-305, 2007. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/> Acesso em: 15 jul. 2021.
- AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, jan./abr. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-66812013000100015&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 28 jul. 2020.
- BELLI, M.; HEEMANN, C.; SEHMEM, P. R. Internacionalização do currículo (ioc) no ensino superior: um estudo na disciplina de inglês técnico. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTIÓN UNIVERSITARIA 14.*, Arequipa, 2016. **Anais [...]**. Arequipa: [s.n], 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/78552083.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2021.
- BURCH, S. Sociedade da informação e do conhecimento. *In: AMBROSI A; PEUGEOT, V; PIMIENTA, D. (Coord.). Desafios de palavras: enfoques multiculturais sobre as sociedades da informação.* Paris: C & F Éditions, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **A internacionalização na Universidade Brasileira: resultados do questionamento aplicado pela Capes.** Brasília, 2017. Disponível em: <http://capes.gov.br/images/stories/download/diversos/A-internacionalizacao-nas-IES-brasileiras.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Guia para plano estratégico de internacionalização institucional: pós-graduação *Stricto Sensu*.** Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/diretoria-de-relacoes-internacionais/print/22062021_GUIA_PEIIv1_final.pdf>. Acesso em 20 jul. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES). **Portaria de nº 122 de 5 agosto de 2021.** Consolida os parâmetros e os procedimentos gerais da Avaliação Quadrienal de Permanência da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Brasília, 2021. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=6742>. Acesso em 01 ago. 2022.
- CARVALHO, E. S. de; REAL, G. C. M. Internacionalização e seus reflexos na gestão da qualidade da pós-graduação em Educação. **Série-Estudos**, Campo Grande, MS, v. 25, n. 54, p. 223-241, maio/ago. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/serie-estudos.v25i54.1389> Acesso em: 15 jul. 2021.
- CHAER, G.; DINIZ, R. R. P.; RIBEIRO, E. A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, Araxá, v. 7, 251-266, 2011. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf Acesso em: 29 jul. 2020.
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ**, v. 24, dez. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>. Acesso: 15 maio 2022.

CHALFUN-JUNIOR, A; BARBOSA, D.; LOPES, N. A. Benefícios e Oportunidades. *In*: FREIRE JÚNIOR, J. C; PANICO, V. F. B. (Org.). **Programa ciências sem fronteiras: idealização, desenvolvimento e resultados**. São Paulo: Cultural Acadêmica, 2021.

CUNHA-MELO, J. R. da. Indicadores efetivos da internacionalização da ciência. **Rev. Col. Bras. Cir.**, v. 42, p. 20-25, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcbc/a/YDD9WHn5NbDdZXVVQwYd5rp/?lang=pt&format=pdf>
Acesso em: 15 de jul. 2022.

DALLA CORTE, M. G.; MOROSINI, M. C.; FELICETTI, V. L. Internacionalização da educação superior na perspectiva sul-sul: movimentos e contextos emergentes em tempos pandêmicos. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v.8, p. 1-27, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8663797>. Acesso em: 20 ago. 2022.

DE WIT, H. Globalización e internacionalización de la educación superior. **Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento**, v. 8, n. 2, p. 77-84, 2011. Disponível em: <http://rusc.uoc.edu/ojs/index.php/rusc/article/view/v8n2-dewit/v8n2-dewit> Acesso em 20 jun. 2020.

_____. Repensando o conceito de internacionalização. **Revista Ensino Superior**, Campinas, 2013. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/repensando-o-conceito-da-internacionalizacao>. Acesso em: 09 mar. 2019.

DIAS, S. Educação Superior, globalização e democratização. Qual a universidade? **Rev. Bras. Educ.**, v. 28, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000100014>
Acesso em: 18 de jul. 2022.

DUARTE, J. Entrevista em Profundidade. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação. **PePSIC**, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/> Acesso em: 25 jul. 2020.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artemed, 2009.

FREIRE JÚNIOR, J. C; PANICO, V. F. B (Org.). **Programa ciências sem fronteiras: idealização, desenvolvimento e resultados**. São Paulo: Cultural Acadêmica, 2021.

_____. Internacionalização do currículo e Educação Intercultural: Aproximações à luz da sociologia das ausências e das sociologias emergências. *In*: FREITAS DE LUNA, J. M. (Org) **Internacionalização do currículo: educação, interculturalidade, cidade global**. 2. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

HUDZIK, J. K. Comprehensive Internationalisation: From Concept to Action. Washington, DC: NAFSA, Washington, 2011. Disponível em: <https://commission.fiu.edu/helpful->

documents/global-education/2011_comprehen_internationalization-hudzik.pdf. Acesso em: 10/06/2020.

JONES, E. BROWN, S. **La internacionalización de la Educación Superior: perspectivas institucionales, organizativas y éticas**. Madri, Narcea, S.A. de Ediciones, 2014.

KNIGHT, J. Five Myths about Internationalization. **International Higher Education**, n. 62 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.6017/ihe.2011.62.8532>. Acesso em: 18 jun. 2020.

_____. 5 verdades a respeito da internacionalização. **Revista Ensino Superior**, Unicamp, 2012. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/cinco-verdades-a-respeito-da-internacionalizacao>. Último acesso em: 20 de mai. 2020.

_____. Internationalization: Three Generations of Crossborder Higher Education: new developments, issues and challenges. *In*: B. Streitwieser. **Internationalization of Higher Education and Global Mobility**. Oxford, Symposium Books, 2014.

_____. Do *soft power* à diplomacia do conhecimento. **Revista Ensino Superior**, Campinas, 2015. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/do-soft-power-a-diplomacia-do-conhecimento> Acesso em: 20 jul. 2020.

LAISNER, Regina. (Des) Caminhos da democracia da internacionalização da educação superior no Brasil. CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA 10., Asociación Mexicana de Ciencia Política y el Tecnológico de Monterrey, 31 de julio, 1, 2 y 3 de agosto 2019. **Anais [...]**. Monterrey: [s.n.], 2019. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/189-laisner-19.pdf> Acesso em: 10 maio 2022.

LASTRES, H. M. M. *et al.* Desafios e oportunidades na era do conhecimento. **São Paulo em Perspectiva**, v.16, p. 60-66, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/yHQXBsStTDwrMFHDsBhynTM/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 20 de jul. 2021.

LEASK, B. Internationalizing the curriculum. New York: Routledge, 2015, 198 p. Resenha de FREITAS DE LUNA, J. M. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 67, 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27547766014>. Acesso em: 19 jun. 2020.

_____. A internacionalização do currículo e a aprendizagem de todos os estudantes. **Revista Ensino Superior**, Campinas, 2015. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/a-internacionalizacao-do-curriculo-e-a-aprendizagem-de-todos-os-estudantes>. Acesso em: 08 jan. 2020.

LEAL, F., MORAES, M. C. B. Internacionalização Curricular no contexto Sul-Global. Arequipa, 2016. **Anais [...]**. Arequipa: [s.n.], 2016. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/171005/OK%20-%20103_00376.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 08 maio de 2021.

LEAL, F., Moraes, M. C. B.; OREGIONI, M. S. Questionando o discurso e a prática de internacionalização da educação superior predominantes na América Latina. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14507/epaa.28.3904> Acesso em: 15 jun. 2022.

LEE, J. J. O falso glamour da internacionalização das universidades. **Revista Ensino Superior**, Campinas, 2013. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/o-falso-glamour-da-internacionalizacao-das-universidades>. Acesso em: 11 maio 2021.

LIMA, M. C.; MARANHÃO, C. M. S. de A. Políticas curriculares da internacionalização do ensino superior: multiculturalismo ou semiformação? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 72, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362011000400007>. Acesso em: 24 jun. 2020.

LOUBACK, R. C. B. **A Cooperação acadêmica internacional sob a ótica dos gestores**. 2016.167f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/RelInternac_LoubackRC_1.pdf. Acesso em: 05 jul. 2021.

LUNDGREN, U.; CASTRO, P.; WOODIN, J. (ed.). **Educational Approaches to Internationalization through Intercultural Dialogue: Reflections on Theory and Practice**. New York: Routledge, 2020.

MACIEL, R. F.; VERGARA, V. S. Internacionalização como prática local: um olhar situado sobre o papel da língua no *english club* e no curso de medicina. **Organon**, Porto Alegre, v. 34, n. 66, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/91066>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

MARCELINO, J. M; LAUXEN, S. de L. **Internacionalização da educação superior e a construção de cidadania global: existem conexões possíveis?** Porto Alegre: EdiPURS, 2021.

MAUÉS, O. C.; BASTOS, R. dos S. Políticas de internacionalização da educação superior: o contexto brasileiro. **Educação**, v. 40, n. 3, p. 333-342, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2017.3.28999> Acesso em: 20 maio 2022.

MEDEIROS, M. Pesquisas de abordagem qualitativas. Goiânia: **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v.14, n. 2, 2012. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v14/n2/v14n2a01.htm>. Acesso em: 25 jul. 2020.

MIRANDA, J. A. A. de; STALLIVIERI, L. Para uma política de Internacionalização do Ensino Superior no Brasil. **Avaliação**, Sorocaba, v. 22, n 03, p. 589-613, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v22n3/1982-5765-aval-22-03-00589.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

MIURA, I. K. **O Processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: Um estudo em três áreas de conhecimento**, 2006. 379f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2006.

Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/96/tde-03102006-135941/pt-br.php>

Acesso em: 07 abr. 2021.

MORAES, D. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates, Dossiê Comunicação e Políticas**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan/jun. 2010. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/12420/8298%20.%20Acesso%20em%2001>.

Acesso em: 21 jul. 2021.

MOROSINI, M. Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da Educação Superior: conceitos e práticas. **Educar**, Curitiba, n. 28, p.107-204. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a08n28.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2020

_____. (Org.). **Guia para internacionalização universitária**. Porto Alegre:

EdiPUCRS, 2020. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Guia-Internacionaliza%C3%A7%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-Marilia-Morosini-ebook/dp/B07YQ79K4L>. Acesso em: 06 ago. 2020.

MOROSINI, M; DALLA CORTE, M. G. Internacionalização da educação superior. *In*: MOROSINI, Marília (Org.). **Enciclopédia brasileira de educação superior**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2021.

NEVES, T. K.; LAVARDA, R. A. B.; MARTINS, C. B. Práticas estratégicas de internacionalização de programa de pós-graduação: estudo de caso em uma universidade pública do sul do Brasil. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**. v. 14, n. 2, p. 93–110, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18568/internext.v14i2.465> Acesso em: 20 jun. de 2021.

NILSSON, B. Internationalisation at home from a swedish perspective: The case of Malmö.

Journal of Studies in International Education, v. 7 n. 1, p. 27-40. 2003. Disponível em:

https://www.mah.se/upload/GemensamtVerksamhetsstod/internationellt/Kommunikationsmaterial/2003_IaH_B_Nilsson.pdf. Acesso em: 28 jun. 2020.

NOGUEIRA, J. M. **Internacionalização da Educação Superior no Brasil: Políticas em Dimensão Nacional**. 2018. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2018. Disponível em:

<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21896>. Acesso em: 20 mar. 2020.

OREGIONI, M. S. La internacionalización universitaria desde una perspectiva situada: tensiones y desafíos para la región latinoamericana. Campinas, SP. **Revista Internacional de Educação Superior**, v.3, n. 1, p. 114-133, 2017. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/314265952_La_Internacionalizacion_Universitaria_desde_una_perspectiva_situada_Tensiones_y_desafios_para_la_Region_Latinoamericana_

Acesso em: 31 mar. 2020

PEREIRA, I.; SEHNEM, P. R. Aprendizagem Internacional para todos: o papel das

tecnologias no processo de internacionalização do currículo. *In*: ALAIM, Souza Neto (Org.) **Educação, aprendizagem e tecnologias, relações pedagógicas e interdisciplinares**. São Paulo, Pimenta Cultural, 2018.

ROCHA, C. H.; MACIEL, R. F. Internacionalização do ensino superior como prática local: implicações para práticas educativas. **INTERLETRAS**, v. 6, n. 24, out. 2016/abr. 2017. Disponível em: http://www.interletras.com.br/ed_antteriores/n24/conteudo/artigos/12.pdf. Acesso em: 19 jun. 2020

ROSSATO, M.; MARTÍNEZ, A. M. Contribuições da metodologia construtivo-interpretativa na pesquisa sobre o desenvolvimento da subjetividade. **Revista Lusófona de Educação**: v.40, p. 185-198. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/9311/Contribui%c3%a7%c3%b5es%20da%20metodologia.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 jul. 2020

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de Histórias e Ciências Sociais**, v.1, n.1, jul. 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs>. Acesso em 26 jan. 2020.

SANTOS, F. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A quarta missão da Universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

SEBÁSTIAN, Jesus. La internacionalización de las universidades como estratégia para el desarrollo institucional. **Innovación Educativa**, v. 5, n. 26, mayo/jun. 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1794/179421475009.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2019.

SENHORAS, E. M. O papel da internacionalização das universidades e a projeção da cooperação internacional do Mercosul. SEMINÁRIO INTERNACIONAL CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA AMÉRICA LATINA, 3. 2006. **Anais**. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 2006. Disponível em: <https://works.bepress.com/eloj/85/> Acesso em: 14 maio 2022.

THIESEN, J. da S. Internacionalização dos currículos na educação básica: concepções e contextos. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v.15, n.4, p. 991-1017, out./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2017v15i4p991-1017>. Acesso em: 15 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. Comissão Própria de Avaliação. **Relatório de Autoavaliação 2014**. Alfenas, 2015. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/cpa/relatorios-de-autoavaliacao/> Acesso em 10 set. 2021.

_____. Comissão Própria de Avaliação. **Relatório de Autoavaliação 2015**. Alfenas, 2016. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/cpa/relatorios-de-autoavaliacao/> Acesso em 10 out. 2021.

_____. Comissão Própria de Avaliação. **Relatório de Autoavaliação 2016**. Alfenas, 2017. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/cpa/relatorios-de-autoavaliacao/>. Acesso em 15 out. 2021.

_____. Comissão Própria de Avaliação. **Relatório de Autoavaliação 2017**. Alfenas, 2018. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/cpa/relatorios-de-autoavaliacao/>. Acesso em 15 out. 2021.

_____. Comissão Própria de Avaliação. **Relatório de Autoavaliação 2018**. Alfenas, 2019. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/cpa/relatorios-de-autoavaliacao/>. Acesso em 15 out. 2021.

_____. Comissão Própria de Avaliação. **Relatório de Autoavaliação 2019**. Alfenas, 2019. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/cpa/relatorios-de-autoavaliacao/>. Acesso em 15 out. 2021.

_____. Conselho Universitário. **Resolução 004 de 9 de abril de 2010**. Aprova o Regimento Geral da Universidade Federal de Alfenas UNIFAL-MG. Alfenas, 2010. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/wp-content/uploads/sites/52/2021/06/004-2010-atua.-31-05-21.pdf>. Acesso em 09 set. 2021.

_____. Conselho Universitário. **Resolução nº 3, de 26 de março de 2018**. Aprova a Política de Internacionalização. Alfenas, 2018. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/arinter/wp-content/uploads/sites/8/2018/04/Pol%C3%ADtica-de-Internacionaliza%C3%A7%C3%A3o-da-UNIFAL-MG.pdf>. Acesso em 20 jun. 2020.

_____. Conselho Universitário. **Resolução n. 9, de 26 de março de 2018**. Aprova o Regimento da Diretoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais. Alfenas, 2018. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/dri/wp-content/uploads/sites/8/2020/04/Resolu%C3%A7%C3%A3o-09-2018-Regimento-DRI.pdf>. Acesso em 20 jun. 2021.

_____. Conselho Universitário. **Resolução n. 39, de 15 de dezembro de 2020**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – exercício 2021-2025. Alfenas, 2020. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/wp-content/uploads/sites/53/2021/01/PDI_2021_2025_Versao_Final.pdf. Acesso em 20 jul. 2020.

_____. Conselho Universitário. **Resolução n. 100/2015, de 15 de novembro de 2015**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – exercício 2016-2020, Alfenas, 2015. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento2/wp-content/uploads/sites/53/2018/06/2016-2020.pdf>. Acesso em 10 jul. 2020.

_____. Conselho Universitário. **Resolução n. 115/2013 de 2 de agosto de 2013**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (Exercício 2011-2015). Alfenas, 2013. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/pdi-2011-2015/>. Acesso em 31 mai. 2020.

_____. Pró- reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. **Ata da 189ª reunião da Câmara de Pós-Graduação da UNIFAL-MG**. Alfenas, 2017. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/prppg/wp-content/uploads/sites/84/2021/03/ATA-189-CPG.pdf>. Acesso em 10 ago. 2021.

_____. Pró- Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional. **Avaliação do plano de desenvolvimento institucional UNIFAL-MG 2011-2015**. Alfenas, 2017. Disponível em: https://www.UNIFAL-MG.edu.br/planejamento2/wp-content/uploads/sites/53/2018/06/Relat%C3%B3rio-Final-PDI-2011-2015_0.pdf Acesso em: 06 jul de 2020.

_____. Pró- Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional. **Plano Anual de Metas - Plano de Ações 2017**. Alfenas, 2016. Disponível em < https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento2/wp-content/uploads/sites/53/2018/07/Plano-de-A%C3%A7%C3%B5es-2017_1-1.pdf> Acesso em 10 ago. 2021.

_____. Pró- Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional. **Plano Anual de Metas- Plano de Ações 2018**. Alfenas, 2017. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento2/wpcontent/uploads/sites/53/2019/01/Versao_Definitiva_Plano_de_Metas_A%C3%A7%C3%B5es-2018_Consumi.pdf. Acesso em 10 jun. 2021.

_____. Pró- Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional. **Plano Anual de Metas- Plano de Ações 2019**. Alfenas, 2018. Disponível em https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/wpcontent/uploads/sites/53/2019/12/Plano_de_Acoes_2019_Final.pdf> Acesso em 10 ago. 2021.

_____. Pró- Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional. **Plano Anual de Metas - Plano de Ações 2020**. Alfenas, 2019. Disponível em < https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/wp-content/uploads/sites/53/2020/02/Plano_de_acoes_2020.pdf> Acesso em 10 ago. 2021.

_____. Pró- Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional. **Plano Anual de Metas - Plano de Ações 2021**. Alfenas, 2020 Disponível em https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/wpcontent/uploads/sites/53/2021/05/Plano_de_Acao_2021_UNIFAL-MG.pdf Acesso em: 10 ago. 2021.

_____. Pró- Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional. **Relatórios de Gestão (2013 a 2020)** Alfenas, 2021. Disponíveis em: <https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/relatorios-de-gestao/>. Acesso em 10 set. 2021.

VEIGA, R. B. **Internacionalização das Instituições de Ensino Superior em Portugal: proposta de metodologia para construção de indicador do grau de internacionalização**. 211. 213f. Dissertação (Mestrado em Negócios Internacionais) - Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico de Leiria, 2011. Disponível em: <https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/544/1/MNI%20Rita%20Veiga.pdf> Acesso em: 07 mar. 2021.

WEISSMANN, Lisette. Multiculturalidade, transculturalidade, interculturalidade. **PEPSIC**, São Paulo, v. 26, n. 27, 2018. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542018000100004.
Acesso em: 24 jun. 2020

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DESTINADO AOS GESTORES E DOCENTES

Prezado(a) Gestor(a)/ Professor(a)

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa – *Internacionalização na Unifal-MG: da concepção à prática*. Caso consinta em participar solicito, gentilmente, que declare seu consentimento ao final do documento.

Sua participação é de suma importância para o desenvolvimento do estudo. Mas, cabe aqui destacar que **ela não é obrigatória**, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. **Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador(a) ou com a instituição.**

Abaixo estão disponíveis os dados de contato da pesquisadora responsável e você poderá, a qualquer momento, tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

PRINCIPAIS DADOS

TÍTULO DA PESQUISA: *INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIFAL-MG: DA CONCEPÇÃO À PRÁTICA*

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: PRISCILA MARTINS MENDONÇA

VÍNCULO INSTITUCIONAL: DISCENTE REGULAR- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

TELEFONE: (35) 99153-4966

EMAIL: priscila.mendonca@sou.unifal-mg.edu.br ou pris_mt@hotmail.com

ORIENTADORA: PROF^a DRA^a HELENA MARIA DOS SANTOS FELÍCIO

OBJETIVO

O principal objetivo deste estudo é caracterizar as práticas que integram o processo de internacionalização na Unifal-MG, analisando-as a partir de uma perspectiva mais abrangente, por meio da qual busca compreender como essas práticas estão relacionadas com o ideário de internacionalização construído nessa universidade.

JUSTIFICATIVA

Com o acelerado desenvolvimento das práticas de internacionalização nos mais diferentes contextos da educação superior, tornou-se imprescindível compreender as dimensões que a envolvem, os processos nas quais estão integradas e, sobretudo, como são

desenvolvidas nos contextos institucionais e educacionais; visto que a internacionalização pode ser entendida como um processo complexo, amplo e diversificado que perpassa diferentes níveis institucionais, e pode afetar toda a comunidade acadêmica.

PROCEDIMENTO DO ESTUDO

O estudo será feito mediante entrevista semi-estruturada, nela, você será convidado a compartilhar suas experiências relacionadas às práticas de internacionalização que desenvolve atualmente e/ou desenvolveu. A entrevista poderá ser realizada, presencialmente, tomando as medidas necessárias de prevenção, em local e data escolhidos segundo a sua disponibilidade; caso a situação de pandemia se agrave e/ou perdure, as entrevistas poderão ser realizadas online, e este Termo poderá ser assinado via *google forms*.

RISCOS E DESCONFORTOS E MEDIDAS

Esta pesquisa classifica com a possibilidade de risco mínimo, dado que não haverá intervenção intencional em seus aspectos físicos, psicológicos, emocionais e sociais. Para minimizar possíveis riscos entre eles o de cansaço, estresse, aborrecimento, desconforto e/ ou constrangimento, serão tomadas as seguintes medidas minimizadoras:

A. Os procedimentos serão compostos por perguntas breves para evitar cansaço e estresse dos participantes;

B. Caso as entrevistas ocorram, presencialmente, haverá a escolha de locais reservados para realização desse procedimento, a fim de minimizar o risco de desconforto e/ constrangimento. Além disso, serão tomadas as devidas medidas protetivas: entrevistas agendadas em locais ventilados, uso de máscaras, desinfecção com álcool gel e distanciamento físico de 1,5 m. Se mesmo sendo tomadas todas as medidas descritas, resultar necessária a suspensão, interrupção ou o cancelamento da pesquisa, em decorrência dos riscos imprevisíveis aos participantes da pesquisa, por causas diretas ou indiretas, será submetida, imediatamente, notificação para apreciação do Sistema CEP/Conep

C. Caso as entrevistas ocorram online, serão adotadas as medidas necessárias para garantir o sigilo das informações e a integridade das mesmas. Entre as medidas podem-se destacar: a não elaboração de cópias do material obtido e arquivamento desse material em local apropriado e seguro.

D. A pesquisadora estará atenta aos sinais verbais e não verbais; havendo algum desconforto, constrangimento, estresse e/ou cansaço o processo será, imediatamente, interrompido; ficando a pesquisadora responsável comprometida a prestar a assistência que for necessária ao participante.

BENEFÍCIOS

A pesquisa caracterizará as práticas de internacionalização desenvolvidas pela Unifal-MG, subsidiará reflexões sobre as relações entre concepção e prática de internacionalização na Unifal-MG que poderão auxiliar tanto a comunidade acadêmico-universitária, como a comunidade externa e interessados pelo tema.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE

Está pesquisa não implicará nenhum custo e/ou reembolso ao participante.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA

Está assegurado ao participante sua privacidade e o sigilo dos dados confidenciais e pessoais envolvidos na pesquisa, esses dados não serão divulgados.

Declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informadas (a) pela pesquisadora PRISCILA MARTINS MENDONÇA dos procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes, confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

Poderei consultar a pesquisadora responsável Priscila Martins Mendonça, por meio do telefone (35) 99153-4966 ou e-mail: priscila.mendonça@sou.unifal-mg.edu.br pris_mt@hotmail.com ou o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)- UNIFAL-MG, com endereço na Universidade Federal de Alfenas, Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700, Centro, 37130-000, Fone: (35) 3701 9153, no e-mail: comite.etica@unifal-mg.edu.br sempre que entender necessário obter informações ou esclarecimentos sobre o projeto de pesquisa e minha participação no mesmo.

Os resultados obtidos durante este estudo serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais **não** sejam mencionados.

CONCORDO em participar voluntariamente da pesquisa.

NÃO CONCORDO em participar da pesquisa

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO ON-LINE

Pergunta 01:

TCLE

Pergunta 02:

Nome completo

Pergunta 03:

Enquanto professor ou professora da UNIFAL-MG, quais das atividades, listadas abaixo, você já realizou (ou está realizando no momento atual)?

Atividades	Na UNIFAL-MG	No exterior
Reflexões sobre questões globais, interculturais e internacionais, em sala de aula. Inclusive, aquelas referentes ao exercício da profissão em diferentes lugares do mundo		
Trabalhou ou Recomendou aos discentes bibliografia internacional proveniente de países do eixo Global Sul		
Trabalhou ou Recomendou aos discentes bibliografia internacional de países do eixo Global Norte		
Compartilhou suas experiências internacionais em sala de aula ou em eventos da universidade		
(Co) Orientação/ (Co) tutela a estudantes e/ou técnicos estrangeiros/internacionais		
Acolhimento, apoio à integração de estudantes e/ou técnicos, pesquisadores/docentes estrangeiros/internacionais		
Participou ou permitiu estágios internacionais em sua disciplina		
Envolveu ou Incentivou a participação e o compartilhamento de experiência dos estudantes brasileiros que retornaram do exterior		
Idealizou e desenvolveu projeto (s)/programa (s) de ensino, pesquisa e extensão em conjunto com outros pesquisadores internacionais		
Organizou ou participou de eventos internacionais		

Elaborou cursos, disciplinas ou programas com enfoque internacional e intercultural		
Montou uma equipe internacional (com docentes/pesquisadores, estudantes, técnicos e voluntários) para trabalhar temas pertinentes à sua área de estudo		
Participou ativamente de redes internacionais de pesquisa		
Foi responsável por solicitar ou iniciar a celebração de acordos e convênios internacionais.		
Angariou recursos financeiros de fundos internacionais para pesquisa, ensino ou extensão		
Lecionou disciplinas em outros idiomas ou disciplinas em instituições estrangeiras		
Divulgou informações, no exterior, referentes ao seu trabalho no Brasil por meio de palestras ou publicações em veículos de comunicação internacionais		
Convidou e/ ou recepcionou professores, pesquisadores e palestrantes internacionais para ministrar aulas na Unifal-MG		
Promoveu e/ou Participou de intercâmbio de práticas virtual ou presencial com instituições fora do Brasil ou capacitação, curso de longa duração no exterior		
Realizou ou Organizou alguma atividade colaborativa internacional		
Realizou OUTRAS atividades não mencionadas anteriormente		
Nunca realizou atividades de dimensão internacional e intercultural.		

Pergunta 04:

Aceitaria compartilhar um pouco da sua experiência em uma entrevista?

APÊNDICE C

SUGESTÃO DE ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM GESTORES

- 1) Qual o papel da internacionalização no contexto da Unifal-MG? Quais são os objetivos e valores atribuídos a ela?
- 2) Na visão como gestor e servidor público, quais práticas se materializam?
- 3) Como as práticas estão articuladas no interior da Unifal-MG e na projeção internacional da Unifal-MG?

APÊNDICE D**TERMO DE CONSENTIMENTO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ**

Eu _____permito que seja realizada a gravação de voz de minha pessoa para fins da pesquisa científica intitulada “Internacionalização da Educação Superior na Unifal-MG: da concepção à prática”.

Concordo que os dados obtidos, uma vez tratados, poderão ser publicados em eventos científicos ou publicações científicas. Porém, a minha pessoa NÃO deve ser identificada por nome ou rosto em qualquer uma das vias de publicação.

A gravação de voz ficará de posse da pesquisadora responsável e será arquivada pela mesma junto aos documentos da pesquisa. Qualquer dúvida que tenha relacionada à pesquisa e aos procedimentos poderei contatar a pesquisadora responsável.

CONCORDO E PERMITO a gravação de voz;

NÃO CONCORDO E NÃO PERMITO a gravação de voz

ANEXO A
CARTA DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIFAL-MG: DA CONCEPÇÃO À PRÁTICA

Pesquisador: PRISCILA MARTINS MENDONÇA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 37096620.5.0000.5142

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.287.252

Apresentação do Projeto:

Segundo as Informações Básicas do Projeto, a pesquisa objetiva investigar e caracterizar as práticas institucionais e educacionais que integram o processo de internacionalização, no âmbito da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), analisando como essas práticas podem substancializar o ideário de internacionalização do ensino superior construído no contexto dessa universidade. Para isso, busca identificar as relações existentes entre: o ideário de internacionalização presente nas políticas, planos institucionais e documentos que delineiam as abordagens, objetivos, valores e ideais referentes à internacionalização na Unifal-MG; e sua dimensão prática, composta por ações que referenciam o processo de internacionalização nessa universidade. Tendo em vista o objetivo da pesquisa, o processo de investigação será desenvolvido mediante abordagem qualitativa, pautada na metodologia construtivo-interpretativa. Para procedimentos de levantamento e coleta de dados serão utilizados: análise documental e entrevistas semiestruturadas.

Objetivo da Pesquisa:

É Objetivo Primário da pesquisa investigar e caracterizar as práticas institucionais e educacionais que caracterizam o processo de internacionalização, no âmbito da UNIFAL-MG, analisando como essas práticas substancializam o ideário de internacionalização do ensino superior. Para tanto, busca identificar as relações existentes entre a internacionalização acreditada no discurso das políticas e planos institucional, que delineia as abordagens, objetivos, valores e ideais referentes à internacionalização; e a dimensão prática, composta por ações que referenciam o processo de internacionalização no contexto da UNIFAL-MG.

São Objetivos Secundários:

1- Analisar as políticas, projetos, planos e metas de âmbito institucional e educacional sobre a internacionalização da UNIFAL-MG;2- Identificar as abordagens, objetivos, valores e ideais referentes à internacionalização delineados nesses documentos;3- Compreender como se estrutura e se materializa o processo de internacionalização da UNIFAL-MG;4- Identificar e caracterizar as práticas institucionais e educacionais que integram esse processo, compreendendo como elas se articulam, se configuram e se materializam;5- Analisar as relações existentes entre ideário de internacionalização, abordagens, valores, objetivos e as práticas de internacionalização desenvolvidas; 6- Identificar de que maneira as práticas contribuem para materializar o ideário internacionalização construído nessa universidade.

Os objetivos são exequíveis e adequados à metodologia e ao cronograma de pesquisa apresentados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Segundo a pesquisadora, a pesquisa classifica com a possibilidade de risco mínimo, dado que não haverá intervenção intencional nos aspectos físicos, psicológicos, emocionais e sociais do participante. Para minimizar possíveis riscos entre eles o de cansaço, estresse, aborrecimento, desconforto e/ ou constrangimento ao participante, serão tomadas as seguintes medidas minimizadoras:

- A. Os procedimentos serão compostos por perguntas breves para evitar cansaço e estresse dos participantes;
- B. Caso as entrevistas ocorram, presencialmente, haverá a escolha de locais reservados para realização desse procedimento, a fim de minimizar o risco de desconforto e/ constrangimento;
- C. Caso as entrevistas ocorram online, serão adotadas as medidas necessárias para garantir o sigilo das informações e a integridade das mesmas.

Entre as medidas podem-se destacar: a não elaboração de cópias do material obtido e arquivamento desse material em local apropriado e seguro.

- D. A pesquisadora estará atenta aos sinais verbais e não verbais do participante, havendo algum desconforto, constrangimento, estresse e/ou cansaço o processo será, imediatamente, interrompido; ficando a pesquisadora responsável comprometida a prestar a assistência que for necessária ao participante.

Análise CEP:

Os riscos foram bem avaliados e as medidas minimizadoras são adequadas. Porém, considerando que existe a possibilidade de realização de encontros presenciais no período de pandemia, as medidas sanitárias devem ser contempladas como riscos e devem ser inseridas, junto com as medidas minimizadoras, nesta proposta.

Benefícios: A pesquisadora informa que a pesquisa não aportará benefícios diretos e imediatos aos participantes. Informa que a pesquisa reunirá informações relevantes sobre as práticas de internacionalização desenvolvidas no âmbito da Unifal-MG que poderão auxiliar interessados pelo tema; também poderão subsidiar reflexões que abordem as relações entre concepção e prática de internacionalização na Unifal-MG; debates que relevam e dão visibilidade à importância das práticas institucionais e educacionais desenvolvidas no interior da instituição, em sintonia com aquelas que são

projetadas externamente.

Análise CEP:

Os benefícios são bem descritos e apresentados. Mas este colegiado interpreta que os benefícios informados pela pesquisadora também poderão atingir os participantes como membros da comunidade (Universidade) em que a internacionalização é objeto. Esta interpretação é baseada na Resolução n. 510/2016(Art. 2, inciso III) na qual se informa que são benefícios "contribuições atuais ou potenciais da pesquisa para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado".

Recomenda-se alteração no texto indicando apenas quais serão os benefícios da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Análise CEP:

O referencial teórico é pertinente e adequado ao escopo da pesquisa. Tendo em vista o objeto e os objetivos da pesquisa, o processo de investigação será desenvolvido mediante abordagem qualitativa, pautada na metodologia construtivo-interpretativa. Para procedimentos de levantamento e coleta de dados serão utilizados: análise documental e entrevistas semiestruturadas com gestores e docentes. O cronograma da pesquisa é adequado e respeita o tramite de submissão e aprovação do projeto no CEP. Em relação do isolamento social, a pesquisadora informa que a entrevista poderá ser agendada utilizando-se o Google Meet, segundo a disponibilidade do participante. Informa, porém, que "ainda nessa situação, caso algum participante, por razões diversas, opte pela realização da entrevista, presencialmente, em local reservado escolhido pelo mesmo, serão tomadas as medidas de segurança, conforme Termo assinado presente no Anexo C".

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

a) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - presente. A pesquisadora apresentou um TCLE único informando que a entrevista poderá ser realizada presencialmente ou de forma online (via Google meet). Nesse caso, recomenda-se:

[1] no caso de entrevista presencial informar, também nesse TCLE, sobre as medidas sanitárias constantes no TERMO DE COMPROMISSO PARA DESENVOLVIMENTO DE PROTOCOLOS DE PESQUISA NO PERÍODO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19) que foi anexado pela pesquisadora.

[2] alterar texto sobre os benefícios da pesquisa para os participantes, conforme detalhado na Seção Riscos e Benefícios deste parecer.

b) Termo de Assentimento (TA) – não se aplica.

c) Termo de Assentimento Esclarecido (TAE) – não se aplica.

d) Termo de Anuência Institucional (TAI) – presente e adequado.

e) TERMO DE COMPROMISSO PARA UTILIZAÇÃO DE DADOS E PRONTUÁRIOS (TCUD)- presente e adequado.

f) Termo de CONSENTIMENTO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ - presente e adequado

g) TERMO DE COMPROMISSO PARA DESENVOLVIMENTO DE PROTOCOLOS DE PESQUISA NO PERÍODO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19) - presente e adequado.

h) Folha de Rosto – presente e adequada.

i) Outro (roteiro de entrevista) - presente e adequado.

Recomendações:

Recomendações:

1. Complementar sobre Benefícios aos participantes (em todos os documentos) conforme o disposto na Resolução n. 510/2016 e apontado na Seção Riscos e Benefícios deste parecer.

2. Incluir no TCLE as medidas sanitárias constantes no TERMO DE COMPROMISSO PARA DESENVOLVIMENTO DE PROTOCOLOS DE PESQUISA NO PERÍODO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19) que foi anexado pela pesquisadora.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Recomenda-se aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este CEP emite parecer após reunião remota ordinária.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1618772.pdf	27/08/2020 23:49:20		Aceito
Outros	Termo_Compromisso.pdf	27/08/2020 23:48:20	PRISCILA MARTINS MENDONÇA	Aceito
Outros	TermoDD.pdf	27/08/2020 23:46:51	PRISCILA MARTINS MENDONÇA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhado.pdf	27/08/2020 23:46:35	PRISCILA MARTINS MENDONÇA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	27/08/2020 23:46:21	PRISCILA MARTINS MENDONÇA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	27/08/2020 23:39:48	PRISCILA MARTINS MENDONÇA	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto_Priscila.pdf	27/08/2020 23:39:15	PRISCILA MARTINS MENDONÇA	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	25/08/2020 16:55:20	PRISCILA MARTINS MENDONÇA	Aceito
Outros	TAI.pdf	25/08/2020 16:20:51	PRISCILA MARTINS MENDONÇA	Aceito
Outros	TCUD.pdf	25/08/2020	PRISCILA	Aceito

		16:20:10	MARTINS MENDONÇA	
--	--	----------	---------------------	--

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

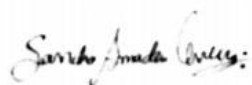
ALFENAS, 18 de Setembro de 2020

Assinado por:**CARLA HELENA FERNANDES****(Coordenador(a))**

ANEXO B**TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL – TAI**

Eu, SANDRO AMADEU CERVEIRA responsável pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL-MG) estou ciente, de acordo e autorizo a execução da pesquisa intitulada INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIFAL-MG: DA CONCEPÇÃO À PRÁTICA, coordenada pela pesquisadora Priscila Martins Mendonça, mestranda no Programa de Pós- Graduação Mestrado Acadêmico em Educação da Unifal-MG, sob orientação da Prof.ª Dr.ª Helena Maria dos Santos Felício. Declaro conhecer e cumprir a Resolução 466/2012 do CNS; afirmo o compromisso institucional de apoiar o desenvolvimento deste estudo; e sinalizo que esta instituição está ciente de suas responsabilidades, de seu compromisso no resguardo da segurança/bem-estar dos sujeitos da pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tais condições.

Alfenas, 13 de Julho de 2020



Sandro Amadeu Cerveira (Reitor)

ANEXO C

TERMO DE COMPROMISSO PARA UTILIZAÇÃO DE DADOS E PRONTUÁRIOS (TCUD)

Título do projeto: INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIFAL-MG: DA CONCEPÇÃO À PRÁTICA

Pesquisador responsável: Priscila Martins Mendonça (discente PPGE-Unifal-MG) *email:* pris_mt@hotmail.com; (35) 99153-4966.

Orientação: Prof^ª [Dr.^ª Helena Maria dos Santos Felício](#).

A autora do projeto de pesquisa compromete-se a manter o sigilo dos dados coletados no banco de dados referente ao processo de internacionalização da Unifal-MG. Concorda, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente com finalidade científica, preservando-se integralmente o anonimato dos participantes. Declara que irá cumprir todos os termos das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo Seres Humanos previstas na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Alfenas, 23 de julho de 2020.



Priscila Martins Mendonça
Pesquisadora - CPF 400.903158-12



Cláudio Umpierre Carlan
(Diretor de Relações Internacionais e Interinstitucionais)

ANEXO D

TERMO DE COMPROMISSO PARA DESENVOLVIMENTO DE PROTOCOLOS DE PESQUISA NO PERÍODO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Eu Priscila Martins Mendonça CPF 400.9033.158-12 e RG 47.764.610-4, pesquisadora responsável pelo projeto de pesquisa intitulado *Internacionalização na Unifal-MG: da concepção à prática* submetido ao CEP/CONEP estou ciente enquanto à necessidade do cuidado à integridade física e emocional de pesquisadores e participantes da pesquisa, conforme diretrizes do Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e da própria CONEP, como descrito no Comunicado CONEP de 09/05/2020. Dessa forma, para a execução dos procedimentos de pesquisa presenciais, planejados para serem realizados no período de janeiro de 2021 a abril de 2021 serão adotadas medidas sanitárias para a prevenção e gerenciamento de todas as atividades de pesquisa, garantindo-se as ações primordiais à saúde, minimizando prejuízos e potenciais riscos, além de prover cuidado e preservar a integridade e assistência dos participantes e da equipe de pesquisa. De maneira específica no presente protocolo, serão tomadas as seguintes medidas minimizadoras de riscos: entrevistas agendadas em locais ventilados, uso de máscaras, desinfecção com álcool gel e distanciamento físico de 1,5 m. Se mesmo sendo tomadas todas as medidas descritas, resultar necessária a suspensão, interrupção ou o cancelamento da pesquisa, em decorrência dos riscos imprevisíveis aos participantes da pesquisa, por causas diretas ou indiretas, submeterei imediatamente notificação para apreciação do Sistema CEP/Conep.



Priscila Martins Mendonça

Alfenas, 27 de agosto de 2020